



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia – PPGB
Mestrado Profissional em Biblioteconomia – MPB

SULAMITA NICOLAU DE MIRANDA

ACESSIBILIDADE AO USUÁRIO SURDO E COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: O CASO DA UNIRIO

RIO DE JANEIRO

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH
Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia – PPGB
Mestrado Profissional em Biblioteconomia – MPB

SULAMITA NICOLAU DE MIRANDA

ACESSIBILIDADE AO USUÁRIO SURDO E COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: O CASO DA UNIRIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em
Biblioteconomia

Linha de Pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade

ORIENTADOR: Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda

RIO DE JANEIRO

2015

SULAMITA NICOLAU DE MIRANDA

Acessibilidade ao usuário surdo e com deficiência auditiva em bibliotecas universitárias: o caso da UNIRIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Biblioteconomia

Linha de Pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade

Rio de Janeiro, _____ de 2015.

Banca examinadora:

PROF. DR. MARCOS LUIZ CAVALCANTI DE MIRANDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA (MESTRADO PROFISSIONAL)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

PROF^a DR^a CLADICE NOBILE DINIZ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA (MESTRADO PROFISSIONAL)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

PROF^a DR^a ELISABETE GONÇALVES DE SOUZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF

PROF^a DR^a ICLEIA THIESEN - Suplente interno
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA (MESTRADO PROFISSIONAL)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

PROF^a DR^a – VERA LÚCIA ALVES BREGLIA - Suplente externo
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Universidade Federal Fluminense – UFF

M672a

Miranda, Sulamita Nicolau de

Acessibilidade ao usuário surdo e com deficiência auditiva em bibliotecas universitárias: o caso da UNIRIO /Sulamita Nicolau de Miranda. – Rio de Janeiro, 2015.

175 f.: il. algumas color., graf , tab. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós- Graduação em Biblioteconomia, 2015.

Bibliografia: f. 153-169.

Orientador: Marcos Luiz Cavalcanti de Miranda.

1. Bibliotecas universitárias - Acessibilidade. 2. Bibliotecas universitárias - Surdos. 3. Bibliotecas universitárias – Deficiência auditiva. I. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. II. Título.

CDD: 027.7

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por me guiaram pela estrada do conhecimento, me apresentarem a leitura e dedicarem suas vidas para que eu pudesse trilhar meu próprio caminho.

À Eloisa, minha irmã, meu exemplo e a responsável por plantar em mim a semente que fez florescer essa dissertação.

À Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, que por meio do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia - PPGB/UNIRIO, oportunizou aos profissionais bibliotecários desenvolverem suas pesquisas.

Ao corpo docente e servidores técnicos administrativos do PPGB/UNIRIO pela dedicação e compartilhamento de informações.

Aos colegas do PPGB/UNIRIO pelo apoio e encorajamento.

Ao meu orientador Professor Doutor Marcos Miranda que desde o início demonstrou interesse pelas questões da acessibilidade aos usuários surdos e com deficiência auditiva em bibliotecas e me ofereceu o apoio necessário.

Aos membros da banca por aceitarem o convite e por suas contribuições nesta pesquisa.

Ao Sistema de Bibliotecas da UNIRIO - UNIBIBLI, especialmente a diretoria pela dedicação, paciência, engajamento e compartilhamento de informações, e a todos os bibliotecários que participaram da pesquisa por compreenderem a relevância do tema.

Aos meus professores da Universidade Federal Fluminense - UFF - pela dedicação e carinho que contribuíram para que eu me tornasse Bibliotecária.

A Deus, porque sem Ele nada seria possível.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para essa pesquisa.

Obrigada!

[...]

A mãe do surdo: E meu filho? Ele é surdo-mudo. [sic]

A Segunda Lei: Para mim, não será um problema especial, desde que ele saiba ler e escrever.

A mãe do surdo: Ele não sabe. Esse é meu problema.

A Segunda Lei: Então, encaminhe-o primeiro à minha irmã, EDUCAÇÃO PARA TODOS. Rapidamente ela o dotará com a capacidade de ler e escrever. Talvez nosso amigo, o Psicólogo, tenha mais informações.

O Psicólogo: Hoje é bastante simples ensinar os surdos-mudos [sic]. Cuidarei disso.

A mãe do surdo: Depois que ele aprender, você conseguirá livros para ele?

A Segunda Lei: Com muito prazer. Estou aqui para isso.

A mãe do surdo: Você já encontrou leitores surdos-mudos? [sic]

A Segunda Lei: Muitos. Aqui está um relatório recente.

Sobre a mesa de uma bibliotecária de referência uma moça passou um bilhete. Nele estava escrito: 'Estudei somente até a quinta série. Você pode me indicar alguns livros para me ajudar a prosseguir nos estudos?'

A moça era surda-muda [sic]. Sentou-se ao lado da bibliotecária e começaram a trocar mensagens escritas numa grande folha de papel.

'Quantos anos você tem?', escreveu a bibliotecária.

'Dezenove', ela escreveu em resposta, 'Trabalho como passadeira numa lavanderia. Gosto de poesia, mas quero também estudar alguns fatos'. [...]

A jovem voltou muitas vezes para pegar mais livros, estimulada por saber que podia aprender graças à sua própria capacidade de ler.

A mãe do surdo: Que menina encantadora! Gostaria que meu filho também tivesse esse conforto de espírito.

A Segunda Lei: A verdadeira finalidade da minha existência está em proporcionar isso a ele.

(RANGANATHAN, 2009, p.85-86)

RESUMO

Este estudo aborda a questão da acessibilidade aos usuários surdos e com deficiência auditiva em bibliotecas universitárias analisando o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO/UNIBIBLI. Adota-se a metodologia exploratória com abordagem qualitativa, tendo por objetivo geral verificar a adoção das recomendações das Diretrizes para Serviços de Biblioteca para Surdos (DSBS) da IFLA pelas bibliotecas do Sistema UNIBIBLI e por objetivos específicos: identificar quais itens recomendados pelas DSBS são adotados pelas bibliotecas do UNIBIBLI para garantir o atendimento aos usuários surdos e com deficiência auditiva; verificar se o UNIBIBLI tem uma política de acessibilidade que atenda às necessidades dos usuários surdos e com deficiência auditiva; identificar quais os parâmetros de acessibilidade adotados pelas bibliotecas analisadas no atendimento aos usuários surdos e com deficiência auditiva. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram o questionário, baseado nas DSBS, e a entrevista estruturada, aplicados aos chefes das bibliotecas e diretoria do UNIBIBLI respectivamente. Os dados foram analisados, interpretados e apresentados em quadros e gráficos. Os resultados apontam que o UNIBIBLI não tem uma política de acessibilidade que atenda as especificidades dos usuários surdos e com deficiência auditiva, e que o Sistema adota parcialmente os itens recomendados pelas Diretrizes para Serviços de Bibliotecas para Surdos da IFLA, mas manifestou interesse em adequar-se às referidas recomendações.

Palavras-chave: Bibliotecas universitárias. Acessibilidade. Surdos. Deficiência auditiva. Diretrizes para Serviços de Bibliotecas para Surdos. Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias.

ABSTRACT

The study analyzes the Library Systems of the Federal University of the State of Rio de Janeiro (in Portuguese, UNIRIO/UNIBIBLI) as far as access to university library services by deaf and hard of hearing users is concerned. It follows a qualitative approach to exploratory methodology and its overall aim is to verify which accessibility parameters defined by IFLA Guidelines for Library Services to Deaf People (in Portuguese, DSBS) are adopted by member libraries of the UNIBIBLI system. Its secondary aims include identifying which DSBS-recommended accessibility items are adopted by UNIBIBLI libraries so as to ensure service is rendered to deaf and hard of hearing users; verify if UNIBIBLI adheres to an accessibility policy that meets the needs of deaf and hard of hearing users; identify which accessibility parameters are adopted by subject libraries in the service offered to deaf and hard of hearing users. Data was collected by means of questionnaires based on the DSBS, structured interviews of library managers and UNIBIBLI board members respectively. Data was analyzed, interpreted and represented in tables and graphs. The results show that UNIBIBLI does not have an accessibility policy that meets the needs of deaf and hard of hearing users and that the System partially follows recommendations laid out by IFLA Guidelines for Library Services to Deaf People, but demonstrated interest in alignment with the said recommendations.

Keywords: University libraries. Accessibility. Deaf. Hard of hearing. Guidelines for Library Services to Deaf People. International Federation of Library Association and Institutions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – ORGANOGRAMA DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS UNIRIO/UNIBIBLI.....	109
FIGURA 2 – SÍMBOLO INTERNACIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA (SURDEZ).....	147
FIGURA 3 – SÍMBOLOS INTERNACIONAIS DE INFORMAÇÃO.....	147
FIGURA 4 – TELEFONE COM TECLADO.....	147
FIGURA 5 – TELEFONE COM AMPLIFICADOR SONORO.....	148

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR.....	78
GRÁFICO 2 – ALUNOS SURDOS E COM DEFICIÊNCIA MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR.....	79
GRÁFICO 3 – QUANTIDADE DE ITENS DAS DSBS POR BIBLIOTECA.....	137
GRÁFICO 4 – QUANTIDADE DE ITENS DAS DSBS POR CATEGORIA.....	138

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ALUNOS SURDOS E COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA MATRICULADOS NAS IES PÚBLICAS E PRIVADAS.....	19
QUADRO 2 - MARCOS LEGAIS DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO SOCIAL – LEGISLAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL.....	32
QUADRO 3 – COMPARATIVO ENTRE OS QUESITOS DE ACESSIBILIDADE ADOTADOS POR SASSAKI E AS RECOMENDAÇÕES DA DSBS – IFLA.....	66
QUADRO 4 – SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIRIO- UNIBIBLI.....	107
QUADRO 5 – CATEGORIA PESSOAL.....	115
QUADRO 6 – CATEGORIA COMUNICAÇÃO.....	126
QUADRO 7 – CATEGORIA ACERVO.....	129
QUADRO 8 – CATEGORIA SERVIÇOS.....	132
QUADRO 9 – CATEGORIA DIVULGAÇÃO DOS PROGRAMAS.....	133

LISTA DE ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

AIPDI – Ano Internacional das Pessoas Deficientes

BRAPCI - Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação

BIJU – Biblioteca Infanto-juvenil da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

BU – Biblioteca universitária

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCBS/URM - Biblioteca da Escola de Medicina e Cirurgia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CCBS/URB - Biblioteca do Instituto Biomédico da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CCBS/URS - Biblioteca da Escola de Enfermagem e Nutrição da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CCET – Centro de Ciências Exatas e Tecnologia

CCH – Centro de Ciências Humanas e Sociais

CCJP – Centro de Ciências Jurídicas e Políticas

CENESPE - Centro Nacional de Educação Especial

CLA - Centro de Letras e Artes

CNE/CBE - Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Básica

CNE/CP - Conselho Nacional de Educação/ Conselho Pleno

CORDE - Coordenadoria Nacional para integração da Pessoa Portadora de Deficiência

DPI - Disabled Peoples' International

DSBS - Diretrizes para Serviços de Biblioteca para Surdos

DSU - Divisão de Serviço ao Usuário

DVD - Digital Versatile Disc

FEFIEG - Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara

FEFIERJ - Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro

LISTA DE ABREVIATURAS

- GES - Grupo de Estudos Surdos da Universidade Federal de Santa Catarina
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IES – Instituição de Ensino Superior
- IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions
- INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
- LISA - Library and Information Science Abstracts
- LSDP - Libraries Serving Disadvantaged Persons
- MEC – Ministério da Educação e Cultura
- NBR – Norma Brasileira
- OEA- Organização dos Estados Americanos
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
- PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil
- PROUNI – Programa Universidade para Todos
- REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
- SIBI - Sistema de Bibliotecas
- SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
- SMS - Short Message Service
- TDD - Telecommunication Device for the Deaf
- UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- UFAL – Universidade Federal de Alagoas
- UFBA – Universidade Federal da Bahia

LISTA DE ABREVIATURAS

UFC – Universidade Federal do Ceará

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNB – Universidade de Brasília

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UNIBIBLI – Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

W3C - World Wide Web Consortium

WAI - Web Accessibility Initiative

WFD - World Federation of the Deaf

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
3. DEFICIÊNCIA.....	27
3.1 DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.....	27
3.2 TERMINOLOGIA.....	36
4. SURDOS.....	39
4.1 SURDOS E SOCIEDADE: EVOLUÇÃO HISTÓRICA.....	39
4.2 TERMINOLOGIA.....	47
4.3 IDENTIDADE E CULTURA SURDA.....	50
5. ACESSO À INFORMAÇÃO E ACESSIBILIDADE.....	53
6. DIRETRIZES DE SERVIÇOS DE BIBLIOTECAS PARA SURDOS.....	61
7. A BIBLIOTECA, O BIBLIOTECÁRIO, AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO.....	71
8. TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO ENSINO SUPERIOR.....	77
9. BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E ACESSIBILIDADE AOS USUÁRIOS SURDOS E COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....	89
10. METODOLOGIA.....	100
10.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	100
10.2 UNIVERSO DA PESQUISA.....	104
10.3 ETAPAS DA PESQUISA.....	110
10.4 COLETA DE DADOS.....	110
11. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	112
12. RECOMENDAÇÕES COMPLEMENTARES.....	141

12.1	ACESSIBILIDADE ATITUDINAL.....	141
12.2	TECNOLOGIA ASSISTIVA.....	143
12.3	COMUNICAÇÃO VISUAL.....	147
13.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
14.	REFERÊNCIAS.....	153
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE AOS USUÁRIOS SURDOS E COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM BIBLIOTECAS À LUZ DAS DIRETRIZES DE SERVIÇOS DE BIBLIOTECAS PARA SURDOS – IFLA (DIRECIONADO AOS CHEFES DAS BIBLIOTECAS DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIBIBLI).....	170
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A DIRETORIA DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO/UNIBIBLI SOBRE AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE AOS USUÁRIOS SURDOS E COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....	175

*Nem toda pessoa cega lê em Braille, nem toda pessoa surda se comunica em língua de sinais.”
(TORRES, MAZZONI, MELLO, 2007)*

1. INTRODUÇÃO

A questão da acessibilidade às pessoas com deficiência é um tema que vem evoluindo ao longo dos anos em virtude da luta constante desses cidadãos por seus direitos.

O engajamento do movimento das pessoas com deficiência em âmbito nacional e internacional tem influenciado acordos internacionais e a legislação mudando a forma como essas pessoas são vistas por todos.

Ainda que de forma gradual o conceito de sociedade inclusiva tem conquistado a atenção dos cidadãos no intuito de valorizar a diversidade humana e da importância de cada indivíduo para a construção de uma vida comunitária mais justa, conforme afirma Sasaki (2010, p.172):

sociedade inclusiva é aquela que [...] garante seus espaços a todas as pessoas, sem prejudicar aquelas que conseguem ocupá-los só por méritos próprios.

[...] Além disso, uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias.

Dentro dessa perspectiva de sociedade inclusiva a biblioteca exerce um papel de grande importância, uma vez que oferece aos seus usuários o acesso à informação que irá contribuir para a formação de um cidadão mais consciente de seus direitos e deveres.

Carvalho et al. (2000, p.37 apud CONEGLIAN; SILVA, 2006, p.2-3) afirmam que o papel da biblioteca na sociedade é o de romper barreiras tornando os recursos informacionais acessíveis a todos:

O papel das bibliotecas nesta conjuntura é de suma relevância, mas para que ela exerça este papel é preciso que a biblioteca saia “da postura de armazenadora de informações para assumir uma postura centrada no processo de comunicação”, o que significa abandonar a paradigma da posse e assumir o paradigma de acesso, ou seja, tornar esses recursos informacionais acessíveis, eliminando as possíveis barreiras existentes.

Nesse contexto, o bibliotecário, que atua como mediador da informação precisa estar atento às necessidades de seus usuários e buscar qualificação para atuar em prol da inclusão social das pessoas com deficiência.

A questão da inclusão social das pessoas com deficiência é fato e as bibliotecas e os bibliotecários precisam se adequar a essa realidade. Nesse sentido, podemos citar os trabalhos de: PUPO; MELO; FERRÉS (2006), PAULA (2009 a, b), MORO; ESTABEL (2011), MENEGATTI (2012) etc. que analisam o tema sob diferentes aspectos.

Mudanças nas edificações e mobiliários das bibliotecas ocorreram, *softwares* para atender deficientes visuais foram desenvolvidos, mas além de mudanças em seus espaços físicos, aplicação de tecnologias assistivas e uso de suportes adequados, as bibliotecas precisam também de funcionários habilitados a atender esse usuário com necessidades específicas, e esse foi um dos motivos que levaram ao desenvolvimento dessa pesquisa.

A acessibilidade é uma questão que desperta o meu interesse desde longa data. Sempre pensava o que poderia fazer para ajudar as pessoas cegas a mergulhar no mundo mágico da leitura ao qual tinha pleno acesso.

Apesar de afastada dessa temática, o interesse pela mesma permaneceu e o convívio com familiares e amigos que atuam na área da Educação foi aos poucos retomando minha atenção para essa questão, e dediquei um pouco de tempo a uma pesquisa despreziosa para verificar como a questão da acessibilidade estava sendo tratada no âmbito da Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Os resultados dessa pesquisa preliminar apontaram que estamos abordando essa temática, mas concentrando as pesquisas na deficiência física e visual.

Inicialmente esses resultados me pareceram normais, uma vez que devido a minha falta de conhecimento na área da surdez, entendia que não havia restrições para as pessoas surdas e com deficiência auditiva no uso da biblioteca, já que sabiam ler e poderiam realizar suas pesquisas sem problemas, principalmente com o advento das novas tecnologias que aproximam à informação dos usuários (acredito que esse seja o pensamento de muitas pessoas).

No entanto, com um pouco mais de dedicação e leitura desse tema, constatei o que acima cito na epígrafe: nem toda pessoa surda se comunica por meio da língua de sinais. Encontrei estudos na área de Educação que me fizeram entender como era difícil para os surdos e deficientes auditivos comunicarem-se com os ouvintes, concluir seus estudos e ter

acesso à informação e o quanto meu pensamento estava incorreto, pois compreendi que nem todo surdo se comunica em língua de sinais, que há diferentes formas de aquisição da linguagem, vários níveis de leitura e escrita entre os surdos e deficientes auditivos. Isso foi o que me levou a aprofundar minha pesquisa, conhecer mais sobre a comunidade surda e suas necessidades e compartilhar essas informações por meio dessa dissertação.

Conforme explicado acima, a necessidade de um estudo focado na acessibilidade de usuários surdos e com deficiência auditiva em bibliotecas justifica-se, uma vez que a produção científica na área da surdez relacionada à Ciência da informação é pequena, conforme os estudos de Silva; Santos e Rodrigues (2011) e Cardoso (2014), sendo a maioria das pesquisas apresentadas na literatura voltadas para a análise da acessibilidade em bibliotecas de uma forma geral, para todos os tipos de deficiência ou com enfoque nas especificidades dos deficientes visuais.

De acordo com dados do Censo¹ 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE cerca de 9,7 milhões de pessoas declararam-se deficientes auditivas, o que representa 5,1% da população brasileira. Dentre essas pessoas 344,2 mil são surdas e 1,7 milhão de pessoas têm grande dificuldade de ouvir.

Nesse universo destacamos as pessoas surdas e com deficiência auditiva matriculadas nas Instituições de Ensino Superior - IES, uma vez que os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP divulgados na Sinopse Estatística da Educação Superior – Graduação² apontam essa demanda nas universidades:

QUADRO 1- ALUNOS SURDOS E COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA MATRICULADOS NAS IES PÚBLICAS E PRIVADAS

ANO	SURDOS	DEFICIÊNCIA AUDITIVA
2011	1.582	4.078
2012	1.650	6.008
2013	1.488	7.037

Fonte: A Autora (2015) com base em dados do INEP

Considerando que o papel das bibliotecas universitárias é “[...] estimular, apoiar, fomentar e desenvolver o saber em seus múltiplos aspectos por meio de seus acervos e das

¹ Disponível em: < <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/04/239-dos-brasileiros-declaram-ter-alguma-deficiencia-diz-ibge.html>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

² Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 19 mar. 2015

relações que nela se estabelecem” (LEITÃO, 2005, p.25), esses dados nos levaram a refletir sobre as condições de acessibilidade às pessoas surdas e com deficiência auditiva nessas bibliotecas.

Nesse sentido, buscamos amparo nas recomendações da Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias - IFLA documento específico para os serviços prestados em bibliotecas aos usuários surdos – Diretrizes para Serviços de Biblioteca para Surdos³, que serão denominadas nesse trabalho como DSBS, pois trata-se de um documento que tem por propósito: “[...] servir de estímulo para estabelecer serviços para surdos e como instrumento para avaliação da completude e da qualidade desses serviços [...]” (IFLA, 2000, p.7).

As DSBS afirmam que as bibliotecas “[...] tem a responsabilidade de garantir que suas coleções e serviços sejam acessíveis aos surdos e que os surdos estejam cientes dos serviços que as bibliotecas podem lhes prover” (IFLA, 2000, p.6).

Nesse sentido, o problema que originou essa pesquisa foi: a política de acessibilidade do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIBIBLI/UNIRIO adota as recomendações das DSBS da IFLA no atendimento aos usuários surdos e com deficiência auditiva?

O campo empírico de observação será constituído pelas bibliotecas que compõem o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIBIBLI/UNIRIO (Biblioteca Central; Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH); Biblioteca Setorial do Centro de Letras e Artes (CLA); Biblioteca Setorial da Escola de Medicina e Cirurgia (CCBS/URM); Biblioteca Setorial do Instituto Biomédico (CCBS/URB); Biblioteca Setorial de Enfermagem e Nutrição (CCBS/URS); Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (CCJP)).

Nosso objetivo geral será verificar a adoção das recomendações das Diretrizes para Serviços de Biblioteca para Surdos da IFLA pelas bibliotecas do Sistema UNIBIBLI da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

Constituem objetivos específicos da pesquisa:

³ Disponível em: < <http://especial.futuro.usp.br/documentos/guiailfla.rtf>>.

- Identificar quais itens recomendados pelas DSBS são adotados pelas bibliotecas do Sistema de Bibliotecas da UNIRIO para garantir o atendimento aos usuários surdos e com deficiência auditiva;

-Verificar se o Sistema de Bibliotecas da UNIRIO tem uma política de acessibilidade que atenda às necessidades dos usuários surdos e com deficiência auditiva;

-Identificar quais os parâmetros de acessibilidade adotados pelas bibliotecas analisadas no atendimento aos usuários surdos e com deficiência auditiva.

Essa pesquisa tem caráter exploratório com abordagem qualitativa, com apoio da pesquisa bibliográfica para o estudo de conceitos, história e literatura pertinentes à temática, bem como da pesquisa documental para analisar a legislação nacional e internacional.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram o questionário baseado na DSBS da IFLA e a entrevista estruturada, aplicados aos chefes das bibliotecas e diretoria do UNIBIBLI respectivamente.

Para atingir os objetivos propostos a pesquisa está estruturada em 14 seções. Iniciamos com a introdução que contextualiza os leitores sobre o tema do trabalho, justificativa e relevância do tema, objetivos e metodologia.

A fundamentação teórica do estudo é apresentada em seguida, seção 2, demonstrando quais autores foram referência para esta pesquisa.

As questões referentes à deficiência seguem na seção 3, apresentando o histórico da luta das pessoas com deficiência da exclusão à inclusão social, abordando os aspectos histórico, conceitual, terminológico e legislativo (nacional e internacional).

Seguimos na seção 4 apresentando questões referentes à história dos surdos, a deficiência, terminologia, aspectos legais, surdez, cultura e identidade surda.

Aprofundando a temática são estudados na seção 5 o acesso à informação e a acessibilidade em seus aspectos conceituais, legais e históricos.

Na seção 6 são estudadas as Diretrizes para Serviços de Biblioteca para Surdos da IFLA. Serão apresentadas sua história, objetivos e o documento será comparado com os quesitos de acessibilidade indicados na seção anterior.

A biblioteca, o bibliotecário e o acesso à informação são abordados na seção 7 no que se refere ao atendimento às pessoas com deficiência, especialmente as surdas e com deficiência auditiva em bibliotecas.

A trajetória da educação de pessoas com deficiência é apresentada em seus aspectos legais da educação básica ao ensino superior na seção 8.

Na seção 9 abordaremos a questão da acessibilidade aos usuários surdos e com deficiência auditiva em bibliotecas universitárias. Abordaremos questões, conceituais, legais e apresentaremos uma revisão de literatura sobre como essa temática tem sido tratada na prática por bibliotecas universitárias de vários estados brasileiros.

Em seguida apresentaremos na seção 10 os procedimentos metodológicos adotados para a realização do trabalho, onde será caracterizada a pesquisa, seu universo, suas etapas e os procedimentos de coleta de dados.

A análise dos resultados será apresentada na seção 11 tendo por base as categorias (Pessoal, Comunicação, Serviços, Acervo e Divulgação dos Programas) indicadas nas DSBS.

Com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de produtos e serviços acessíveis para os usuários surdos e com deficiência auditiva apresentaremos na seção 12 algumas recomendações complementares referentes ao tratamento desse usuário, tecnologia assistiva, materiais etc.

Na seção 13 apresentaremos nossas conclusões e sugestões. Finalizamos com as referências bibliográficas na seção 14 seguida pelos apêndices.

“Para cada pessoa o seu livro!”

(RANGANATHAN, 2009, p.50)

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na perspectiva da sociedade inclusiva a biblioteca exerce um papel de grande importância, uma vez que oferece aos seus usuários o acesso à informação que irá contribuir para a formação de um cidadão mais consciente de seus direitos e deveres.

A preocupação da Biblioteconomia com a inclusão vem de muito tempo, Ranganathan já defendia a inclusão ao publicar seu livro “As cinco leis da biblioteconomia” em 1931.

Ao disseminar livros para todos, independentemente de ser o usuário “normal ou excepcional”, o autor já pregava o direito de acesso à informação a todos, respeitando suas particularidades:

A próxima antítese a ser considerada – o normal e o excepcional – é de natureza mais complicada. Há condições excepcionais de todos os tipos. Há o enfermo temporariamente internado num hospital. Há o analfabetismo, que é uma condição passível de ser eliminada. Temos o prisioneiro recuperável atrás de grades, enquanto os deficientes visuais, auditivos e da fala formam as classes dos que são comumente descritos como excepcionais. A palavra ‘todos’ em LIVROS PARA TODOS abrange cada um deles. A Segunda Lei não conhece qualquer exceção. Não pode descansar enquanto não houver providenciado o atendimento de CADA UM, NORMAL OU EXCEPCIONAL, COM O SEU LIVRO. (RANGANATHAN, 2009, p.81).

O interesse em encontrar para cada leitor, independentemente de suas particularidades, o livro que atendesse às suas expectativas permitindo que o acesso à informação chegasse a todos os indivíduos da sociedade, fazendo com que àqueles até então excluídos por, de alguma forma, serem considerados diferentes pela comunidade, pudessem se instruir, se informar, produzir conhecimento e obter meios de melhor desenvolver sua cidadania, uma vez que o intuito da segunda lei em oferecer a cada um o seu livro (seja este em braile, audiolivro, filmes legendados etc.) é tratar a todos igualmente:

[...] No entanto a Segunda Lei tratará a todos como iguais e oferecerá a CADA UM O SEU LIVRO. Obedecerá escrupulosamente ao princípio da igualdade de oportunidades em relação aos livros, ao ensino e ao entretenimento. (RANGANATHAN, 2009, p.92).

Esse cenário pensado por Ranganathan em 1931 ganhou reforços de normas, recomendações, tratados, acordos, leis nacionais e internacionais e de um novo entendimento social no que diz respeito ao tratamento à pessoa com deficiência, e as bibliotecas

acompanhando essa evolução também estão se preocupando em oferecer um bom atendimento ao usuário com deficiência, bem como garantir-lhe o seu direito de acesso à informação.

É sobre essa preocupação das bibliotecas e dos bibliotecários em garantir o acesso à informação e melhor atender o usuário com deficiência que trata essa pesquisa, especificamente nas condições de acessibilidade aos usuários surdos e com deficiência auditiva em bibliotecas universitárias.

A proposta de acessibilidade tem contribuído para a inclusão social das pessoas com deficiência, uma vez que cria meios para igualar as oportunidades entre os cidadãos, seja por mudanças no mobiliário, transporte, tecnologia etc. permitindo-lhes viver com autonomia, conforme o conceito de acessibilidade previsto no Decreto nº 5.296/04, art.8, I:

[...] condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida [...].

Para Sasaki (2010, p.45) na questão da acessibilidade cabe à sociedade eliminar todas as barreiras, para que as [...] “pessoas com deficiência possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.”

É nesse sentido que deve atuar a biblioteca quebrando essas barreiras e oferecendo produtos e serviços que sejam compatíveis à realidade dos usuários surdos e deficientes auditivos.

Segundo Sasaki (2010, p.67) a acessibilidade hoje “não mais se restringe ao aspecto arquitetônico, pois existem barreiras de vários tipos também em outros contextos que não o do ambiente arquitetônico.”

Ainda de acordo com Sasaki (apud VIVARTA, 2003, p. 24-25) para se dizer que uma sociedade está acessível esta deve estar adequada a seis quesitos básicos de acessibilidade: acessibilidade arquitetônica, acessibilidade comunicacional, acessibilidade metodológica, acessibilidade instrumental, acessibilidade programática e acessibilidade atitudinal.

O objeto desse estudo são as Diretrizes para Serviços de Biblioteca para Surdos da IFLA (DSBS)⁴ por tratar-se de um documento que tem por propósito: “[...] servir de estímulo

⁴ Disponível em: < <http://especial.futuro.usp.br/documentos/guiaifla.rtf>>

para estabelecer serviços para surdos e como instrumento para avaliação da completude e da qualidade desses serviços [...]” (IFLA, 2000, p.7).

As DSBS afirmam que as bibliotecas “[...] tem a responsabilidade de garantir que suas coleções e serviços sejam acessíveis aos surdos e que os surdos estejam cientes dos serviços que as bibliotecas podem lhes prover” (IFLA, 2000, p.6).

As DSBS têm escopo internacional permitindo dessa forma adequações as realidades nacionais e como o próprio documento diz pode servir de base para que cada país elabore suas diretrizes:

Como essas diretrizes são de escopo internacional, deve ser entendido que precisam ser adequadas às limitações práticas locais e nacionais. [...] Além disso, este documento pode servir como uma orientação para o desenvolvimento de diretrizes nacionais para serviços de biblioteca para usuários surdos, já que pode ser facilmente modificado para adequar-se às circunstâncias locais. Na falta de qualquer orientação local, estas diretrizes devem ser aplicadas. (IFLA., 2000, p.7).

O papel do bibliotecário também está voltado a garantir a acessibilidade e inclusão a todos os usuários, como dispõe o Código de Ética da IFLA (2012, p.2) para Bibliotecários e outros Profissionais da Informação:

A missão principal dos bibliotecários e outros profissionais da informação é assegurar o acesso à informação para todos no sentido de seu desenvolvimento pessoal e educacional, enriquecimento cultural, lazer, atividade econômica, participação informada e reforço da democracia.

Ainda de acordo com o referido Código de Ética (IFLA, 2012, p.3), os bibliotecários e outros profissionais da informação precisam promover a inclusão e erradicar a discriminação:

Para promover a inclusão e erradicar a discriminação, os bibliotecários e outros profissionais da informação asseguram que o direito de acesso à informação não pode ser negado e que serviços equitativos são fornecidos para qualquer pessoa de qualquer idade, nacionalidade, crença política, condição física ou mental, gênero, descendência, educação, renda, condição imigratória ou de asilo, situação matrimonial, origem, raça, religião e orientação sexual.

Sendo assim, com fundamento nos conceitos de acesso à informação e acessibilidade propagados por Ranganathan, pelas Diretrizes da IFLA para Serviços de Bibliotecas para Surdos, pelo Código de Ética da IFLA para bibliotecários e profissionais da informação e pelos quesitos de acessibilidade de Sassaki, buscamos verificar se as Diretrizes da IFLA para

Serviços de Biblioteca para Surdos são adotadas pelas bibliotecas da UNIRIO no atendimento ao usuário surdo e com deficiência auditiva.

“Nada sobre nós sem nós”

3. DEFICIÊNCIA

3.1 DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O olhar da sociedade em relação à pessoa com deficiência mudou ao longo dos anos, passando da fase da exclusão para a fase da inclusão social, e isso ocorreu em virtude de diversas lutas das pessoas com deficiência pelo reconhecimento de seus direitos.

A epígrafe - Nada sobre nós sem nós- reflete o lema difundido internacionalmente na luta contra a opressão sofrida pelas pessoas com deficiência, que só a partir do final da década de 70 puderam ser protagonistas de suas próprias histórias:

A opressão contra as pessoas com deficiência tanto se manifestava em relação à restrição de seus direitos civis quanto, especificamente, à que era imposta pela tutela da família e de instituições. Havia pouco ou nenhum espaço para que elas participassem das decisões em assuntos que lhes diziam respeito. Embora durante todo o século XX surgissem iniciativas voltadas para as pessoas com deficiência, foi a partir do final da década de 1970 que o movimento das pessoas com deficiência surgiu, tendo em vista que, pela primeira vez, elas mesmas protagonizaram suas lutas e buscaram ser agentes da própria história. (LANNA JÚNIOR, 2010, p.12).

Os esforços do movimento das pessoas com deficiência nos últimos trinta anos focaram as mudanças de conceitos e paradigmas trazendo uma nova perspectiva sobre a deficiência. O movimento caminhou em busca dos Direitos Humanos, de incluir as pessoas com deficiência no todos, saindo do modelo assistencialista que vigorava até então. “As atitudes, suposições e percepções a respeito da deficiência passaram de um modelo caritativo para um modelo social” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 14).

Inicialmente surgiram organizações criadas e geridas pelas próprias pessoas com deficiência, mas tinham um cunho solidário e atuavam em bairros com a finalidade de auxílio mútuo, não havia objetivos políticos. A proposta de uma mobilização política visando a garantia dos direitos ocorreu no período posterior a 1979. “Surgem as primeiras organizações compostas e dirigidas por pessoas com deficiência contrapondo-se às associações que prestavam serviços a este público” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 18, 28, 33-34).

No final da década de 70, o movimento ganhou visibilidade e houve uma mobilização nacional no Brasil e, diante da conjuntura da época, marcada pelo processo de

redemocratização e da participação da sociedade civil fizeram com que os movimentos sociais em geral, dentre eles, os das pessoas com deficiência se articulassem nacionalmente criando “estratégias de luta para reivindicar igualdade de oportunidades e garantias de direitos” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 34-35).

No início da década de 80 grupos formados por cegos, surdos, deficientes físicos e hansenianos reuniram-se e definiram como estratégia a “criação de uma única organização de representação nacional a ser viabilizada por meio da Coalizão Pró-Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 13).

No entanto, perceberam que cada grupo tinha demandas diferentes que não poderiam ser supridas em uma única plataforma de reivindicações, o que levou o movimento a adotar uma nova estratégia privilegiando a criação de federações nacionais por tipo de deficiência, sendo que para debater as questões comuns foi criado o Conselho Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes.

A criação de entidades por tipo de deficiência não ocorreu somente no Brasil, mas em todo o mundo, bem como foram criadas políticas internacionais para cada tipo de deficiência e isso se deu também em virtude do Ano Internacional das Pessoas Deficientes.

Em 1981 a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), o que veio fortalecer as discussões que aconteciam no mundo e no Brasil pelos direitos das pessoas com deficiência.

A luta do movimento repercutiu na Assembleia Nacional Constituinte Brasileira de 1988, pois a proposta do movimento era garantir direitos iguais aos deficientes, contrapondo-se com a proposta apresentada que era de tutelas especiais para esses cidadãos. O movimento via a separação como uma forma de discriminação e reivindicou “que os dispositivos constitucionais voltados para as pessoas com deficiência deveriam integrar os capítulos dirigidos a todos os cidadãos. [...] vislumbrava que o tema deficiência fosse transversal no texto constitucional” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 65).

Com essa luta o movimento “conseguiu incorporar, mais do que direitos ao longo de todo o texto constitucional, ao menos pelo viés legal, o princípio da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 68).

As lutas das pessoas com deficiência se propagaram ao longo dos anos e o “reconhecimento das especificidades e particularidades das pessoas com deficiência foi a principal conquista do movimento nos últimos trinta anos” (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 107).

Essas lutas refletem na sociedade que começa a entender essa busca das pessoas com deficiência por seus direitos. Por outro lado, essas conquistas e essa nova percepção da comunidade ainda não representam a garantia da efetivação dos direitos das pessoas com deficiência e o movimento ainda enfrenta desafios:

[...] primeiro, garantir que os instrumentos legais, até então conquistados, sejam implantados e implementados na vida cotidiana; segundo, construir um discurso comum que ao mesmo tempo considere as particularidades de cada pessoa com deficiência e promova a convergência para a luta por direitos e não discriminação; terceiro, formar e fortalecer novas lideranças capazes de estabelecer metas a serem ultrapassadas e dar continuidade à história do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil; e, por fim, se unir a outros segmentos da população compartilhando sua história, seus aprendizados e suas conquistas para garantir que sejam superadas as situações de vulnerabilidades e de violações de direitos que afetam a crianças, adolescentes, idosos, homossexuais, trabalhadores e a qualquer pessoa com ou sem deficiência e que juntos possam construir uma sociedade mais justa, igualitária, tolerante e pacífica na qual, de fato, sejam os Direitos Humanos de todos e para todos. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 107- 108).

Esse breve relato, sintetiza um pouco da história da luta e mobilização das pessoas com deficiência no Brasil e no mundo, vejamos como se deu o processo da exclusão até a inclusão social desses indivíduos.

Na fase da exclusão as pessoas com deficiência eram vistas como incapazes, inválidas, sem utilidade para a sociedade e, por isso, eram dela excluídas, independente do tipo de deficiência que apresentassem.

Do final do século XIX até o final da década de 40 ocorreu a fase da segregação institucional, que “consistia em o Estado, a família ou a sociedade de um modo geral internar pelo resto da vida as pessoas com deficiência em grandes instituições fechadas terminais”, e se comparada à fase da exclusão pode ser considerada um progresso da humanidade, pois não estimulava a eliminação dessas pessoas (VIVARTA, 2003, p. 22).

Em algumas culturas as pessoas com deficiência eram internadas em “instituições de caridade, junto com doentes e idosos. Essas instituições [...] serviam basicamente para dar abrigo, alimento, medicamento e alguma atividade para ocupar o tempo ocioso” (SASSAKI, 1997 apud SASSAKI, 2010, p.31).

Em contrapartida, uma nova proposta é apresentada pelo movimento da integração social, entre as décadas de 50 e 80. Inspirado nos serviços de reabilitação de pessoas com deficiência (VIVARTA, 2003, p.20, 22).

No final da década de 60 esse movimento “começou a procurar inserir as pessoas com deficiência nos sistemas sociais gerais como a educação, o trabalho, a família e o lazer” (SASSAKI, 2010, p. 31).

Essa prática da integração social consistia em um esforço unilateral da pessoa com deficiência em se adaptar à sociedade. Ela integraria a sociedade desde que fosse “capaz de superar as barreiras físicas, programáticas e atitudinais” ali presentes (SASSAKI, 2010, p. 33).

O modelo da integração começou a ser questionado a partir dos anos 80, com o movimento internacional das organizações de pessoas com deficiência, que denunciou as injustiças desse modelo, que só aceitava pessoas com deficiência que estivessem prontas para conviver socialmente, ou seja, que estivessem aptas para aprender, trabalhar, se expressar, se locomover mais ou menos bem pelas ruas das cidades (VIVARTA, 2003, p.19) sem que isso exigisse qualquer esforço ou modificação por parte da comunidade.

Ainda de acordo com Sasaki (2010, p. 34) a integração exigia pouco ou quase nada da sociedade em termos de modificação, pois nesse modelo a pessoa com deficiência era aceita desde que fosse capaz de:

- moldar-se aos requisitos dos serviços especiais separados (classe especial, escola especial etc.);
- acompanhar os procedimentos tradicionais (de trabalho, escolarização, convivência social etc.);
- contornar os obstáculos existentes no meio físico (espaço urbano, edifícios, transportes etc.);
- lidar com as atitudes discriminatórias da sociedade, resultantes de estereótipos, preconceitos e estigmas (Sasaki, 1995a; Amaral, 1994, p. 18, 35-37,40), e
- desempenhar papéis sociais individuais (aluno, trabalhador, usuário, pai, mãe, consumidor etc.) com autonomia, mas não necessariamente com independência.

Em 1981 a Declaração de Princípios aprovada pela Disabled Peoples’ International – DPI, uma organização não governamental e sem fins lucrativos, criada por pessoas com deficiência coloca em discussão a questão da equiparação de oportunidades e nesse mesmo ano é instituído o Ano Internacional das Pessoas Deficientes pela ONU oficializa-se o “embrião do conceito de sociedade inclusiva” (VIVARTA, 2003, p.20).

No final dos anos 80 e início da década de 90 começa-se a perceber e a disseminar que a integração social era insuficiente para eliminar com a discriminação contra as pessoas com

deficiência, bem como não propiciava a verdadeira participação plena com igualdade de oportunidades (SASSAKI, 2010, p.33).

E por volta de 1987 surgem as primeiras tentativas de prática inclusiva - o movimento da inclusão social que exige um esforço bilateral da sociedade e da pessoa com deficiência para que juntas possam “equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos” (SASSAKI, 1997 apud SASSAKI, 2010, p. 39-40).

A inclusão social baseia-se no modelo social de deficiência no qual “para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros” (SASSAKI, 2010, p. 40).

Os princípios que norteiam a prática da inclusão social são: “aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação” (SASSAKI, 2010, p. 40).

Apesar de serem conceitos distintos os termos integração e inclusão social ainda continuam a serem usados como sinônimos, então cabe ressaltar as explicações de Sasaki (2010, p.41) nesse sentido: “[...] integração significando ‘inserção da pessoa com deficiência preparada para conviver na sociedade’ e a inclusão significando ‘modificação da sociedade como pré-requisito para qualquer pessoa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania.’”

Com esse movimento da inclusão social surge o conceito de sociedade inclusiva, ou seja, aquela que:

[...] garante seus espaços a todas as pessoas, sem prejudicar aquelas que conseguem ocupá-los só por méritos próprios.

[...] Além disso, uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas as pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatórias. (SASSAKI, 2010, p. 172).

É nessa sociedade inclusiva que as bibliotecas estão inseridas e precisam se adaptar para cumprirem sua missão de provedoras de informação, contribuindo para a inclusão social das pessoas com deficiência.

Para ilustrar essas mudanças da exclusão social até a inclusão elaboramos um quadro com alguns marcos legais nacionais e internacionais que refletem a luta do movimento das pessoas com deficiência:

QUADRO 2 - MARCOS LEGAIS DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO SOCIAL – LEGISLAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL (continua)

ANO	TÍTULO	ASSUNTO
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos – ONU – proclamada em 10 de dezembro de 1948	Direitos humanos.
1975	Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes – ONU – aprovada em 09 de dezembro de 1975	Direitos das pessoas com deficiência.
1976	Resolução nº 31/123 – ONU	Ano Internacional das Pessoas Deficientes .
1981	Declaração de Princípios	Equiparação de Oportunidades.
1982	Resolução nº 37/52 – ONU	Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes .
1983	Declaração de Cave Hill	Equiparação de oportunidades.
1988	Constituição da República Federativa do Brasil	Estabelece direitos fundamentais e sociais das pessoas portadoras de deficiência .
1989	Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência , sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
1990	Resolução nº 45/91 – ONU – 14 de dezembro de 1990	Propõe uma sociedade para todos até 2010.
1990	Declaração de Jomtien – 09 de março de 1990	Declaração Mundial sobre Educação para Todos.
1991	Lei nº 8.160, de 08 de janeiro de 1991	Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva.
1993	Resolução nº 48/96 – ONU – 20 de dezembro de 1993	Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência .
1994	Declaração de Salamanca, de 10 de julho de 1994	Sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais

QUADRO 2 - MARCOS LEGAIS DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO SOCIAL – LEGISLAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL (continuação)

ANO	TÍTULO	ASSUNTO
1996	Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
1999	Convenção da Guatemala – OEA – 28 de maio de 1999	Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência .
1999	Carta para o Terceiro Milênio – 09 de setembro de 1999	Estabelece medidas para proteger os direitos das peessoas com deficiência mediante o apoio ao pleno empoderamento e inclusão em todos os aspectos da vida.
2000	Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000	Estabelece atendimento prioritário às peessoas portadoras de deficiência .
2000	Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das peessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
2001	Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão – 05 de junho de 2001	Sociedade Inclusiva.
2001	Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001	Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.
2001	Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência .
2002	Declaração de Madri – 23 de março de 2002	Estabelece parâmetro conceitual para as atividades do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência tanto em nível da União Européia como nos níveis regional, nacional e local.
2002	Declaração de Sapporo – 18 de outubro de 2002	As peessoas com deficiência se opõem às guerras, violência e todas as formas de opressão, que causam deficiência por causa de minas terrestres e diversos tipos de destruição armada e tortura.

QUADRO 2 - MARCOS LEGAIS DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO SOCIAL – LEGISLAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL (conclusão)

ANO	TÍTULO	ASSUNTO
2002	Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.
2005	Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005	Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência .
2005	Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
2006	Declaração da década (2006-2016) das Américas pelos direitos e pela dignidade das pessoas com deficiência – OEA	Tem por objetivos alcançar o reconhecimento e o pleno exercício dos direitos e da dignidade das pessoas com deficiência , e seu direito de participar plenamente da vida econômica, social, cultural, política e no desenvolvimento de suas sociedades, sem discriminação e em situação de igualdade com os demais (cidadãos e cidadãs).
2006	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – ONU	Direitos das Pessoas com Deficiência .
2008	Lei nº 11.796, de 29 de outubro de 2008	Institui o Dia Nacional dos Surdos.
2009	Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
2011	Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.
2015	Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Fonte: A Autora (2015)

Em julho do corrente ano foi sancionada a Lei nº 13.146/2015 instituindo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e entrará em vigor após decorridos 180 dias de sua publicação oficial. Destacamos alguns pontos da referida Lei referentes ao tema da nossa pesquisa:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

[...]

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

[...]

II – aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

[...]

V – adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

[...]

XIII – acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

[...]

XVI – acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

[...]

Art. 63. É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

[...]

Art. 68. O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação.

[...]

§ 3º O poder público deve estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência é mais um indicativo de que estão ocorrendo mudanças sociais na luta contra as barreiras que impedem as pessoas com

deficiência de conviverem em uma sociedade inclusiva e os bibliotecários precisam estar atentos a essas mudanças para tornar as bibliotecas ambientes acessíveis.

3.2 TERMINOLOGIA

O quadro 2 nos permite visualizar uma pequena parte da legislação nacional e internacional conquistada com a luta do movimento das pessoas com deficiência, além disso, por meio dos termos grifados em negrito, podemos observar que há uma divergência quanto à terminologia adotada para se referir às pessoas com deficiência.

Isso se explica, pois como já abordamos no início da seção 3, durante muitos anos as pessoas com deficiência receberam tratamento discriminatório, pejorativo por serem consideradas incapazes e a própria terminologia utilizada para se referir a elas era excludente, mas essa terminologia refletia os valores e conceitos entendidos como corretos à época, passando a serem considerados incorretos à medida que os mesmos conceitos foram alterados pela própria sociedade, havendo dessa forma necessidade de adequá-los ao contexto, como bem explica Sasaki (2005b, p.1):

Os termos são considerados corretos em função de certos valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época. Assim, eles passam a ser incorretos quando esses valores e conceitos vão sendo substituídos por outros, o que exige o uso de outras palavras. Estas outras palavras podem já existir na língua falada e escrita, mas, neste caso, passam a ter novos significados. Ou então são construídas especificamente para designar conceitos novos.

Dentre os muitos termos utilizados ao longo dos anos para se referir as pessoas com deficiência, cabe esclarecer inicialmente a diferença entre deficiência e incapacidade. Sasaki (2005a, p.1) esclarece que a palavra deficiência “denota uma condição da pessoa resultante de um impedimento”, sendo a palavra impedimento, do inglês *impairment*, “ser traduzido como impedimento, limitação, perda ou anormalidade numa parte (isto é, estrutura) do corpo humano ou numa função (isto é, funções fisiológicas) do corpo [...]”.

A incapacidade, de acordo com Sasaki (2005a, p.1) “denota um estado negativo de funcionamento da pessoa, resultante do ambiente humano e físico inadequado ou inacessível, e não um tipo de condição”.

Segundo Sasaki (2005b, p.2) até a década de 80 era muito comum a utilização dos termos aleijado, defeituoso, incapacitado, inválido para se referir às pessoas com deficiência.

A partir de 1981, Ano Internacional das Pessoas Deficientes, passou-se a utilizar a expressão pessoa deficiente. E aos poucos, entre 1986 e 1996, foi introduzida a expressão pessoa portadora de deficiência, ou apenas portadora de deficiência, na forma reduzida.

As pessoas com deficiência entendem que o uso da expressão pessoa portadora de deficiência é incorreto, uma vez que a deficiência não é como uma coisa que se porta ou não se porta, como um documento de identidade ou um guarda-chuva, como cita Sasaki (2005b, p.9).

A expressão adotada atualmente é pessoa com deficiência, isso porque, transmite um caráter humano ao termo, que foi consolidado em 2006 pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU):

“Pessoa com deficiência” passou a ser a expressão adotada contemporaneamente para designar esse grupo social. Em oposição à expressão “pessoa portadora”, “pessoa com deficiência” demonstra que a deficiência faz parte do corpo e, principalmente, humaniza a denominação. Ser “pessoa com deficiência” é, antes de tudo, ser pessoa humana. É também uma tentativa de diminuir o estigma causado pela deficiência. A expressão foi consagrada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006. (LANNA JÚNIOR, 2010, p.15).

A adoção da terminologia correta é de suma importância, principalmente, quando se trata de um assunto cercado de preconceitos e discriminação, como bem afirma Sasaki (2005b, p. 1).

Atualmente tramita no Senado Federal o Projeto de Lei do Senado - PLS 25/13⁵ que visa alterar a terminologia pessoa portadora de deficiência, adotada em quatro leis federais (Lei 8.989/95; Lei 9.503/97 Lei 10.048/00; Lei 10.098/00) para pessoa com deficiência conforme prevê a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/09).

A proposta do senador Rodrigo Rollemberg “busca uniformizar a legislação garantidora dos direitos de pessoas com deficiência à luz da referida Convenção.” O argumento utilizado pelo senador foi no sentido de trazer benefícios para as pessoas com deficiência:

⁵ Disponível em: < <http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/122694.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

[...] a alteração da terminologia nas leis que garantem os direitos das pessoas com deficiência eram demandas reais e não mero preciosismo terminológico. A vida dessas pessoas, de fato, é afetada pelo modo como as leis são redigidas. Por essa razão, busco agora a uniformização terminológica, convencido de que trará reais benefícios para a vida das pessoas com deficiência.

Nesse trabalho adotaremos o termo pessoa com deficiência, conforme indicado na literatura, exceto nos casos de citações de textos legais ou de autores que utilizam as outras terminologias explicadas acima, aos quais acrescentaremos a expressão latina *sic*.

Agora que conhecemos um pouco sobre a luta do movimento das pessoas com deficiência, o histórico da exclusão até a inclusão social e a terminologia adequada, adentraremos no universo da surdez que é o objeto do nosso estudo.

*“[...] Ser surdo é pertencer a um mundo de experiência visual e não auditiva.”
(PERLIN, 2013, p.56).*

4. SURDOS

Sendo os usuários surdos e com deficiência auditiva o foco desse estudo, cabe esclarecer alguns pontos de sua história, ainda que de forma breve, tais como: conceituação, diferenciação terminológica, comunidade e identidade surda, filosofias educacionais e evolução histórica.

Buscamos na literatura aspectos que precisam ser conhecidos para a compreensão das dificuldades enfrentadas pelas pessoas surdas e com deficiência auditiva no acesso às informações em bibliotecas, de forma que possamos desenvolver produtos e serviços que atendam a esses usuários, iniciando pelo aspecto histórico do tratamento dispensado as pessoas surdas.

4.1 SURDOS E SOCIEDADE: EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Nesse tópico faremos uma viagem ao passado para entendermos como o surdo era visto pela sociedade ao longo dos tempos, e como essa visão refletiu no processo educacional dessas pessoas.

Para isso, contaremos com a ajuda de alguns autores, dos quais destacamos os trabalhos das autoras surdas Strobel e Perlin.

De acordo com Strobel (2008, p.80) inicialmente os surdos eram vistos por dois aspectos: o clínico e o religioso. Pelo aspecto clínico os surdos eram vistos como deficientes, anormais dos ouvidos, cordas vocais e até mesmo do cérebro, o que despertava, por parte dos médicos, dedicação e empenho, passando a pesquisar a fala e a probabilidade de aprendizagem dos surdos.

No aspecto religioso abades, padres e outros religiosos demonstravam interesse em se responsabilizarem pelo cuidado e educação dos surdos e isso se refletia nas atitudes assistencialistas.

Na Antiguidade os surdos eram considerados ignorantes e excluídos da sociedade, pois com base em crenças místicas e religiosas acreditava-se que os surdos eram “obras do mal que deveriam ser evitados a todo custo”, como afirma Moura (1997 apud STROBEL, 2008, p.81).

“Sendo a causa da surdez atribuída à presença de demônios nos corpos dos sujeitos surdos pelo castigo divino ao pecado anterior”, a cura da surdez só poderia ocorrer por milagre de Deus, de acordo com Perello e Tortosa (1968 apud STROBEL, 2008, p.81).

Nesse período da Antiguidade acreditava-se que os surdos não eram capazes de aprender, uma vez que não desenvolviam a linguagem e “sem linguagem não podiam desenvolver pensamentos, assim sendo eles não poderiam aprender, pois não havia a instrução” (SANCHES, 1990 apud STROBEL, 2008, p.82).

“Os romanos negavam aos surdos seus direitos legais, e até o século XII não podiam sequer se casar”. (PEREIRA; MENDES, 2009, p.30). Eram “[...] excluídos da vida social e educacional, não havia escolas para os mesmos [...]” (MOURA, 2000 apud STROBEL, 2008, p.83).

A visão da Igreja Cristã, em relação aos surdos, na Idade Média era de que por não falarem não poderiam compreender os dogmas religiosos, se confessar, o que os excluía da chance de salvação, eram tratados como imbecis que não tinham condições de receber educação, sendo a cura da surdez dependente de um milagre (STROBEL, 2008, p.83).

“No final da Idade Média, começa a se esboçar um caminho para a educação dos surdos, em uma visão preceptoral, gradualmente substituída pela institucionalização” (PEREIRA; MENDES, 2009, p.30).

Como veremos, a discussão em torno da educação dos surdos ao longo dos séculos fundamentou-se na adoção de filosofias educacionais que, com o passar dos anos, foram alternando entre oralismo, comunicação total e bilinguismo, vejamos cada um deles:

A proposta do oralismo consistia “na proibição do uso da língua de sinais [...] preservando a ideia de que aos surdos cabe se oralizarem e, por meio da língua oral, aprenderem. [...] Tinha como premissa a superioridade da língua oral sobre a língua de sinais [...]” (ARCOVERDE, 2011, p.122) e por finalidade “habilitar e/ou reabilitar o deficiente auditivo para a modalidade oral-auditiva de comunicação” (CONEGLIAN, 2008, p.88).

Pela proposta da comunicação total “a aprendizagem poderia ser efetivada, através da utilização de diversas estratégias de combinações simultâneas entre sinais e linguagem oral” (ARCOVERDE, 2011, p.132).

Tinha por objetivo a “integração social do indivíduo surdo [...] permitindo uma flexibilidade das técnicas e procedimentos que pudessem garantir uma comunicação mais satisfatória entre surdos e ouvintes” (CONEGLIAN, 2008, p.91).

O bilinguismo defende a ideia que “o surdo deve ser considerado um indivíduo que tem língua própria, portanto, deve aprendê-la o mais cedo possível e preferencialmente como primeira língua (L1). A língua majoritária deve ser aprendida como segunda língua (L2)” (ARCOVERDE, 2011, p.135).

Agora que conhecemos as filosofias educacionais vejamos como elas foram aplicadas na história dos surdos.

A possibilidade de o surdo aprender por meio da língua de sinais ou língua oral foi apontada no século XV por Bartolo della Marca d’Ancona, “advogado e escritor que considerou consequências diferenciadas, do ponto de vista legal, aos surdos que conseguissem se expressar por sinais ou de outra forma” (PEREIRA; MENDES, 2009, p. 30).

No século XVI, Rodolfo Agrícola “diferenciou a surdez do mutismo e defendeu que os surdos de nascença poderiam se expressar pela escrita” (PEREIRA; MENDES, 2009, p. 37).

Ainda no século XVI a questão da possibilidade de educação para os surdos foi defendida pelo médico italiano Girolamo Cardano. Seu interesse pela educação dos surdos deve-se ao fato de ser pai de um filho surdo, o que o levou a dedicar-se aos estudos dos ouvidos, da boca e do cérebro, tendo contribuído principalmente nos estudos da linguagem (RADUTZKY, 1992 apud STROBEL, 2008, p.84). Ele declarou que os surdos “poderiam e deveriam receber instrução” e fundamentou seu trabalho utilizando sinais e linguagem escrita (PEREIRA; MENDES, 2009, p. 31).

Em seus estudos Arcoverde (2011, p.118-121) nos esclarece que as primeiras práticas pedagógicas iniciaram-se com os preceptores que ensinavam os surdos de famílias nobres. No entanto, a história reconhece como primeiro professor de surdos Pedro Ponce de León, monge beneditino espanhol, que no século XVI adotou um método oralista para ensinar pessoas surdas a falar, ler, escrever, fazer contas e orar, mas esses ensinamentos eram ministrados somente aos filhos de famílias de posses.

León influenciou outros educadores, dentre eles Juan Pablo Bonet (1579-1633) que registrou em um livro o método utilizado por León – Reducción de lãs Letras y Arte para Enseñar à Hablar lós Mudos - publicado em 1620 e que foi o primeiro livro de educação de surdos, sendo utilizado por gerações e apresentou pela primeira vez o alfabeto digital ou

manual, “sistema de códigos ou forma manual que possibilita representar letra por letra, através da datilologia, as palavras da língua oral” (ARCOVERDE, 2011, p.119).

Johann Conrad Amman – século XVII – “iniciou o movimento oralista alemão, com base nas propostas de Bonet e de Wallis” (PEREIRA; MENDES, 2009, p.37).

John Bulwer – século XVII – “defendeu que a linguagem das mãos era a única natural dos homens, especialmente para o surdo poder usar o alfabeto manual (PEREIRA; MENDES, 2009, p.37).

No século XVII John Wallis “escreveu o primeiro livro em inglês sobre surdos. É considerado o fundador do oralismo na Inglaterra” (PEREIRA; MENDES, 2009, p. 37).

J.F.L. Arnoldi, século XVII “ensinava leitura labial, leitura e escrita e acreditava na abordagem natural para ensinar linguagem” (PEREIRA; MENDES, 2009, p.37).

Francis Green, no século XVII, “lutou pela implantação de uma escola pública nos Estados Unidos [...] abandonou a defesa do oralismo, considerando que a melhor forma de educar o surdo seria mediante o uso da língua de sinais” (PEREIRA; MENDES, 2009, p. 32).

No século XVIII Rodrigues Pereira “[...] defendia a oralização e usava também um alfabeto digital especial. Os sinais eram usados para explicações lexicais, convenções [...] até que os surdos tivessem capacidade de se comunicar oralmente ou pela escrita” (PEREIRA; MENDES, 2009, p. 32).

Em 1750 o abade Charles-Michel de L’Epée (1712-1789) se destaca na educação dos surdos. Nessa época “aprende com os próprios surdos, os sinais utilizados durante o processo comunicativo. De posse destas informações, L’Epée cria os sinais metódicos, uma combinação da língua de sinais com a gramática francesa” (SANTIAGO, 2011, p.195).

L’Epée é considerado, por alguns estudiosos, o inventor da língua de sinais. O sistema adotado pelo abade francês era considerado simples e fundamentava-se na “correspondência entre os sinais e os objetos concretos, mostrando, concomitantemente, a relação entre o sinal e o objeto referente. Em seguida, ele associava o sinal à palavra escrita em francês” (ARCOVERDE, 2011, p.120).

“O mais importante desse sistema de ensino residia no fato de L’Epée acreditar que os surdos possuíam uma linguagem de sinais que não podia ser vista como simples “coleção de sinais” (LANE, 1984, p.63), pois consistia em uma linguagem eficaz, que podia ser organizada e utilizada para ajudar aos surdos na apropriação de todo e qualquer conhecimento social e cultural” (ARCOVERDE, 2011, p.120).

O reconhecimento do trabalho de L'Epée repercutiu no mundo inteiro, pois seus alunos não só tornaram-se capazes de se comunicarem em língua de sinais e língua francesa, como passaram a ministrar aulas para crianças surdas disseminando o aprendizado adquirido.

Em 1755 L'Epée criou o Instituto Nacional para Surdos-mudos em Paris atual Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris, a primeira escola pública de surdos no mundo. E como esclarece Novaes (2010, p.51) foi desse instituto francês que veio para o Brasil o Padre Huet, a convite de D. Pedro II, para ensinar o método de L'Epée aos surdos brasileiros.

O abade francês L'Epée recebeu muitas críticas dos educadores oralistas, como Thomas Braidwood na Inglaterra e Samuel Heinicke (1729-1790) na Alemanha, como destaca Strobel (2008, p.86).

Thomas Braidwood fundou, em 1760, em Edimburgo, uma escola “com base no oralismo, mas aceitava os gestos naturais e sinais, recomendando o alfabeto bimanual usado até hoje na Inglaterra” (PEREIRA ; MENDES, 2009, p. 38).

Em 1778, Samuel Heinicke criou sua própria escola para surdos (Lacerda, 1998; Fullwood, Williams, 2000 apud BISOL et al., 2010, p.149). É considerado o fundador do oralismo na Alemanha no século XVIII.

No século XIX o médico francês Jean-Marie Gaspard Itard (1775-1838) ganhou destaque na educação dos surdos. “Suas pesquisas iniciais estavam voltadas para a cura da surdez e, posteriormente, para a aquisição da fala e o aproveitamento dos resíduos auditivos pelos surdos”. Dentre seus trabalhos destacou-se o realizado com o menino Victor de Aveyron que “foi encontrado numa floresta, ao sul da França, [...] com doze anos presumíveis que não falava, não respondia a estímulos sonoros e apresentava graves comprometimentos emocionais” (ROCHA, 2008, p.18-19).

Em 1815, após estudos realizados no Instituto de Surdos de Paris, o reverendo Thomas Hopkins Gallaudet (1787-1851) retorna aos Estados Unidos com Laurent Clérc (1785-1869), professor surdo, para criar a primeira escola para surdos da América (ROCHA, 2008, p.19). A escola foi fundada em 1817.

Em 1857 foi fundada oficialmente no Brasil a primeira escola para surdos, hoje denominada Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. “Até [...] 1908, a data da fundação [...] era considerada o dia 1º de janeiro de 1856. [...] o artigo 7º do decreto nº 6892 de 19 de março de 1908 que alterou para o dia 26 de setembro de 1857 em decorrência da Lei 939 pela qual o Império passa a subvencionar o Instituto” (ROCHA, 2008, p.31).

Ainda no século XIX, nos Estados Unidos, Alexander Graham Bell era favorável ao oralismo e publicou vários artigos “criticando a cultura surda e a língua de sinais alegando que era inferior à língua oral e não propiciava o desenvolvimento intelectual dos sujeitos surdos” (STROBEL, 2008, p.88).

Essa controvérsia entre o oralismo e a língua de sinais na educação dos surdos estava presente na Europa, nos Estados Unidos e em outros países e em 1880 a história dos surdos foi marcada pela realização do Congresso Internacional de Professores de Surdos em Milão.

Nesse congresso discutiu-se a importância dos métodos língua de sinais, oralista e misto (língua de sinais e oral) e votou-se qual dos métodos deveria ser adotado na educação dos surdos. O resultado apontou o método oralista como vencedor, sendo proibido oficialmente o uso da língua de sinais, sob a alegação de que a mesma destruía a habilidade da oralização dos surdos (STROBEL, 2008, p.90).

A consequência dessa decisão foi que por “mais ou menos cem anos, os surdos ficaram subjugados às práticas ouvintistas tendo que abandonar sua língua de sinais, a cultura e a sua identidade surda” (STROBEL, 2008, p.91).

“Esse congresso é um marco histórico, pois determinou a tendência seguida na educação dos surdos ao longo do século XX, especialmente na Europa e na América Latina” (Lacerda, 1998 apud BISOL et al., 2010, p.149).

Apesar de proibida nas escolas, a língua de sinais continuava a ser usada pelos surdos na interação com os grupos sociais que participavam (ARCOVERDE, 2011, p.124).

A adoção do oralismo resultou em insucessos na escolarização de crianças e jovens surdos e isso levou os defensores de uma educação mais flexível, que envolvesse gestos e outras formas de comunicação, a proporem uma ruptura com essa educação oralista (CONEGLIAN, 2008, p.91).

Apesar de usar a língua de sinais, a abordagem da comunicação total não obteve muito êxito, uma vez que ainda dava ênfase à linguagem oral e não considerava o direito do surdo de “fazer uso de sua língua natural e de, por meio dela, ter a oportunidade de aprender e de se desenvolver” (ARCOVERDE, 2011, p.133).

“É evidente que o impasse educacional gerado por essa prática é, do mesmo modo que na prática oralista, conflitante. Nessa abordagem, os alunos nem desenvolviam aprendizado efetivo da língua deles, nem tampouco da língua oral [...]” (FERREIRA BRITO, 1993 apud ARCOVERDE, 2011, p.132).

Novos estudos foram realizados na década de 1960 e demonstraram a importância da língua de sinais para a educação de surdos, comprovando sua gramaticalidade e estrutura linguística. Dentre eles o trabalho do linguista William Stokoe (1960) se destacou e tornou-se referência para as demais pesquisas linguísticas da língua de sinais nos Estados Unidos, Europa e Brasil (CONEGLIAN, 2008, p.92; STROBEL, 2008, p.92).

Em 1994 a Declaração de Salamanca - Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais – em seu capítulo II - Linhas de ação em nível nacional. Política e organização - no item 19 destacou a importância da língua de sinais para os surdos e a necessidade de ser reconhecida e adotada como forma de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua de sinais nacional:

19. Políticas educacionais deveriam levar em total consideração as diferenças e situações individuais. A importância da linguagem de signos como meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deveria ser reconhecida e provisão deveria ser feita no sentido de garantir que todas as pessoas surdas tenham acesso à educação em sua língua nacional de signos. Devido às necessidades particulares de comunicação dos surdos e das pessoas surdas/cegas, a educação deles pode ser mais adequadamente provida em escolas especiais ou classes especiais e unidades em escolas regulares.

No Brasil a língua brasileira de sinais – Libras foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão – Lei nº 10.436/02, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05 e o ensino da Libras deve fazer parte obrigatoriamente dos currículos dos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, bem como deve ser incluída como disciplina optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, conforme determina o Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que também estabelece a organização da educação bilíngue no ensino regular.

O reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão marcou a adoção da educação bilíngue para os surdos. A educação das pessoas surdas deve ocorrer em escolas ou classes de educação bilíngue que são “[...] aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo”, conforme art. 22, § 1º do Decreto nº 5.626/05.

A proposta do bilinguismo adotada pelo sistema educacional brasileiro “advoga que não privilegia uma língua, mas busca dar condições às crianças surdas de desenvolverem-se

em língua de sinais e, posteriormente, na língua oficial do país, podendo usar a modalidade oral-auditiva e ou escrita” (ALBRES, 2010, p.36).

Embora o uso da língua de sinais seja uma prática entre os surdos, esses ainda enfrentam dificuldades de comunicação com os ouvintes devido a falta de conhecimento dos mesmos em relação ao universo das pessoas surdas, falta-lhes a chamada acessibilidade atitudinal, como veremos na seção 5:

[...] durante muito tempo os surdos foram impedidos de interagir entre si, visto que sua língua não era aceita na sociedade, conseqüentemente, houve muitas perdas no processo do desenvolvimento cognitivo desses sujeitos. Embora, já seja resguardado o direito do surdo de se comunicar através da língua de sinais, ele ainda convive com diversos problemas devido à limitação de conhecimento que as pessoas do seu ciclo de convivência tem a respeito desse assunto”. (FARIA et al., 2011, p. 174).

Strobel (2008, p.31-32) faz uma reflexão em seu estudo sobre a visão dos ouvintes em relação aos surdos e afirma que por falta de conhecimento a sociedade não sabe como se relacionar com eles e muitas vezes acabam agindo de forma paternalista, como se os surdos fossem coitadinhos e, por outras vezes, agem como se a surdez fosse uma doença contagiosa.

A autora compartilha a posição dos surdos ante essas reações dos ouvintes, citando outra autora surda – Strnadova, que por sua vez afirma que os surdos ficam incomodados quando atraem os olhares dos ouvintes, mas que entende esse comportamento dos ouvintes e reconhece que eles não agem assim propositalmente, mas sim por não terem recebido as informações necessárias para relacionarem-se com pessoas surdas:

À medida que aprofundamos as nossas reflexões a respeito do povo surdo, verificamos o quão as representações imaginárias têm os povos ouvintes acerca de sujeitos surdos. O povo ouvinte por falta de conhecimentos nomeia erroneamente os sujeitos surdos, muitas vezes vêm-nos com inferioridade. A sociedade não conhece nada sobre o povo surdo e, na maioria das vezes, fica com receio e apreensiva, sem saber como se relacionar com os sujeitos surdos, ou tratam-nos de forma paternal, como “coitadinhos”, ou lidam como se tivéssemos “uma doença contagiosa”, ou de forma preconceituosa e outros estereótipos causados pela falta de conhecimento, complemento no que a autora surda cita:

Os surdos geralmente ficam incomodados quando a língua de sinais chama a atenção dos outros ao seu redor. Estendem os olhares não só como curiosos, mas também como de desprezo. A principal causa desse comportamento originou-se em razão da geração passada dos surdos daqui ser mantida na opinião que a língua de sinais é inferior à língua oral. (...) algumas vezes me esforço e devolvo o olhar dos outros com um sorriso. Eles não têm culpa. Talvez não tenham recebido as informações necessárias (...) (STRNADOVA, 2000, p.81 apud STROBEL, 2008, p.31-32).

4.2 TERMINOLOGIA

A comunicação com os surdos depende do grau de perda auditiva e da idade em que ocorreu essa perda. Quando a perda ocorre no nascimento ou na infância, antes de adquirir a fala, a pessoa terá maiores dificuldades para se expressar, tendo uma fala de difícil entendimento, ou até mesmo não falar e conseqüentemente terá dificuldades com a leitura. Nesses casos, a comunicação “requer esforço, conhecimento, paciência e (onde aplicável) recursos tecnológicos adicionais” (IFLA, 2000, p.6).

A legislação brasileira distingue a pessoa surda da com deficiência auditiva, considerando surdo, de acordo com o Decreto nº 5.626/05 – art. 2º, àquele que:

[...] por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Para compreender um pouco mais sobre a questão terminológica, cabe esclarecer alguns termos utilizados para se referir às pessoas surdas e com deficiência auditiva.

Sasaki (apud VIVARTA, 2003 p.165) apresenta a diferenciação entre *deficiência auditiva parcial* (quando há resíduo auditivo) e *surdez* (quando a deficiência auditiva é total). E recomenda que devemos evitar usar a expressão *o deficiente auditivo*.

Ainda de acordo com Sasaki (2005b, p.10) o uso do diminutivo “surdinho” tem um caráter pejorativo: “o diminutivo surdinho denota que o surdo não é tido como uma pessoa completa”.

De acordo com Skliar (1997, p.16 apud ARCOVERDE, 2011, p.112) o termo surdo-mudo surgiu na Grécia e a palavra surdo (*kofós*) era utilizada com o intuito de sentido de falta e de deficiente, enquanto a palavra mudo (*eneós*) referia-se a qualidade de vazio.

Essa expressão, ainda de acordo com Arcoverde (2011, p.112) ganhou força ao longo dos anos e, continua a ser utilizada na atualidade, porque os surdos eram considerados pessoas sem linguagem, sem fala, uma vez que a linguagem de sinais não era reconhecida.

No entanto, Sasaki (2005b, p.10-11) nos explica que o uso dessa terminologia não é correta, quando se refere ao surdo “a palavra mudo não corresponde à realidade dessa pessoa. A rigor, diferencia-se entre deficiência auditiva parcial (quando há resíduo auditivo) e surdez

(quando a deficiência auditiva é total).” O autor lembra ainda que há casos em que a pessoa ouve, mas tem um distúrbio da fala e, por isso, não falam, mas não são surdas.

Surdocegos são “aqueles que têm uma perda substancial de visão e audição de tal forma que a combinação das duas deficiências cause extrema dificuldade na conquista de metas educacionais, vocacionais, de lazer e sociais”, conforme definido na I Conferência Mundial Helen Keller sobre Serviços para os Surdocegos Jovens e Adultos realizada em 16 de setembro de 1977 em Nova York.⁶

Outras expressões que merecem esclarecimentos são surdos oralizados e surdos não oralizados, e para entender essa diferenciação recorreremos aos estudos de Mello; Torres, 2005 apud TORRES; MAZZONI; MELLO (2007, p.376):

Surdos oralizados – [...] Simplificando, surdos oralizados são aqueles que usam uma língua oral, onde geralmente a língua-pátria é a sua língua materna, lêem lábios, não se identificam com as manifestações da Cultura Surda e participam mais da Comunidade Ouvinte;
Surdos não oralizados - usam a língua de sinais como primeira língua (essa pode ter sido ou não sua língua materna) e estão mais fortemente inseridos nos patamares linguístico sócio- cultural que permeiam a Cultura Surda.

Para Torres; Mazzoni; Mello (2007, p.374-375) a deficiência auditiva:

[...] pode ser caracterizada de diferentes formas, e a escala da audição apresenta vários graus, sendo que algumas pessoas escutam muito pouco, percebendo apenas sons ambientais de alta intensidade, e outras conseguem ouvir a voz humana, mas não conseguem compreender as palavras, principalmente devido à poluição sonora existente no ambiente. Há, também, aquelas que ouvem sons na faixa das baixas frequências, o que faz com que percebam apenas partes das palavras, isto é, as palavras ficam soltas e incompletas tal que, conforme relata Mello (2005), estas vão precisar da leitura labial para completar o que lhes falta no processo de formação sonora das palavras.

A questão da terminologia está relacionada à questão da identidade e cultura surda, sendo que nesse caso o uso do termo deficiente auditivo remete a um conceito médico, que foi combatido durante muito tempo, como veremos em outro item. Por sua vez, o termo surdo representa a identidade desses indivíduos:

⁶ Disponível em: < <http://www.ibc.gov.br/?itemid=98>>. Acesso em: 30 maio 2015.

A terminologia “Deficiente Auditivo” ou DA passou a ser rejeitada porque define o surdo segundo uma concepção clínico-patológica de sua capacidade ou não de ouvir – com uma gradação dessa capacidade – e que, por isso, concebe a surdez como uma situação a ser consertada por meio de treinamento de fala e audição, adaptação precoce de aparelhos de amplificação sonora individuais, intervenções cirúrgicas como o implante coclear, etc. Já o termo “surdo” traz embutida uma concepção socioantropológica que concebe a surdez como uma marca de identidade. Assim, a ideia de que os sujeitos surdos deveriam ser ajustados à sociedade ouvintista passou a ser explicitamente combatida na mesma medida em que o *status* de “minoría lingüística” passou a ser defendido. (LANNA JÚNIOR, 2010, p.58).

De acordo com Strobel (2008, p.35) o povo surdo rejeita o termo deficiente auditivo, pois entendem que esse termo não destaca a presença de uma cultura lingüística e enfoca a ausência de audição: “Para o povo surdo, a terminologia ‘Deficiente Auditivo’ é rejeitada porque define o surdo segundo sua capacidade ou ausência de ouvir e não a presença de uma cultura lingüística diferente.”

Segundo Strobel (2008, p.38) a terminologia mais aceita atualmente é surdo, uma vez que abre espaço igualitário para o povo surdo respeitando suas identidades e afirmando-os como grupo lingüístico cultural diferenciado, demonstrando

respeito pela expressão cultural surda com suas subjetividades, identidades, políticas, histórias, línguas, pedagogia e outros, sendo assim, o povo surdo se auto-identifica como ‘surdo’, que formam um grupo com as específicas características lingüísticas, cognitivas e culturais, sendo considerados como diferença. (STROBEL, 2008, p.38).

Nesse trabalho, em virtude da legislação e dos dados estatísticos do IBGE e INEP que fazem a separação entre pessoas surdas e com deficiência auditiva, utilizaremos os dois termos, mas manifestamos nosso respeito às explicações da literatura em relação ao uso do termo surdo.

Como visto, a terminologia está relacionada à identidade e cultura surda, e é no sentido de buscar conhecimento sobre os surdos e como relacionar-se com eles que precisamos compreender questões que envolvem sua cultura e identidade, as quais passaremos a estudar no próximo item.

4.3 IDENTIDADE E CULTURA SURDA

Vimos anteriormente que a história dos surdos impôs a estes a identidade e a cultura dos ouvintes, mas estes possuem identidade e cultura próprias e tiveram que enfrentar várias lutas para conquistá-las.

Na concepção dos ouvintes as pessoas surdas não se relacionam socialmente, vivem isoladas e tal entendimento ocorre em virtude dos ouvintes associarem o convívio social com a comunicação oral, mas como bem explica Strobel (2013, p.26) os surdos não se isolam ou são incomunicáveis, mas “têm seu modo de agir diferente de sujeitos ouvintes”.

E esse modo de agir diferente está relacionado com a cultura surda que ainda de acordo com a referida autora é:

o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-os com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das ‘almas’ das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo. (STROBEL, 2013, p.29).

Para autora a cultura surda está relacionada com a vida que os surdos levam, com as conversas, com as artes, com o jeito de entender, mudar e viver no mundo:

[...] a cultura surda retrata a vida que os sujeitos surdos levam; as suas conversas diárias, as lições que ensinam entre si, as suas artes, os seus desempenhos e os seus mitos compartilhados, o seu jeito de mudar o mundo, de entendê-lo e de viver nele. (STROBEL, 2013, p.45).

A percepção do mundo pelos surdos ocorre por meio da visão, de suas experiências visuais e destas “surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico [...] (PERLIN ; MIRANDA, 2003, p. 218 apud STROBEL, 2013, p.45).

Ainda de acordo com Perlin (1998, apud PERLIN 2003, p.127) a cultura surda não se mistura à cultura do ouvinte, é o que liberta os surdos da necessidade de vivenciar a cultura ouvinte, de ter que se adequar a sociedade ouvinte:

A cultura surda como diferença se constitui numa atividade criadora. Símbolos e práticas jamais conseguidos, jamais aproximados da cultura ouvinte. Ela é disciplinada por uma forma de ação e atuação visual. Já afirmei que ser surdo é pertencer a um mundo de experiência visual e não auditiva. Sugiro a afirmação positiva de que a cultura surda não se mistura à

ouvinte. Isso rompe o velho status social representado para o surdo: “o surdo tem de ser um ouvinte”, afirmação que é crescente, porém oculta socialmente. Rompe igualmente a afirmação de que o surdo seja um usante da cultura ouvinte [...].

A questão da identidade implica consciência de si mesmo (DORON; PAROT, 2001 apud CROMACK, 2004, p. 70). Para o surdo ter essa consciência é difícil, uma vez que ao longo de sua história teve que se adequar as vivências dos ouvintes.

Para eles essa identidade se constrói a partir do encontro com outros surdos, onde passam a narrar a si próprios de forma diferente da que são narrados pelos ouvintes, e o fato de distinguir a cultura surda da ouvinte consiste em um fortalecimento que irá contribuir para uma resistência à imposição da cultura dominante, com explica Sá (2002, p. 102):

As identidades de surdo/dos surdos não se constroem no vazio, formam-se no encontro com os pares e a partir do confronto com novos ambientes discursivos. No encontro com os outros, os surdos começam a narrar-se, e de *forma diferente daquela através da qual são narrados por aqueles que não são surdos*. Começam a desenvolver identidades surdas, fundamentadas na diferença. Estabelecem, então contatos entre si e, através destes fazem trocas de diferentes representações sobre as identidades surdas. Assim, autoproduzem significados a partir de informações intelectuais, artísticas, técnicas, éticas, jurídicas, estéticas, desenvolvendo, então, uma certa cultura. É a partir desta autoprodução, que surgem as culturas surdas. Quando as pessoas surdas conscientizam-se de que pertencem a uma comunidade/cultura diferente, ou de diferentes, esta consciência lhes fortalece para oferecer resistência às imposições de outras comunidades/culturas dominantes.

Dentro desses conceitos de identidade e cultura destaca-se a língua de sinais, uma vez que é o meio de comunicação que capta as experiências visuais permitindo ao surdo produzir e disseminar conhecimento, como ressalta Strobel (2013, p.53):

A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, e que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal.

Longo período de silêncio foi imposto pela adoção da filosofia do oralismo na educação dos surdos trazendo prejuízos para o processo educacional, bem como para o isolamento cultural destes, uma vez que essa imposição teve como consequência a negação de sua cultura e identidade (LANNA JUNIOR, 2010, p.30).

Em contrapartida, os surdos se organizaram em associações, cooperativas e clubes onde poderiam livremente fazer uso da língua de sinais, o que caracterizava uma resistência à opressão do oralismo:

Os movimentos dos surdos passaram, então, a constituir-se como uma resistência às práticas “ouvintistas”. Esses movimentos se dão em espaços como as associações, as cooperativas e os clubes – territórios livres do controle ouvinte –, onde os surdos estabeleciam intercâmbio cultural e linguístico e faziam uso da Língua de Sinais. Grande parte das associações de surdos surgiu exatamente nos períodos de maior ênfase à oralidade e à negação da diferença, envolvendo o final do século XIX até aproximadamente as décadas de 1960 e 1970. Ou seja, um dos principais fatores de reunião das pessoas surdas era, e ainda é, o uso e a defesa da Língua de Sinais. (LANNA JUNIOR, 2010, p.31).

O movimento surdo tem representatividade mundial e com os esforços da Federação Mundial dos Surdos, que entre muitas de suas ações, influenciou de forma decisiva “nas recomendações da UNESCO, em 1984, no reconhecimento formal da língua de sinais como língua natural das pessoas surdas, garantindo que as crianças surdas tivessem acesso a ela o mais precocemente possível” (LANNA JUNIOR, 2010, p.32).

Para Perlin (2013, p.70-71) com “o movimento surdo a comunidade surda transforma sua identidade de grupo estigmatizado para grupo valorizado contra a injustiça presente. [...] resiste à complexidade da cultura vigente, mas no sentido de abrir o acesso a ela de uma forma em que se sobressaia a diferença.”

Após essa breve contextualização sobre os surdos, apresentaremos questões sobre a acessibilidade para entendermos como podemos agir em prol desse grupo garantindo-lhes o direito de acesso à informação.

[...] não basta simplesmente tornar os ambientes acessíveis (espaços físicos, disponibilizar conhecimentos, etc.). As barreiras mais difíceis de serem contornadas são as “barreiras de atitude”. É preciso que nos tornemos pessoas acessíveis e inclusivas, ou seja, fazer uma revisão de nossas atitudes e mudá-las, tendo como foco principal a ideia de que todas as pessoas têm direitos e deveres em uma sociedade democrática e que ninguém deve ser excluído por qualquer razão que seja”.

(BAPTISTA, 2006, p.14)

5. ACESSO À INFORMAÇÃO E ACESSIBILIDADE

Para entendermos a questão do acesso à informação precisamos conhecer alguns conceitos que estão relacionados a ele: cidadão, cidadania, informação, conhecimento, direito de acesso à informação.

De acordo com Benasse (2000, p.87) cidadão é a “pessoa que goza dos direitos civis e políticos de um Estado, devendo, entretanto, obrigações atinentes a eles”. E cidadania é uma “qualidade do cidadão. O direito de participar da vida política do país, votando e sendo votado”.

Para Varela (2007, p.66) “a cidadania converge para um modo de viver e de entender o social calcado em princípios básicos: participação, autonomia, crítica/criação.” A autora explica que esses três princípios são inseparáveis:

A participação é uma conquista, processo e forma de poder, na medida em que as pessoas/classes sociais desenvolvem a cidadania, conquistam fatias de poder. [...] quanto mais se participa, mais se alcança saber e poder, mais se aprofunda a consciência de cidadania. Ser autônomo é ser conscientemente participante na sociedade; é conhecer, através da sempre dinâmica conquista de cidadania, o papel da pessoa no coletivo. [...] Crítica/criação pressupõe a movimentação que envolve saber e poder. Não há criação, não se instaura o diferente, onde não há crítica.

A cidadania, uma conquista do povo, consiste em um conjunto de direitos e deveres da pessoa e sua consolidação ocorreu por meio de muitas lutas, sendo que no Brasil esses direitos e deveres presentes nas Constituições do Império e da República, foram ampliados nas Constituições de 1934 e 1946. Já na Constituição de 1988 os direitos e garantias individuais e

sociais receberam atenção especial (VARELA, 2007, p.67). Dos quais destacamos o direito de acesso à informação:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional. (BRASIL, 1988, art. 5º, XIV).

O direito de acesso à informação contribui para o desenvolvimento da cidadania, pois munido de conhecimento o indivíduo participará mais ativamente da sociedade, atuando com autonomia e crítica. Na perspectiva da nossa sociedade ter conhecimento significa ter poder, é o conhecimento gerado a partir da informação que contribuirá para o progresso social.

Nesse contexto, a informação é um importante insumo para o desenvolvimento social e está relacionada com a melhoria da qualidade de vida da comunidade. A partir da informação, o conhecimento é gerado promovendo novos conhecimentos que retornam para a sociedade contribuindo para o seu desenvolvimento, conforme explica Varela (2007, p.29):

Pode-se considerar que a melhoria da qualidade de vida de uma sociedade implica na capacidade de gerar conhecimento e/ou aproveitar conhecimentos já existentes, a fim de promover o desenvolvimento científico e social, implicando, também, na capacidade da sociedade, como um todo, de se beneficiar de produtos e serviços oriundos deste desenvolvimento.

De acordo com Le Coadic (2004, p.4) “a informação é um conhecimento, que por sua vez, [...] é um saber, é o resultado do ato de conhecer, ato pelo qual o espírito apreende um objeto, conhecer é ser capaz de formar a ideia de alguma coisa; e tê-la no espírito”.

A informação tem na comunicação um processo que permite a sua troca entre as pessoas, ou como afirma Escarpit (1990 apud LE COADIC, 2004, p.11) “a comunicação é um ato, um processo, um mecanismo, e que a informação é um produto, uma substância, uma matéria.”

“A informação é um bem social quando as pessoas a utilizam em suas atividades sociais, educacionais e culturais, exercendo os seus direitos à cidadania” (MOORE, 1997, p. 271-272 apud VARELA, 2007, p.31).

O papel da informação na sociedade atual é de suma importância para o desenvolvimento social, político, intelectual e econômico dos cidadãos e da sociedade,

contribuindo para a formação de cidadãos mais críticos e conscientes de seus direitos e deveres:

[...] o acesso à informação é condição fundamental para o desenvolvimento da cidadania, um pré-requisito para os direitos civis, políticos e sociais, uma vez que é por meio da conscientização desses direitos, pela tomada de consciência dos indivíduos, que o Brasil conseguirá se tornar uma sociedade mais inclusiva. (RIBAS e ZIVIANI 2007, p.50 apud NICOLETTI; MORO; ESTABEL, 2013, p.3).

Ou como afirma Targino:

A qualidade de vida do cidadão passa pela difusão da informação. Passa por uma postura fundamentalmente social, passa pela democracia que tem assim, na informação o seu pressuposto maior e que significa força conjunta, engajamento social e político, ou seja, cidadania. (TARGINO, 1991, p.159 apud SOUZA et al., 2013, p.2).

Viabilizar o acesso à informação é papel do Estado, que atua como guardião dos direitos e deveres do cidadão. E para assegurar esse direito dos cidadãos precisa criar mecanismos que garantam que todos façam uso da informação e para isso, utiliza-se de políticas públicas que deem condições de crescimento pessoal e coletivo para a população de forma igualitária (SANTOS; CARVALHO, 2009, apud NICOLETTI, 2010).

Ante o exposto, verificamos que o acesso à informação é de suma importância para todos os cidadãos, não podendo sofrer restrições ou impedimentos, e no que se refere ao acesso à informação por pessoas com deficiência, é necessário que sejam realizadas adaptações em equipamentos, produtos, serviços etc. que lhes garantam autonomia para terem assegurados seus direitos.

De acordo com Sasaki (2010, p.67) “o ‘termo acessibilidade’ começou a ser utilizado com muita frequência nos últimos anos, em assuntos de reabilitação, saúde, educação, transporte, mercado de trabalho e ambientes físicos internos e externos.”

Segundo Sasaki (2011)⁷ isso ocorreu na década de 1940, sendo que na década seguinte já estava vigorando a prática da reintegração que enfrentava dificuldades, pois havia barreiras arquitetônicas nos espaços urbanos, nos edifícios e residências e nos meios de

⁷ Disponível em: <<http://www.escoladegente.org.br/noticiaDestaque.php?id=459>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

transporte coletivo, o que deu início a fase da integração que durou cerca de quarenta anos e foi substituída gradativamente pela fase da inclusão.

As primeiras experiências na questão da eliminação das barreiras ocorreram na década de 60 em universidades americanas. Em Berkeley, Califórnia surgiu o primeiro Centro de Vida Independente do mundo, na década de 70, o que contribuiu para o aumento dos debates sobre a eliminação de barreiras arquitetônicas (SASSAKI, 2011).

Em 1981, Ano Internacional das Pessoas Deficientes, os movimentos de pessoas com deficiência organizaram campanhas mundiais para a eliminação das barreiras arquitetônicas, bem como para a não inserção de barreiras nos projetos arquitetônicos, ou seja, a discussão entre desenho adaptável – aquele que busca adaptar os ambientes obstrutivos e o desenho acessível – aquele que se preocupa em não incorporar elementos obstrutivos nos projetos de construção de ambientes e utensílios. O conceito de inclusão surge na segunda metade da década de 1980 (SASSAKI, 2011).

Nos anos de 1990 fica claro que a acessibilidade deve adotar o paradigma do desenho universal que prevê que os ambientes, os meios de transporte e os utensílios sejam projetados para todos e não apenas para as pessoas com deficiência (SASSAKI, 2011).

Sasaki (2010, p.67) afirma que com o advento da inclusão juntamente com o conceito de diversidade humana o termo acessibilidade se tornou mais abrangente, não se restringindo apenas ao aspecto arquitetônico, já que há barreiras em diversos contextos da sociedade devendo o conceito de diversidade humana ser acolhido em todos os setores sociais comuns.

Nesse sentido, Sasaki (apud VIVARTA, 2003, p.24-25) destaca que “para dizer que uma sociedade está acessível é preciso verificar sua adequação de acordo com seis quesitos básicos”:

- Acessibilidade arquitetônica: não há barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transporte individuais ou coletivos;
- Acessibilidade comunicacional: não há barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital);
- Acessibilidade metodológica: não há barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.) e de educação dos filhos (familiar);
- Acessibilidade instrumental: não há barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional) e de lazer ou recreação (comunitária, turística ou esportiva);

- Acessibilidade programática: não há barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias) e normas ou regulamentos (institucionais, empresariais etc.);
- Acessibilidade atitudinal: não há preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

Ainda segundo Sasaki (2010, p.68), a acessibilidade tecnológica não constitui outro tipo de acessibilidade, porque o aspecto tecnológico deve permear os demais quesitos, com exceção do atitudinal.

Dentro deste contexto de inclusão social, no qual a sociedade e a pessoa com deficiência atuam juntas para resolver os problemas e garantir a equiparação de oportunidades, entra o conceito de acessibilidade, criando os meios que venham garantir a inclusão de todos, mesmo que para isso sejam necessárias adaptações para que as pessoas que apresentam alguma deficiência possam realizar suas atividades diárias sem problemas, participando ativamente da sociedade, usufruindo de seus direitos e deveres de cidadão.

O conceito de acessibilidade visa oferecer condições de igualdade às pessoas com deficiência, primando pela segurança e autonomia desses indivíduos para que tenham possibilidade e condições de realizar suas atividades diárias em igualdade de oportunidades, ou seja, sem que tenham que viver em um mundo paralelo, criado somente para eles, mas convivendo no mundo real, com as devidas adequações, sem que isso lhes traga transtornos ou lhes impeçam de exercerem suas atividades diárias. Destacaremos a seguir alguns conceitos de acessibilidade presentes na legislação e literatura.

Para a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, conhecida como Lei de Acessibilidade, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência [*sic*] ou com mobilidade reduzida a acessibilidade é a

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e **autonomia**, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência [*sic*] ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000b, art.2º, I, grifo nosso).

A NBR 9050/15 estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade. Define acessibilidade como:

possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e **autonomia**, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, **informação e comunicação**, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (ABNT, 2015, p.2, grifo nosso).

Ressaltamos que esse conceito de acessibilidade presente na 3ª edição de 2015 foi ampliado em relação ao conceito da 2ª edição de 2004 que conceituava acessibilidade como a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos” (ABNT, 2004, p.2).

Destacamos que foram incluídos na edição de 2015 a informação e a comunicação, ou seja, garantir condições de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia da informação e da comunicação.

O Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 define acessibilidade como a:

Art. 8º, I condição para utilização, com segurança e **autonomia**, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência [*sic*] ou com mobilidade reduzida [...]. (grifo nosso).

A NBR 15599/08 que “fornece diretrizes que promovem a acessibilidade na prestação de serviços, contornando as barreiras de comunicação existentes, por meio do princípio da redundância”⁸, define acessibilidade como a “possibilidade e condição de alcance para utilização do meio físico, meios de comunicação, produtos e serviços, por pessoa com deficiência”.

Para Sousa et al. (2010, p. 3) a acessibilidade pode ser compreendida como:

⁸ De acordo com Pignatari (1969, p.55) “a redundância pode ser entendida simplesmente como repetição; é causada por um excesso de regras que confere à comunicação um certo coeficiente de segurança, ou seja, comunica a mesma informação mais do que uma única vez, e, eventualmente de modos diferentes. De outro lado, quanto maior a redundância, maior a previsibilidade, isto é, sinal redundante é sinal previsível. A redundância introduz no sistema uma certa capacidade de absorção do ruído e de prevenção do erro [...]”.

[...] a liberdade, flexibilidade, e a possibilidade de interação no usufruto dos espaços físicos, sociais e digitais por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, visando à equiparação de oportunidade, na observação das particularidades e necessidades de atendimento especializado, como também a possibilidade de acesso e produção do conhecimento humano, nos ambientes de socialização do saber sejam tradicionais ou digitais [...] (SOUSA et al., 2010, p.3).

Mazzoni et al. (2001, p.30) enfocam que a acessibilidade não significa criar um espaço separado para pessoa com deficiência, mas criar ambientes que possam ser utilizados por todos respeitando as individualidades:

É dentro desta perspectiva, do desenho para todos, que se considera hoje a acessibilidade, lembrando-se sempre que a proposta não é criar espaços e ambientes separados, para uso exclusivo das pessoas portadoras de deficiência [*sic*], o que seria uma outra forma de discriminação, e sim, desde o projeto, **pensar em sistemas e ambientes que possam ser utilizados por todos** (grifo nosso).

De acordo com Ferrés (2006, p.22 apud FONSECA et al., 2012, p.3) “um ambiente preparado para as diferenças não exclui e permite o acesso e a integração plena, desde o ponto de vista funcional e psicológico, naquelas atividades diárias realizadas por todos [...]”.

Para Lippo (2012, p. 81-82):

O conceito de acessibilidade é usado no sentido de identificar uma situação de uso pleno, seguro e independente do espaço construído. Assim será acessível o espaço ou o equipamento que propiciar tais condições a toda a população, independentemente de características físicas, idade, sexo etc. [...].

Para Dias (apud PAULA; CARVALHO, 2009b, p.67) “prover acessibilidade é remover barreiras que impeçam as pessoas com deficiência de participarem de atividades do cotidiano, incluindo o uso de serviços, produtos e informação. [...] acessibilidade se refere à capacidade de ambientes e produtos serem usados por todas as pessoas”.

A autonomia é um elemento que se destaca nos conceitos de acessibilidade e como citado acima por Varela (2007. p.66) é um dos princípios básicos da cidadania. E de acordo com a definição do dicionário Houaiss (2009, p.225) pode ser definida como “direito de um indivíduo tomar decisões livremente; independência moral ou intelectual”. E é nesse sentido que precisamos pensar a biblioteca acessível garantindo aos usuários surdos e com deficiência auditiva independência para utilizarem as bibliotecas.

No que se refere às pessoas surdas e com deficiência auditiva as barreiras ocorrem de várias formas, devido aos diferentes níveis de leitura, da idade na qual ocorreu a perda auditiva, do grau de perda auditiva, do conhecimento de Libras, de ser surdo oralizado ou não. Essas diferenciações são determinantes para estabelecer as necessidades desses indivíduos e que meios utilizar para transpor essas barreiras.

A forma de transpor essas barreiras e proporcionar condições de igualdade para que as pessoas com deficiência possam ter acesso à informação é oferecendo a elas condições de acessibilidade em todos os ambientes, para que possam desenvolver suas atividades educacionais, laborais e recreativas.

Para Sasaki (2010, p.45) na questão da acessibilidade cabe à sociedade eliminar todas as barreiras para que as [...] “pessoas com deficiência possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.”

É nesse sentido que deve atuar a biblioteca quebrando essas barreiras e oferecendo produtos e serviços que sejam compatíveis à realidade das pessoas com deficiência.

Como visto nessa seção o conceito de acessibilidade está relacionado ao conceito de inclusão e, imbuídos desse conceito é que precisamos pensar na questão do acesso à informação em bibliotecas. Para isso, na próxima seção analisaremos o documento da IFLA – Diretrizes para Serviços de Bibliotecas para Surdos – DSBS, que especifica várias recomendações para o acesso aos usuários surdos e com deficiência auditiva em bibliotecas.

[...] pessoas que são surdas de nascimento ou desde idade precoce geralmente têm dificuldades de leitura e tendem a não utilizar bibliotecas. Consequentemente, bibliotecas e surdos têm dirigido pouca atenção uns aos outros. Entretanto, uma parcela substancial da população é surda e as bibliotecas têm a responsabilidade de garantir que suas coleções e serviços sejam acessíveis aos surdos e que os surdos estejam cientes dos serviços que as bibliotecas podem lhes prover.”

(IFLA, 2000, p. 6).

6. DIRETRIZES PARA SERVIÇOS DE BIBLIOTECA PARA SURDOS – IFLA

Na introdução dessa pesquisa informamos que o motivo que nos levou a realizar um estudo sobre a acessibilidade em bibliotecas para pessoas surdas e com deficiência auditiva justificava-se pela lacuna dessa temática na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil, mas durante nossa pesquisa bibliográfica verificamos que a IFLA, já se preocupava com essa temática e após vários estudos elaborou um documento que estabelece as Diretrizes para Serviços de Bibliotecas para Surdos⁹ que receberam a revisão e o endosso da Federação Mundial de Surdos – World Federation of the Deaf (WFD).

A leitura apurada desse documento trouxe-nos a certeza de que utilizá-lo como nosso objeto de pesquisa seria muito importante para o desenvolvimento dessa temática no Brasil, primeiro porque é um documento endossado pela Federação Mundial dos Surdos; segundo porque durante nossa pesquisa verificamos que essas diretrizes foram estudadas no país apenas por Duckworth (IFLA,2000), que traduziu as DSBS para o português, Coneglian (2006; 2008), Portela e Portela (2011) e Silva (2011) o que nos leva a questionar se há pouca divulgação desse documento no país; em terceiro lugar destacamos o escopo internacional das Diretrizes da IFLA e a liberdade que essa oferece para que cada biblioteca faça as adaptações necessárias para adequá-las as suas realidades locais.

As Guidelines for Library Services to Deaf People – Diretrizes para Serviços de Biblioteca para Surdos da IFLA, que conforme informamos na introdução serão denominadas nesse trabalho de DSBS, são um instrumento que visa nortear os serviços oferecidos aos

⁹Disponível em: < <http://especial.futuro.usp.br/documentos/guiiaifla.rtf>>

usuários surdos e com deficiência auditiva em todos os tipos de biblioteca, para que essas possam se adaptar e oferecer um atendimento mais adequado a esses usuários.

Foram elaboradas com o “intuito de informar bibliotecários sobre as necessidades do surdo em relação às bibliotecas e à informação, e pertencem a todas as bibliotecas que têm surdos como uma parcela de seus usuários”. E tem por propósito “servir de estímulo para estabelecer serviços para surdos e como instrumento para avaliação da completude e da qualidade desses serviços” (IFLA, 2000, p.7).

Em 1988 durante um simpósio sobre serviços de biblioteca para surdos realizado na Austrália, na Biblioteca Pública Estadual de New South Wales, surgiu a necessidade da elaboração de diretrizes internacionais que abrangesse serviços voltados para esses usuários e ao longo dos três anos posteriores a esse simpósio as DSBS foram desenvolvidas e em 1991 foram homologadas e publicadas pela IFLA (IFLA., 2000, p.1).

Em 1998 a estrutura e a justificativa para o desenvolvimento de uma segunda edição das DSBS foram apresentadas no Congresso da IFLA em Amsterdam para a Seção de Bibliotecas a Serviço de Pessoas com Necessidades Especiais – Libraries Serving Disadvantaged Persons (LSDP) e no segundo semestre, do mesmo ano, foram apresentadas à Federação Mundial de Surdos (IFLA, 2000, p.1).

Em março de 1999 a primeira versão formal foi apresentada à Comissão Permanente da LSDP, que incorporou sugestões. Em agosto do mesmo ano, essa versão foi apresentada à Federação Mundial de Surdos para revisão e endosso. Nesse mesmo mês, a Comissão Permanente da LSDP revisou e aceitou a versão final e liberou para o aceite final e publicação pela Comissão de Publicações da IFLA (IFLA, 2000, p.1).

Em 2000 foi publicada a 2ª edição das DSBS, sob a edição de John Michael Day. Nessa pesquisa utilizaremos a versão da 2ª edição traduzida para o português por Ana Maria V. C. Duckworth e com prefácio de Leland Emerson McCleary.

As DSBS destacam que uma parcela significativa da população é surda, cabendo às bibliotecas “a responsabilidade de garantir que suas coleções e serviços sejam acessíveis aos surdos e que os surdos estejam cientes dos serviços que as bibliotecas podem lhes prover” (IFLA, 2000, p.6).

Como já conhecemos na seção 4 um pouco sobre a história dos surdos, as variações nas filosofias educacionais podemos refletir como todo esse processo influenciou na relação dessas pessoas com a leitura e com a biblioteca. Nesse sentido, as Diretrizes dizem que os:

bibliotecários precisam estar atentos a essas variações e às controvérsias com relação à educação e aos modos de comunicação, de forma a poder constituir um acervo compreensivo e imparcial de materiais sobre surdez e temas relacionados, que sejam de interesse para surdos e ouvintes. (IFLA, 2000, p.6).

As DSBS estão divididas em cinco categorias: Pessoal, Comunicação, Acervo, Serviços e Divulgação dos programas. Vejamos quais são as orientações para cada uma dessas categorias:

PESSOAL

- A responsabilidade pelo desenvolvimento, implementação, e operação de serviços de biblioteca para a comunidade surda deve ser atribuída a um bibliotecário profissional portador de títulos, credenciamento e/ou treinamento relativos a tal estatuto profissional;

- Os funcionários da biblioteca devem receber treinamento que enfoque questões suscitadas pelo provimento de serviços para a comunidade surda;

- Ao selecionar funcionários para serem envolvidos com o provimento de serviços para surdos, as bibliotecas devem procurar empregar pessoas que tenham ou possam obter credibilidade dentro da comunidade surda;

- Instituições de ensino na área da Biblioteconomia devem oferecer treinamento no provimento de serviços para a comunidade surda, como parte regular de seu currículo básico de preparação de bibliotecários, para sua qualificação profissional, e como parte dos programas de educação continuada para todos os níveis de funcionários da biblioteca;

- Bibliotecas que têm responsabilidades em âmbito nacional, ou, em certos casos, regional, devem estabelecer um setor ou departamento que seja responsável pelo provimento de serviços de aconselhamento e de consultoria para todas as bibliotecas dentro de seus limites geográficos de forma a orientá-los acerca de serviços para a comunidade surda;

- Cada associação nacional de bibliotecas deve estabelecer um grupo dentro de sua estrutura que reúna os membros da associação cujo enfoque é no provimento de serviços de biblioteca para a comunidade surda (IFLA, 2000, p.8-10).

COMUNICAÇÃO

- Toda a equipe técnica das bibliotecas deve receber treinamento em como comunicar-se com surdos de forma efetiva;

- Um telefone de texto (TTY¹⁰) deve estar disponível em cada ponto principal de serviço da biblioteca, como por exemplo, no balcão de referencia. Além disso, no mínimo um TTY deve estar disponível para utilização dos usuários da biblioteca para fazer chamadas telefônicas externas, caso o uso de telefone seja disponível para usuários ouvintes;

- Telefones para utilização dos usuários ou funcionários da biblioteca devem ser equipados com amplificadores;

- As bibliotecas devem se certificar de que sua presença na Internet é totalmente acessível;

- As bibliotecas devem utilizar os avanços recentes da tecnologia para a comunicação com os surdos quando tal tecnologia é comprovadamente benéfica para a comunidade surda;

- As bibliotecas devem ter dispositivos auxiliares de comunicação tais como sistemas auxiliares de escuta e equipamentos que apoiem legendagem em tempo real e anotação auxiliada por computador. Esses serviços devem ser disponibilizados para reuniões ou programas mediante solicitação;

- As bibliotecas que possuem instalações para exibição de programas de televisão devem prover decodificadores de legendas ocultas para seus usuários;

- As bibliotecas devem oferecer o provimento dos serviços de intérpretes de língua de sinais e intérpretes orais; legendagem em tempo real auxiliada por computador, ou anotação auxiliada por computador para todos os programas da biblioteca mediante solicitação;

- As bibliotecas devem instalar sinais de alerta visíveis para avisar aos usuários surdos no caso de problemas ou emergências (IFLA, 2000, p.10-13).

¹⁰ No Brasil é conhecido por TDD – Telecommunication Device for the Deaf. “Equipamento com teclado e display eletrônico de texto que permite que a pessoa com problemas de audição ou de fala tenha uma conversa telefônica interativa por meio visual” (IFLA, 2000, p. 20).

ACERVO

- As bibliotecas devem coletar materiais relacionados à surdez e à cultura surda que sejam de interesse tanto dos usuários surdos como ouvintes;
- As bibliotecas devem coletar, manter e oferecer informações sobre opções educacionais, agências de referência e programas para surdos de forma totalmente neutra;
- As bibliotecas devem montar e prover acesso a um acervo de materiais de alto interesse / baixo nível de leitura que sejam interessantes para os surdos;
- Materiais visuais não impressos devem ser parte integral de qualquer acervo de biblioteca adquirido para atender e prestar serviços aos usuários surdos. Fitas de vídeo com programas de televisão e outros recursos de mídia com porções em áudio, devem ser legendados ou sinalizados de forma que possam ser entendidos por pessoas que não têm a capacidade de ouvir;
- As bibliotecas devem coletar e manter um acervo de fitas de vídeo e/ou filmes em língua de sinais e prover equipamento necessário suficiente para utilizá-los (IFLA, 2000, p.13-15).

SERVIÇOS

- Todos os acervos, serviços e programas da biblioteca devem ser acessíveis a sua comunidade surda;
- Membros da comunidade surda, conforme definida nestas diretrizes, devem estar envolvidos no planejamento e desenvolvimento dos serviços que sua biblioteca proveem, incluindo-se o desenvolvimento de serviços e acervos e o estabelecimento de conselhos consultivos, de organizações voluntárias, e de redes de contatos;
 - Bibliotecas devem oferecer programas conduzidos em línguas de sinais;
 - As bibliotecas devem prover informações sobre programas locais de letramento que sejam acessíveis a surdos não-leitores. As bibliotecas devem certificar-se de que os programas de letramento patrocinados pela biblioteca atendam às necessidades dos indivíduos surdos;
 - As bibliotecas devem incluir informações de interesse específico da comunidade surda nas suas bases de dados online de informações comunitárias e de referência;
 - As bibliotecas devem incluir uma variedade não tendenciosa de links eletrônicos relacionados aos surdos e à surdez em suas bases de dados online (IFLA, 2000, p.15-17).

DIVULGAÇÃO DOS PROGRAMAS

- As bibliotecas devem realizar intensa divulgação frente à comunidade surda de seus programas e serviços;
- Toda publicidade da biblioteca deve prever o acesso à comunidade surda (IFLA, 2000, p.17).

Fazendo uma correlação entre os quesitos de acessibilidade apresentados por Sasaki na seção 5 e a divisão em categorias apresentadas pela IFLA no texto das Diretrizes para Serviços de Bibliotecas para Surdos indicadas acima, elaboramos um quadro comparativo e passaremos a analisá-lo.

QUADRO 3 - COMPARATIVO ENTRE OS QUESITOS DE ACESSIBILIDADE ADOTADOS POR SASSAKI E AS RECOMENDAÇÕES DAS DSBS - IFLA

DIMENSÕES DE ACESSIBILIDADE (SASSAKI apud VIVARTA, 2003)	CATEGORIAS DAS DSBS DA IFLA (IFLA, 2000)
ACESSIBILIDADE ATITUDINAL	PESSOAL
ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL	COMUNICAÇÃO
ACESSIBILIDADE À INSTRUMENTAL	ACERVO
ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA	SERVIÇOS
ACESSIBILIDADE PROGRAMÁTICA	DIVULGAÇÃO DOS PROGRAMAS
ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA	_____

Fonte: A Autora (2014)

Em relação à comparação entre a Acessibilidade atitudinal e a categoria Pessoal prevista nas DSBS relacionamos essas duas categorias, pois como afirma Sasaki (apud VIVARTA, 2003) a acessibilidade atitudinal ocorre quando no tratamento interpessoal não há “preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações”. Nesse sentido, as DSBS na categoria pessoal apresentam o conhecimento como forma de eliminação do preconceito e discriminações.

Dessa forma, pode-se dizer que para eliminar o preconceito e a discriminação é necessário que haja conhecimento das necessidades dos usuários surdos, de suas dificuldades de comunicação, da necessidade de materiais especiais e que os bibliotecários tenham conhecimento da cultura surda (IFLA, 2000, p.8) para receber esse usuário sem estigma.

Sendo que para isso é necessário que haja capacitação profissional, treinamentos que esclareçam os diferentes níveis de leitura de uma pessoa surda ou com deficiência auditiva; uso das tecnologias assistivas; as diferentes formas de comunicação, uma vez que, como vimos anteriormente, nem toda pessoa surda tem conhecimento da língua brasileira de sinais; necessidade de materiais especiais, como por exemplo, de livros ilustrados, vídeos legendados, textos com vocabulário mais simples e direto etc.

As DSBS indicam que essa capacitação deve acontecer desde a graduação, no momento da formação do profissional bibliotecário, fazendo parte do currículo do curso e que cabe às Instituições de Ensino Superior, que oferecem o curso de Biblioteconomia, promover programas de educação continuada para todos os níveis de funcionários da biblioteca (IFLA, 2000, p. 9).

Nesse sentido, no Brasil temos o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/02, conhecida como lei de Libras, que estabelece em seu artigo art. 3º, §1º e §2º que a disciplina Libras deve ser incluída como disciplina obrigatória nos cursos de formação de professores, nos cursos de Fonoaudiologia e em todos os cursos de licenciatura e como disciplina optativa nos demais cursos de educação superior.

Outro aspecto referente à categoria pessoal destacado pelas DSBS (item 3.1.6, p.10) é o compartilhamento de informações por meio de reuniões de associações nacionais de bibliotecas que discutam as questões referentes aos serviços de biblioteca para a comunidade surda. A experiência de uma instituição pode ser relevante para que outras desenvolvam as questões que envolvem o atendimento aos usuários surdos e com deficiência auditiva. Conhecimento gerando conhecimento em prol da comunidade surda.

Na questão Comunicacional x Comunicação ambas destacam a importância da língua de sinais, no caso do Brasil – Libras, para promover o acesso à informação. Os funcionários da biblioteca precisam receber treinamento em Libras ou dispor de um intérprete de língua de sinais, bem como conhecer as várias formas de comunicação dos surdos, pois “dependendo da formação e grau de perda auditiva, identidade cultural e do contexto, surdos podem utilizar a língua de sinais, a fala, a escrita, gestos, ou qualquer combinação de meios” (IFLA, 2000, p.10).

O atendimento em Libras em empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta já está previsto no Decreto nº

5.626/05, cabendo as instituições disporem de no mínimo 5% de seus trabalhadores capacitados em Libras:

Art. 26. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Poder Público, as empresas concessionárias de serviços públicos e os órgãos da administração pública federal, direta e indireta devem garantir às pessoas surdas o tratamento diferenciado, por meio do uso e difusão de Libras e da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação, conforme prevê o Decreto nº 5.296, de 2004.

§ 1º As instituições de que trata o **caput** devem dispor de, pelo menos, cinco por cento de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras.

Nesse sentido, a norma da ABNT - NBR15599 de 2008 – Acessibilidade – Comunicação na prestação de serviços da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT especifica no item 5.4.2 b que a biblioteca deve ter pessoal capacitado para atender as pessoas com deficiência (ABNT, 2008, p. 10).

Disponibilizar telefones de texto TDD é outra recomendação das DSBS para que os surdos possam ter acesso aos mesmos serviços oferecidos aos usuários ouvintes, como por exemplo, utilizar o serviço de referência por telefone ou mesmo saber o horário de funcionamento da biblioteca (IFLA, 2000, p.10).

O Decreto nº 5.296/04, em seu artigo 6º, § 4º, prevê que seja disponibilizado pelo menos um telefone TDD nos órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras.

A sinalização desses telefones na biblioteca devem seguir as orientações da NBR9050/15 – item 5.3.5.5 e NBR 15599/08 item 6.2.2.1.

Ressaltamos que com as novas tecnologias outros meios de comunicação podem ser utilizados para a comunicação como: e-mail, serviço de mensagens curtas – SMS (*Short Message Service*), redes sociais, *site* ou *blog* da biblioteca etc.

As DSBS recomendam que toda a informação disponibilizada pela biblioteca na internet deve estar acessível aos surdos, por exemplo: os vídeos devem ser legendados, arquivos de áudio devem ser transcritos, uso de recursos visuais, entre outros (IFLA, 2000, p.11).

No caso de serviços como contação de história, instrução bibliográfica, treinamento em pesquisa e outros treinamentos oferecidos pela biblioteca, as DSBS recomendam que haja a participação de um intérprete de língua de sinais e de intérpretes orais¹¹ (IFLA, 2000, p.12).

Outro ponto relacionado com a comunicação destacado pelas DSBS é a sinalização da biblioteca que deve instalar sinais visuais de alerta para avisar em casos de problemas ou emergências (IFLA, 2000, p.13).

A NBR 9050/15 em sua seção 5, item 5.2.4.3 traz as especificações para a sinalização de emergência, assim como a NBR 13.434/04 - Sinalização de segurança contra incêndio e pânico.

Acessibilidade instrumental x Acervo relacionamos os instrumentos, utensílios e ferramentas da acessibilidade instrumental citados por Sasaki (apud VIVARTA, 2003) aos itens que devem compor o acervo de uma biblioteca, de forma a observar as necessidades informacionais dos usuários surdos e deficientes auditivos, possibilitando o acesso às informações. Nesse caso, como apresentado nas DSBS, o acervo deve ser composto por materiais relacionados à surdez, à cultura surda, que sejam de fácil compreensão visual, uma vez que muitos surdos não dominam a língua oral e escrita, como gravações de vídeo (DVD), filmes com legendas ou em Libras. Esse material não deve ficar em uma coleção separada, mas integrar o acervo geral da biblioteca (IFLA, 2000, p.13-15).

A Acessibilidade metodológica é relacionada a categoria Serviços oferecidos pela biblioteca, pois de acordo com as DSBS (IFLA, 2000, p.15) “todos os acervos, serviços e programas da biblioteca devem ser acessíveis a sua comunidade surda” sem que haja nenhuma barreira.

O envolvimento de membros da comunidade surda no planejamento e desenvolvimento dos serviços oferecidos pela biblioteca é importante para que se estabeleçam serviços que respondam as necessidades dessa comunidade. Sugerimos nesse caso um estudo de usuários para esclarecer as necessidades informacionais, as preferências e as especificidades desses usuários (IFLA, 2000, p.15).

Dentre os serviços recomendados pelas DSBS está o de letramento a ser oferecido aos surdos não-leitores, devendo haver uma parceria com os profissionais da área de Educação.

¹¹ Aqueles que “silenciosamente articulam as palavras do falante para uma pessoa surda que se comunica primariamente utilizando a língua oral e a leitura labial. Eles não utilizam a língua de sinais e são habilitados a fazer substituições de palavras que são de leitura labial difícil”. (IFLA, 2000, p.19).

Também como forma de prestação de serviço à comunidade surda o *site/blog/rede social* da biblioteca deve prover informações locais de interesse da comunidade, bem como disponibilizar *links* relacionados aos surdos e a surdez (IFLA, 2000, p.16).

Quanto à Acessibilidade programática as políticas públicas devem contemplar a pessoa com deficiência, assim como as normas e regulamentos institucionais e empresariais sem que haja barreiras invisíveis embutidas.

Já na categoria Divulgação dos programas as DSBS indicam que a biblioteca deve promover seus serviços e produtos de forma efetiva para a comunidade surda, pois como muitos surdos tem dificuldades com a leitura tendem a não buscar a biblioteca. Por isso, é preciso incluir informações sobre programas e serviços da biblioteca voltados para a comunidade surda, pois sabendo que a biblioteca oferece condições de acessibilidade que atendam as suas necessidades esses usuários passarão a utilizar a biblioteca (IFLA, 2000, p.17).

Indicar no regulamento da biblioteca, nos *folders* ou outro meio de divulgação impressa ou virtual que a biblioteca está acessível aos surdos e deficientes auditivos especificando os serviços oferecidos e intensificando a divulgação para a comunidade surda contribuirá para que esses usuários tenham acesso à informação (IFLA, 2000, p.17).

No que se refere à Acessibilidade arquitetônica, as DSBS não dedicam uma categoria exclusiva ao tema, mas na área de bibliotecas, no Brasil, essa temática encontra respaldo na norma da ABNT NBR 9050/15, além de outras normas legais como a Lei nº 10.098/00 e o Decreto nº 5.296/04 que a regulamenta.

Os quesitos de acessibilidade e as categorias das DSBS convergem no intuito de eliminar barreiras para proporcionar um atendimento coerente às necessidades dos usuários surdos permitindo-lhes o direito de acesso à informação e precisam fazer parte da política de acessibilidade das bibliotecas.

Como afirma Sasaki (2010, p.45):

Cabe, portanto, à sociedade eliminar as barreiras arquitetônicas, programáticas, metodológicas, instrumentais, comunicacionais e atitudinais para que as pessoas com deficiência possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

Dentro da perspectiva de sociedade inclusiva a biblioteca exerce um papel de grande relevância, uma vez que disponibiliza acesso à informação, e essa será a temática abordada na próxima seção.

“Uma Biblioteca acessível é um espaço que permite a presença e proveito de todos, e está preparada para acolher a maior variedade de público possível para as suas atividades, com instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população.”

(FERRÉS, 2006, p. 21)

7. A BIBLIOTECA, O BIBLIOTECÁRIO, AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO

Destacando o papel social da biblioteca Câmara (2011, p.6) afirma que esta deve: “contribuir para o social, educacional e cultural, dando a oportunidade a todos sem restrições, o direito de utilizar do seu acervo o conhecimento desejado”.

Ainda nessa mesma perspectiva Coneglian e Silva (2006, p. 3) destacam que a biblioteca é uma promotora de conhecimentos acumulados na história e que deve eliminar qualquer ação de exclusão, em consonância com as políticas públicas e respeitando a dignidade da pessoa humana:

Possibilitar o acesso livre à informação às pessoas com necessidades especiais deve ser uma meta a ser perseguida, não por estar em consonância com as políticas públicas (leis, decretos e normas que embasam tais políticas públicas), como também e principalmente por respeitar a dignidade humana das pessoas com deficiência, dignidade expressa pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Entendendo a biblioteca como promotora e difusora do conhecimento acumulado na história, qualquer caráter e/ou ação de exclusão devem ser eliminados e/ou minimizados.

Para Portela e Portela (2011, p.15) o papel principal da biblioteca é democratizar o acesso à informação e para isso deve-se preocupar com a acessibilidade, pois é esse elemento que garantirá a todos utilizar seus serviços, espaço e informação disponível em seu acervo:

[...] a biblioteca tem um papel essencial, haja vista que sua função principal é democratizar o acesso à informação e, nesse sentido, a acessibilidade deve ser uma preocupação de tal instituição, pois é um elemento que garantirá que *todo* o seu público alvo utilize e acesse seu espaço físico, serviços e a informação disponibilizada em seu acervo tradicional ou digital. Para tanto, é necessário que se tenha consciência das necessidades especiais de alguns usuários.

Cabe à biblioteca garantir o acesso à informação sem discriminação, estando dessa forma em consonância com o conceito de acessibilidade que almeja oferecer oportunidades iguais a todos.

A biblioteca é um ambiente democrático que propicia igualdade de oportunidades a todos os indivíduos e para que isso ocorra precisa estar em conformidade com as políticas públicas de acessibilidade e ter profissionais capacitados para atender aos usuários que precisem de atendimento diferenciado, pois esses profissionais atuarão como intermediários garantindo a todos seu direito de acesso à informação.

O bibliotecário como mediador da informação precisa estar atento às necessidades de seus usuários, buscar qualificação para atuar em prol da inclusão social das pessoas com deficiência, uma vez que esse tema é objeto de discussão em todos os seguimentos da sociedade. Cunha (2003, p. 5 apud SOUZA et al., 2013, p.4) destaca que o bibliotecário “deve estar consciente que é um agente de mudanças ou que pode tornar-se um agente de mudanças.”

Pereira (1996, p.27 apud MAIA, 2011) destaca que a função social do bibliotecário é “valorizar as pessoas como indivíduos e como seres humanos, mostrando-lhes interesse e indicando como se sente fortemente motivado a ajudá-los, mostrando compreensão e preocupação pelos sentimentos dos indivíduos.”

O bibliotecário atuando como mediador da informação deve ir além de oferecer a resposta ao usuário, mas conforme Maia et al. (2011,) deve “auxiliá-lo na busca das respostas que satisfaçam suas necessidades informacionais, adequando o uso efetivo da informação, orientando o cliente para o uso das tecnologias disponíveis, procurando desenvolver atividades que possam de fato contribuir e/ou estimularem a apropriação do conhecimento.”

Moro e Estabel (2012 apud NICOLETTI, 2013, p.13-14) afirmam que os bibliotecários devem estar preparados, sensibilizados para atuarem com a diversidade assumindo suas funções de mediadores no processo de inclusão de pessoas com deficiência:

Nesse sentido, na atuação profissional, os bibliotecários devem estar preparados e sensibilizados, devem ter competência para atuar na diversidade, conhecer as possibilidades de aprendizagem e assumir a função de mediadores no processo de inclusão e de acessibilidade das PNEs no espaço da biblioteca, das redes sociais e da sociedade.

De acordo com Almeida Junior (2009, p. 92) o processo de mediação realizado pelo profissional da informação está presente em todas as suas atividades e não somente no serviço de referência, sendo a mediação:

toda ação de interferência-realizada pelo profissional da informação-, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

É nessa perspectiva dinâmica do processo de mediação que o bibliotecário precisa estar atento ao usuário da biblioteca, ou seja, para que possa realizar a mediação em todas as suas atividades precisa conhecer esse usuário, suas necessidades informacionais.

No que se refere ao usuário com deficiência auditiva/ surdez as dificuldades para acessar as informações são grandes, e ainda devemos considerar que as bibliotecas não possuem meios que facilitem esse processo, tais como materiais informacionais, profissionais capacitados.

É nesse sentido, que o bibliotecário precisa se capacitar para conhecer sobre os aspectos da surdez, as dificuldades de comunicação que acompanham a deficiência, a forma de comunicação adequada a esse usuário (comunicação em Libras, utilização de intérprete, conhecimento da língua portuguesa por parte do usuário, pois muitas vezes o surdo não foi alfabetizado em português e não poderá utilizar o método da comunicação escrita), e a partir de então se preparar para atendê-lo da forma mais adequada às suas necessidades, oferecendo produtos e serviços que satisfaçam suas necessidades informacionais.

Câmara (2011, p.2) destaca em seu trabalho a importância do bibliotecário de referência no atendimento ao usuário com deficiência, focando no usuário surdo, pois destaca que esses são os que enfrentam maiores dificuldades, devido à falta de comunicação e entendimento da linguagem:

[...] a necessidade auditiva é a que mais enfrenta dificuldade diante da sociedade, tendo em vista que a falta de comunicação e entendimento da linguagem compromete muito o indivíduo em seu convívio com outras pessoas, na leitura e em especial no desenvolvimento educacional.

Acrescenta que o serviço de referência é importante para a acessibilidade dos usuários surdos que buscam informações na biblioteca em seu processo de aprendizagem. Cabendo ao bibliotecário de referência qualificar-se para atender os usuários com deficiência auditiva, pois na biblioteca não pode haver barreiras de comunicação e os esforços da biblioteca devem ocorrer no sentido de promover a satisfação do usuário:

[...] Realmente a comunicação é fundamental e os Bibliotecários de Referência por fazer o elo de ligação entre o acervo, o usuário e a informação, precisam estar qualificados para atender os Portadores de Necessidades [sic] Auditivas, pois, uma biblioteca não pode existir barreira da comunicação e o usuário jamais poderá sair insatisfeito. (CÂMARA, 2011, p. 10).

Assim, podemos comentar o exemplo de Almeida Junior (2009, p.92), que ao afirmar que a mediação está presente em todos os fazeres do profissional da informação cita a política de seleção tendo esta “o usuário final como base de sustentação”. Nesse caso, considerando-se que este usuário é surdo deve-se observar a inclusão de materiais relacionados à surdez e à cultura surda que sejam de interesse tanto dos usuários surdos como ouvintes; que seja escrito especialmente com vocabulário direto e simples, e que seja bastante ilustrado; acervo em vídeo/DVD com legenda aberta ou em língua de sinais, como recomendam as DSBS (IFLA, 2000, p.13-15).

Outro fator que deve ser considerado diz respeito à recuperação da informação. Como o usuário surdo vai recuperar a informação que necessita? Para isso é preciso que, como indicado acima, o processo de mediação contemple todas as atividades do bibliotecário e que, além disso, esse profissional esteja capacitado para se comunicar com o usuário surdo, seja capaz de orientá-lo no uso das tecnologias assistivas e esteja apto a desenvolver as competências informacionais desse usuário.

A mediação da informação faz com que o usuário deixe de ser apenas um receptor de informação para dela se apropriar, como afirma Almeida Junior (2009, p. 97):

A mediação da informação permite e exige concepção de informação que desloque o usuário da categoria de mero receptor, colocando-o como ator central do processo de apropriação. Dessa forma, defendemos que o usuário é quem determina a existência ou não da informação. A informação existe apenas no intervalo entre o contato da pessoa com o suporte e a apropriação da informação. [...] Em última instância, quem determina a existência da informação é o usuário, aquele que faz uso dos conteúdos dos suportes informacionais.

Segundo Neves (2011, p.417) o processo de mediação da informação, nessas circunstâncias, busca a construção do conhecimento que se dá por meio de um movimento complexo, em que os sujeitos interagem com a informação, uns com os outros, processando-as para, de acordo com seu foco e suas possibilidades cognitivas, se apropriarem dos conteúdos acessados, sendo a mediação da informação etapa subsidiária do desenvolvimento.

Diante dessa afirmativa, voltamos a refletir como esse processo de mediação ocorrerá em relação ao usuário surdo, já que em muitos casos esse usuário não consegue acessar a informação, uma vez que a biblioteca não disponibiliza os materiais informacionais em Libras ou material visual legendado, conforme orientação das DSBS, ou porque não conseguiu se

comunicar com o bibliotecário informando suas necessidades informacionais porque na biblioteca não há nenhum bibliotecário apto a atendê-lo em Libras.

Almeida Junior (2004, p.72) utiliza a expressão “não-público” ao se referir a forma como os profissionais de biblioteca atuam de forma direcionada a um único grupo social: “Atuando direcionados para um único grupo social e lidando exclusivamente com a palavra escrita, com a leitura e o livro, a biblioteca e o bibliotecário isolam o restante da população, relegando-a à condição de não- público.”

Baseia-se no conceito de Victor Flusser (1982 apud ALMEIDA JUNIOR, 2004, p.72-73) para conceituar essa expressão: “não-público como parcela da população que não pode fazer uso de um equipamento cultural, ou de um ramo das artes ou da cultura por não possuir ferramentas apropriadas, quer objetivas (materiais), quer subjetivas (intelectuais).”

Para que ocorra a apropriação de um texto é necessário que o indivíduo seja alfabetizado e que a capacidade de leitura deve ser praticada para que não se perca:

Só se apropria de um texto aquele que possui condições mínimas para isso, ou seja, que tenha sido alfabetizado. Além disso, a decodificação das letras, para que se transformem em um conteúdo lógico e permitam seu entendimento, deve ser constantemente praticada, sob pena de se perder a capacidade da leitura. (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p.73).

Nesse contexto, consideramos oportuno estender esse conceito de não-público às pessoas com deficiência, especificamente as surdas, pois como afirmado acima por Almeida Junior as bibliotecas e os bibliotecários atuam para grupos únicos, e na maioria das vezes o surdo não está inserido nesse grupo, até porque, como dissemos anteriormente, a surdez é considerada uma “deficiência invisível, porque os surdos não são identificados como surdos pela observação casual [...]” (IFLA, 2000, p.6).

Nesse sentido, ele se torna um não-público, porque não encontra na biblioteca meios de acessar a informação que necessita, ou seja, fica “impossibilitado de fazer uso do conteúdo existente na biblioteca. Isso ocorre devido a não possuir ele as habilidades necessárias para a apropriação das informações [...] acessíveis via mediação dos bibliotecários e dos produtos documentários disponíveis nas bibliotecas” (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p.73-74).

O emprego exclusivo do material impresso, da escrita como veiculador da cultura e do conhecimento expulsa a maioria da população do espaço biblioteca (ALMEIDA JUNIOR, 2004, p.74).

Nesse contexto, de não-público, para que o usuário surdo e com deficiência auditiva tenha acesso à informação para dela se apropriar é necessário que o bibliotecário afaste todas as formas de preconceitos (acessibilidade atitudinal), conheça mais sobre as peculiaridades e necessidades desses usuários, buscando a qualificação, que deve ser iniciada na graduação com disciplinas voltadas para o estudo das questões que envolvem a inclusão social, bibliotecário e a sociedade e que essa qualificação ocorra de forma permanente, por meio da educação continuada. Assim o bibliotecário estará preparado para exercer o seu papel social, garantindo a esses usuários o seu direito de acesso à informação permitindo-lhes não ser um mero receptor de informações, mas um produtor de informações, um ser crítico, um cidadão mais capacitado a cumprir seus deveres e contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

Para conhecer um pouco mais sobre as necessidades das pessoas com deficiência, na próxima seção serão abordados marcos legais referentes à Educação desses indivíduos, desde a Educação básica até a superior.

“No alvorecer deste século prosseguem as ações inclusivas na educação, saúde, trabalho, turismo e lazer em vários países do mundo. A legislação brasileira, gradativamente estabelece normas, regulamentos e definições que conscientizam e impulsionam no sentido de quebrar as barreiras físicas e comportamentais na busca de soluções que minimizem as dificuldades das pessoas com deficiência e facilitem seu acesso à cultura, lazer e ao conhecimento.

Historicamente, as leis agem como forças propulsoras de iniciativas que venham suprir brechas ainda existentes na promoção do bem-estar e equiparação de oportunidades a todos.” (PUPO, 2006, p.42)

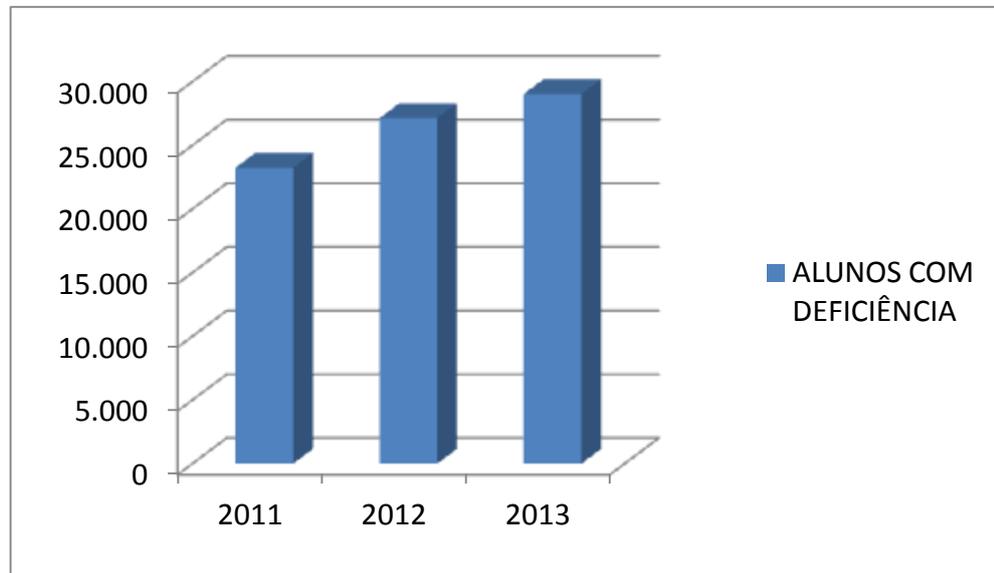
8. TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: MARCOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA AO ENSINO SUPERIOR

Na seção 3 sobre a deficiência tivemos a oportunidade de acompanhar a evolução histórica da luta das pessoas com deficiência por seus direitos. Nessa seção faremos um estudo sobre o desenvolvimento da legislação referente à educação das pessoas com deficiência, apresentando alguns marcos legais, para que possamos entender as alterações no processo educacional desde a educação básica até o ensino superior e como essas mudanças na legislação contribuíram para o acesso dessas pessoas à Educação.

As alterações na legislação referente à educação das pessoas com deficiência tem contribuído para o crescimento do número de alunos com deficiência matriculados nas Instituições de Ensino Superior nos últimos anos. De acordo com os dados do INEP¹² em 2011 havia 23.250 estudantes com deficiência, em 2012 esse número passou para 27.143 e em 2013 eram 29.034, conforme ilustrados a seguir no gráfico 1:

¹² Disponível em: < <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>>. Acesso em: 28 fev. 2015

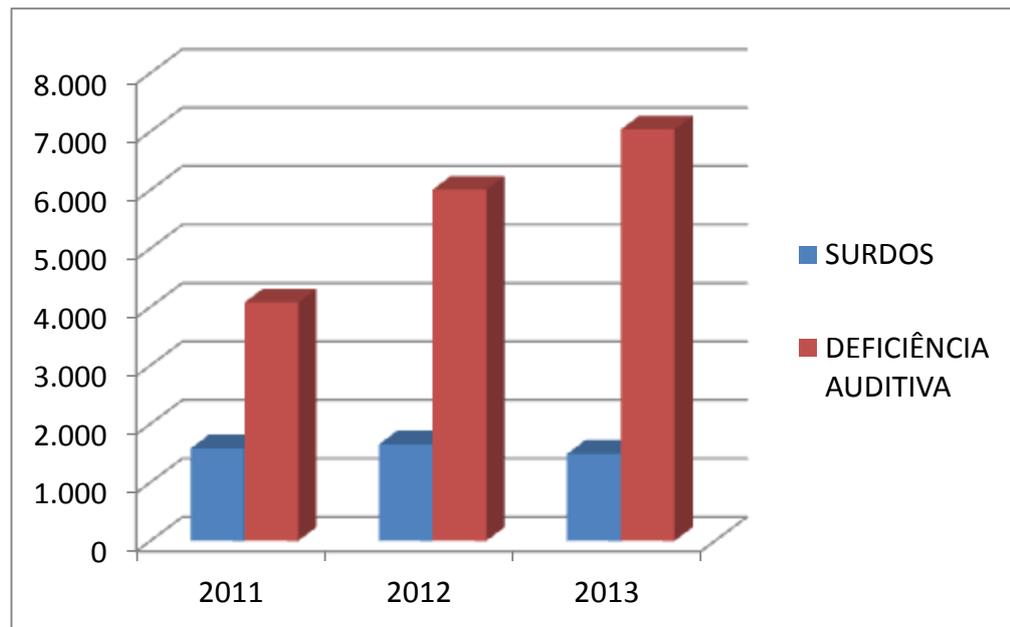
GRÁFICO 1 - ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR



Fonte: A autora (2015) com base em dados do INEP

Especificamente sobre os estudantes surdos e com deficiência auditiva matriculados em Instituições de Ensino Superior públicas e privadas os dados do INEP indicam que em 2011 havia 1.582 alunos; em 2012 – 1.650 e em 2013- 1.488 estudantes surdos matriculados nas Instituições de Ensino Superior públicas e privadas, enquanto o número de alunos com deficiência auditiva era de 4.078 em 2011, 6.008 em 2012 e 7.037 em 2013, como ilustramos no gráfico 2 a seguir:

GRÁFICO 2 - ALUNOS SURDOS E COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR



Fonte: A autora (2015) com base em dados do INEP

Diante desses dados, vejamos alguns marcos legais que contribuíram para o desenvolvimento da educação das pessoas com deficiência.

A educação de pessoas com deficiência teve início no Brasil com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant, em 1854. (BRASIL.MEC/SEESP, 2008).

Em 1857 foi criado o Instituto dos Surdos Mudos, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES e posteriormente vieram o Instituto Pestalozzi (1926) especializado no atendimento à pessoa com deficiência intelectual e em 1945 foi criado, no mesmo instituto, o atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação (BRASIL.MEC/SEESP, 2008).

Em 1948 foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos que previa a educação como um direito de todos.

Em 1954 foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (BRASIL.MEC/SEESP, 2008).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1961 - Lei 4.024/61 - previa o atendimento às pessoas consideradas “excepcionais”. Essa lei foi alterada em 1971 pela Lei nº 5.692 e passou a definir “tratamento especial aos alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados” (BRASIL.MEC/SEESP, 2008).

Em 1973 foi criado pelo Ministério da Educação e Cultura - MEC o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP ficando responsável pela gerência da educação especial no país (BRASIL.MEC/SEESP, 2008).

Com o advento da Constituição Federal de 1988 foram estabelecidos direitos fundamentais, dentre eles o da igualdade: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988, art. 5º).

Nesse sentido, o jurista Pedro Lenza (2009, p. 679) nos esclarece que trata-se de uma igualdade material e não formal, “na medida em que a lei deverá tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades”.

Esse tratamento desigual recai na adoção de ações afirmativas visando proteger determinados grupos que historicamente foram marginalizados, buscando-se dessa forma oferecer a estes igualdade de oportunidades com os demais indivíduos que não sofreram tal marginalização:

[...] o constituinte tratou de proteger certos grupos que, a seu entender, mereciam tratamento diverso. Enfocando-os a partir de uma realidade histórica de marginalização social ou de hipossuficiência decorrente de outros fatores, cuidou de estabelecer medidas de compensação, buscando concretizar, ao menos em parte, uma igualdade de oportunidades com os demais indivíduos, que não sofreram as mesmas espécies de restrições. (ARAÚJO; NUNES JÚNIOR apud LENZA, 2009, p. 680).

No âmbito educacional, a questão das ações afirmativas ocorreu por meio da promulgação de leis e instituição de programas governamentais que tinham como foco atender àqueles membros da sociedade, que até então, estavam excluídos.

O direito à educação é um direito social garantido pelo art. 6º da Constituição Federal de 1988, sendo “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988 – art. 205).

Além disso, a Constituição prevê que o ensino será ministrado em igualdade de condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988, art. 206, I), e estabelece como dever do Estado garantir atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência (BRASIL, 1988, art. 208, III).

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), também chamada Declaração de Jomtien, objetiva, entre outros pontos, universalizar o acesso à educação e promover a equidade, sendo que as pessoas com deficiência possuem necessidades educacionais que requerem atenção especial que garantam a elas a igualdade de acesso à educação (UNESCO, 1998, art. 3º, 5).

A Assembleia Geral da ONU promulgou em 1993 a Resolução nº 48/96 a qual, além de outras disposições, estabeleceu normas quanto à igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência na educação, inclusive a educação superior: “Os Estados devem reconhecer o princípio segundo o qual deve proporcionar-se às crianças, jovens e adultos com deficiência igualdade de oportunidades em matéria de ensino primário, secundário e superior num contexto integrado.”

As instituições de ensino devem se preocupar em oferecer serviços de apoio que atendam as diferentes necessidades dos estudantes, como a disponibilização de intérpretes de língua de sinais:

A educação das pessoas com deficiência em estabelecimentos regulares de ensino pressupõe a existência de serviços de intérpretes de língua gestual e de outros serviços de apoio adequados. Condições de acessibilidade e serviços de apoio devem ser garantidos, de forma a dar resposta às necessidades de pessoas com diferentes deficiências. (ONU, Resolução 48/96 – norma 6 -2).

De acordo com a Declaração de Salamanca, 1994 os governos devem adotar o princípio da educação inclusiva em forma de lei ou política. Tornou-se um marco na educação inclusiva porque estabeleceu como princípio “que as escolas do ensino regular devem educar todos os alunos, enfrentando a situação de exclusão escolar das crianças com deficiência [...], das superdotadas, em desvantagem social e das que apresentam diferenças linguísticas, étnicas ou culturais” (BRASIL. MEC/SEESP, 2008).

A Política Nacional de Educação Especial foi instituída em 1994 com o objetivo de orientar “o processo de ‘integração instrucional’ que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as

atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (BRASIL. MEC/SEESP, 2008).

A atual LDB – Lei nº 9.394/96 trouxe o conceito de educação especial e especificou sua aplicação:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Com a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência [*sic*] – CORDE - Lei nº 7.853/89 regulamentada pelo Decreto nº 3.298/99 – foram estabelecidas normas gerais que asseguraram o pleno exercício dos direitos individuais pelas pessoas com deficiência e no que se refere à educação essa norma trouxe a inclusão da Educação Especial para o sistema educacional brasileiro.

No que se refere à educação superior, o Decreto nº 3.298/99 estabeleceu que as instituições de ensino superior devem oferecer provas adaptadas, bem como serviços de apoio que permitam ao estudante com deficiência realizar as atividades curriculares propostas, além de garantirem a estes acesso ao processo seletivo para ingressar no ensino superior:

Art. 27. As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência [*sic*], inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência.

§ 1º As disposições deste artigo aplicam-se, também, ao sistema geral do processo seletivo para ingresso em cursos universitários de instituições de ensino superior.

Em 2001 foram instituídas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica - Resolução CNE/CEB nº 02/01 assegurando a todos a matrícula e garantindo aos alunos com necessidades especiais que a escola lhes ofereça as condições necessárias para uma educação de qualidade – (BRASIL, MEC/CNE/CEB, 2001, art. 2º).

Ainda em 2001 foi promulgada a Lei nº 10.172 estabelecendo aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a elaboração de planos decenais com base no Plano Nacional de Educação, incluindo a educação inclusiva.

Nesse mesmo ano, foi promulgado o Decreto nº 3.956 - Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de

Deficiência [*sic*] – Convenção da Guatemala. Esse “Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação adotada para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização” (BRASIL. MEC/SEESP, 2008).

A Lei nº 10.260/01 instituiu o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), de “natureza contábil, destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.”

Em 2002 a Resolução CNE/CP nº 01/2002 estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior e determinou que na organização curricular da formação do docente devem estar presentes conhecimentos voltados para as necessidades educacionais especiais dos alunos (BRASIL.MEC/SEESP, 2008).

Nesse mesmo ano, a Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão devendo ser ensinada de forma obrigatória nos cursos de Formação de Professores, Fonoaudiologia e nos demais cursos de licenciatura e optativa nos cursos de nível superior – art. 4º da Lei nº 10.436/02 e art. 3º, § 1º e § 2º do Decreto nº 5.626/05 que regulamenta a referida lei.

A Portaria nº 2. 678/02 do MEC instituiu uma política de diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de aplicação, compreendendo especialmente a Língua Portuguesa (BRASIL.MEC/SEESP, 2008).

A Portaria MEC nº 3.284/03 dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições (BRASIL. MEC/SECADI/SESU, 2013).

Em 2004 o Decreto nº 5.296 regulamentou as leis nº 10.048 e 10.098, ambas de 2000, que tratam do atendimento à pessoa com deficiência e condições gerais de acessibilidade. De acordo com esse decreto os estabelecimentos de ensino, de qualquer nível, público ou privado devem oferecer condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes e compartimentos às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, **bibliotecas**, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (art. 24, grifo nosso).

A Lei nº 10.861/04 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES com a finalidade de melhorar a qualidade da educação superior, de orientar a expansão da sua oferta, de aumentar permanentemente a sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, de promover o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (art. 1º, §1º).

O Decreto nº 5.626/05 regulamentou as Leis nº 10.436/02 estabelecendo que:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

O Programa Universidade para todos – PROUNI, Lei nº 11.096/05, regulamentada pelo Decreto nº 5.493/05 que destina-se à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de cinquenta por cento ou de vinte e cinco por cento, para estudantes de cursos de graduação ou sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior. Dentre os sujeitos contemplados com a bolsa estão às pessoas com deficiência, conforme o art. 2º, II da referida lei.

Também em 2005 foi criado o Programa de Acessibilidade na Educação Superior - INCLUIR propondo ações que garantam o acesso pleno das pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior. O Programa tem por objetivo principal:

fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Ifes os quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. (BRASIL. MEC/SECADI/SESU, 2013).

O Decreto nº 5.773/06 dispõe sobre regulação, supervisão e avaliação das instituições de ensino superior no sistema federal de ensino. Estabelece como requisito que no Plano de Desenvolvimento Institucional deverá conter elementos de infraestrutura física e instalações acadêmicas, especificando um plano de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida (art. 16, VII, c).

Em 2007 foi lançado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que tem como ação programática para as IES: “desenvolver políticas estratégicas de ação afirmativa nas IES que possibilitem a inclusão, o acesso e a permanência de pessoas com deficiência [...]” (BRASIL, 2007a, p.41).

Também em 2007 foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI – Decreto nº 6.096/07. O programa tem por objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (art. 1º). E tem como uma de suas diretrizes a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008 define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades e tem como função “disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (BRASIL. MEC/SECADI/SESU, 2013).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), promulgada pelo Decreto nº 6.949/09, na qual o direito à educação pelas pessoas com deficiência é reconhecido cabendo a cada Estado Parte assegurar a estas um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.

Em 2010 foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES – Decreto nº 7.234/10 – com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Dentre as ações desenvolvidas pelo programa destacamos o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O programa tem por objetivos:

- Art. 2º I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

O Decreto nº 7.611/11 dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado e tem como diretriz, dentre outras, garantir um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.

Além disso, esse decreto estabelece que a União oferecerá apoio técnico e financeiro para a estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior. Esses núcleos visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência (BRASIL, 2011a, art. 5º§ 2º, vii e §5º).

Decreto nº 7.612/11 institui o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Plano Viver sem Limite, com a finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Dentre as diretrizes que norteiam o programa destacamos: a garantia de um sistema educacional inclusivo e a garantia de que os equipamentos públicos de educação sejam acessíveis para as pessoas com deficiência, inclusive por meio de transporte adequado (BRASIL, 2011b, art. 1º e 3º).

Está em tramitação na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal o Projeto de Lei do Senado - PLS 46/2015¹³ que dispõe sobre o ingresso de pessoas com deficiência nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, por meio de cotas, alterando a Lei nº 12.711/12.

Ao justificar sua proposição o senador Cássio Cunha Lima diz:

A proposição que ora trago à apreciação dos ilustres Pares deixa-se entender desta forma: trata-se de estender a proteção equalizante da “lógica das cotas” às pessoas com deficiência, que, no momento da criação da Lei nº 12.711, em 29 de agosto de 2012, não foram nitidamente divisados pelo legislador, embora, com justo título, devessem tê-lo sido.

¹³ Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=119742>

O traçado desses marcos legais nos permite verificar que a luta das pessoas com deficiência tem repercutido no sistema legislativo e conseqüentemente na Educação, desde a básica até o ensino superior, e a tendência é que cada vez mais as normas sejam estabelecidas para garantir a esses estudantes meios de usufruir de seu direito à educação.

Especificamente sobre a educação dos surdos, já vimos na seção 4 a questão das filosofias educacionais dos surdos: oralismo, bilinguismo, comunicação total, bem como a luta dessa comunidade pelo reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e expressão (Lei nº 10.436/02 regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05) que garantiu aos surdos o direito a educação bilíngüe. Nesse sentido, Ansay nos lembra que em virtude das diferentes filosofias educacionais utilizadas ao longo do tempo na educação dos alunos surdos e com deficiência auditiva, estes ainda enfrentam desafios para ingressar, permanecer e concluir seus estudos no Ensino Superior:

O aluno surdo que ingressa no Ensino Superior é um sujeito que superou barreiras de comunicação, atitudinais, econômicas e sociais. É um sujeito que ao longo de sua escolaridade construiu e apropriou-se de saberes que foram construídos historicamente possibilitando desta forma avanços em sua escolaridade. Ingressar, permanecer e concluir um curso no Ensino Superior é um grande desafio sobretudo para alunos surdos. (ANSAY, 2010, p.126).

Bisol et al. (2010, p.152) nos falam dos desafios encontrados pelos estudantes surdos ao ingressam na universidade:

[...] Para conseguir assimilar as novas informações e os novos conhecimentos, eles precisam contornar as falhas da trajetória escolar anterior, como deficiências de linguagem, inadequação das condições de estudo, falta de habilidades lógicas, problemas de compreensão em leitura e dificuldade de produção de textos (Sampaio, Santos, 2002). Mas, a integração requer não apenas capacidade para o desempenho das atividades acadêmicas, como também para o envolvimento com os colegas, os professores e o ambiente. Ambas são fundamentais nos primeiros anos do ensino superior para melhorar as chances de êxito. (DINIZ; ALMEIDA, 2005; FERREIRA, ALMEIDA, SOARES, 2001 apud BISOL, 2010, p.152).

Outros aspectos relacionados aos desafios enfrentados por esses estudantes são ressaltados por Bisol et al.:

A maioria cresceu em ambientes limitados linguisticamente; por isso, não tem as competências linguísticas necessárias para fazer uso efetivo da interpretação ou dos livros didáticos, e possivelmente muitos ingressaram no ensino superior menos preparados que seus colegas ouvintes. Foster, Long e Snell (1999) levantam outros problemas enfrentados pelos estudantes surdos: demora no recebimento das informações (tempo entre o

que é falado e a tradução); quebra de contato visual enquanto o professor escreve no quadro, caminha pela sala ou lê um documento, o que impede a leitura labial; perda de informação quando é preciso escolher entre olhar para o intérprete ou observar o professor enquanto este manuseia um objeto em laboratório ou trabalha com imagens.

No que diz respeito à comunicação informal:

Alunos surdos são raramente incluídos nas interações informais entre estudantes ouvintes no que se refere às expectativas do professor, dicas de estudo, e regras “não ditas” de organização e comportamento em sala de aula, perdendo portanto informações importantes, porém não “tornadas públicas.” (Foster, Long, Snell, 1999, p.226 apud BISOL et al., 2010, p. 153-154).

Ainda de acordo com Bisol et al. (2010, p. 168), deve-se considerar outros tipos de necessidades correspondentes as especificidades de pessoas surdas oralizadas ou com deficiência auditiva, mas que ainda dispõem de um resto de audição ou que usam prótese e daquelas que não utilizam a língua de sinais como forma de comunicar-se.

E mesmo com todas as barreiras ao longo de sua vida acadêmica, os dados do INEP informam que o ingresso de estudantes surdos e com deficiência auditiva nas universidades está em desenvolvimento, como vimos no GRAF. 2 no início desta seção.

Ferreira (1980, p.2) ressalta que ”a universidade precisa, portanto, estar muito bem preparada para realmente funcionar como agente positivo das mudanças necessárias e irreversíveis”.

Diante desse quadro, as IES estão comprometidas com o acesso e a permanência das pessoas com deficiência e para que isso ocorra devem prover meios que permitam a inclusão desse estudante ao ambiente universitário e um desses meios é tornar as bibliotecas universitárias acessíveis.

Dentro desse contexto as bibliotecas universitárias precisam se preparar para atender a demanda dos estudantes surdos e com deficiência auditiva nas universidades, o que será abordado na próxima seção.

“Numa sociedade que se pretende inclusiva, o acesso ao conhecimento se faz ao construir canais que possibilitem ao livro “falar” na diversidade de línguas, ouvidos e olhos que temos.”

(BARANAUSKAS, 2006, p.8)

9. BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E ACESSIBILIDADE AOS USUÁRIOS SURDOS E COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

A informação é a fonte de geração e produção de novos conhecimentos e dentro desse contexto a missão da biblioteca universitária (BU) é prover acesso à informação à comunidade acadêmica contribuindo com o ensino, a extensão e a pesquisa.

Para Leitão (2005, p.25) o papel da biblioteca universitária é “[...] estimular, apoiar, fomentar e desenvolver o saber em seus múltiplos aspectos por meio de seus acervos e das relações que nela se estabelecem.”

A biblioteca além de garantir o acesso à informação aos estudantes, permitindo-lhes aprimorarem suas pesquisas contribui para a permanência desses estudantes na universidade, uma vez que se a biblioteca for acessível e o estudante tiver meios e autonomia para realizar suas pesquisas haverá uma diminuição da evasão, o que contribuirá para que o conhecimento adquirido na universidade seja transformado em novos conhecimentos retornando para a comunidade em geral novos produtos e serviços que beneficiem a todos – conhecimento gerando conhecimento.

No entanto, por falta de infraestrutura adequada os alunos não conseguem desenvolver suas pesquisas, como afirmam Pupo e Vicentini (1998, p.3) “[...] muitos alunos portadores de deficiência [sic] iniciam uma atividade de pesquisa na universidade e são "barrados" pela inexistência de uma infraestrutura adequada.”

Ferreira (1980) nos esclarece que “não cabe à educação meramente transmitir conhecimentos, experiências e ideais, mas, sobretudo, dar a instrumentação necessária para que cada um, por si mesmo, seja capaz de fazer descobertas, criar e construir algo.”

Essa afirmativa se coaduna com o conceito de acessibilidade, trazido pelo Decreto nº 5.296/04 – art.8º, I que visa oferecer autonomia à pessoa com deficiência para que esta possa realizar suas próprias atividades:

condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida [...]

De acordo com Menegatti (2012, p. 37-38) para que as pessoas com deficiência tenham autonomia, independência e empoderamento para realizar suas pesquisas em BU é necessário: “[...] tornar ambientes e serviços acessíveis a todos, tarefa nem sempre possível, dadas as limitações espaciais, de recursos e o desconhecimento dos profissionais sobre o tema”.

As BUs estão vinculadas as Instituições de Ensino Superior, às quais estão subordinadas, e, portanto, devem adequar-se aos objetivos e inovações dessas instituições. Ou seja, como vimos acima a legislação tem contemplado o acesso às pessoas com deficiência ao ensino superior, por sua vez as universidades estão recebendo esses estudantes e buscando se adaptar as exigências legislativas para melhor atendê-las cabendo as bibliotecas universitárias se adequarem para atender a esses usuários.

De acordo com Ferrés (2006, p. 21) uma biblioteca acessível é:

um espaço que permite a presença e proveito de todos, e está preparada para acolher a maior variedade de público possível para as suas atividades, com instalações adequadas às diferentes necessidades e em conformidade com as diferenças físicas, antropométricas e sensoriais da população.

O Decreto nº 5.296/04 estabelece que a universidade deve proporcionar condições de acesso e utilização da biblioteca pelas pessoas com deficiência:

Art. 24. Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência [*sic*] ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, **bibliotecas**, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. (grifo nosso)

Especificamente para os estudantes surdos esse mesmo decreto determina que as instituições federais de ensino superior ofereçam serviços de tradutores e intérpretes de Libras em seus espaços educacionais:

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em **outros espaços educacionais**, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Além dessas normas, há também as estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT - NBR 9050/15 e a NBR 15599/08.

Há legislação específica sobre acessibilidade em bibliotecas universitárias e realizando uma revisão de literatura podemos verificar o que tem sido realizado na prática sobre essa temática, especificamente no que se refere à acessibilidade aos usuários surdos e com deficiência auditiva:

Coneglian (2008) realizou um estudo sobre o comportamento informacional de alunos surdos dos cursos de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Em relação ao atendimento desses usuários surdos pela biblioteca, a pesquisa apontou que há dificuldades na interação entre os bibliotecários e os alunos, pois não há profissionais capacitados para atendê-los (CONEGLIAN, 2008, p.127).

Outro aspecto interessante da pesquisa é que os alunos de pós-graduação frequentadores do Grupo de Estudos Surdos – GES (UFSC) dispunham de um acervo de livros, revistas e obras de referência de quase 100 títulos, que ficava disponível para eles na sala do GES, o que facilitava o acesso a esses documentos, uma vez que se sentiam inseguros em frequentar a biblioteca, pois não havia profissionais aptos a atendê-los em Libras, mesmo podendo recorrer a um intérprete de Libras (CONEGLIAN, 2008, p.130).

No entanto, em virtude de dificuldades para controlar os empréstimos entre os participantes desse grupo, o acervo foi doado para a Biblioteca Central onde ficará em uma estante separada para facilitar o acesso:

Os participantes podem frequentar minimamente a biblioteca, justamente porque livros, revistas e outros suportes informacionais que necessitam são encontrados nos materiais adquiridos pelo grupo de estudos, comportamento que é reforçado pela facilidade no empréstimo ou talvez, pela insegurança em frequentar um ambiente onde não utilizam a língua de sinais. De qualquer modo, os surdos podem recorrer sempre que necessário aos serviços dos tradutores-intérpretes, inclusive para irem à biblioteca. Na entrevista, P2 relatou que devido à dificuldade interna no controle de empréstimo do acervo e a recusa de ter um participante responsável por esse controle, o grupo decidiu doar o acervo à Biblioteca Central. O acervo ficará em estante separada, de modo a não espalhar o material, o que permitirá o uso e controle nos padrões de empréstimo da biblioteca universitária. (CONEGLIAN, 2008, p.130).

Corradi e Vidotti (2008) elaboraram um estudo sobre o planejamento de uma arquitetura da informação digital que contemplasse a aplicação de elementos de acessibilidade como parte de um processo inclusivo, capaz de atender as necessidades informacionais de usuários de bibliotecas universitárias com diferentes condições sensoriais auditivas e linguísticas.

A pesquisa teve como base padrões de acessibilidade da *Web Accessibility Initiative – WAI* (Iniciativa de Acessibilidade Web), do *World Wide Web Consortium - W3C*, da legislação nacional e de iniciativas de acessibilidade do e-Gov Brasil.

Corradi e Vidotti (2008, p.10) afirmaram que para atender as necessidades informacionais de usuários surdos e com deficiência auditiva é necessário: interfaces digitais com a presença da Língua de Sinais; vídeos com legendas ocultas (*closed caption*) em português; alertas piscantes ao invés de sonoros em interfaces digitais; ajustes de som para atender aos diferentes limiares de surdez.

Concluíram afirmando que “[...] a aplicação de elementos de acessibilidade digital visa ampliar as condições de acesso e uso de interfaces, além de atender às exigências legislativas, padrões e recomendações nacionais e internacionais” (CORRADI; VIDOTTI, 2008, p.10).

Almeida et al. (2010) estudaram tecnologias assistivas para munir as Bibliotecas da Rede Universidade Estadual Paulista - UNESP de equipamentos e *softwares* que possibilitassem aos usuários com deficiência um atendimento especializado de qualidade e acesso à informação.

Para o atendimento ao usuário com deficiência auditiva foi sugerido o uso do tradutor automatizado Português x Libras, que converte página da internet ou texto em português para Libras, bem como o uso do Dicionário Digital de Libras Ilustrado da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica do Estado de São Paulo.

O trabalho de Sousa et al. (2010) relatou a experiência do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará - UFC na produção de vídeos em Libras com informações sobre os serviços oferecidos pelo Sistema visando promover o acesso à informação para a produção de conhecimento pela comunidade surda usuária do Sistema.

Para o desenvolvimento dos vídeos foi necessária a participação de vários profissionais de diferentes áreas da universidade: o próprio pessoal do Sistema; do curso de graduação em Letras-Libras e do Departamento de Engenharia de Teleinformática (Sousa et al., 2010).

O desenvolvimento desses vídeos buscou atender as necessidades informacionais desses usuários tendo como aliados às tecnologias de informação e comunicação (Sousa et al., 2010).

Bezerra et al. (2011) analisaram as condições de acessibilidade do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará - UFC e concluíram que as bibliotecas do Sistema não apresentam condições de acessibilidade que atendam as normas especificadas na ABNT e legislação federal.

No que se refere ao atendimento aos surdos a pesquisa de Bezerra et al. (2011) demonstrou que 60% das bibliotecas consultadas informaram ter profissionais capacitados em Libras para atender a esses usuários.

Silva (2011) investigou em seu estudo se o Sistema de Biblioteca da Faculdade Maurício de Nassau (PB) promovia o acesso a um acervo de material informacional de interesse para os surdos, conforme prevê as Diretrizes da IFLA para Serviços de Bibliotecas para Surdos e concluiu que os funcionários da instituição desconheciam o referido documento, mas buscavam meios de interagir com os usuários surdos apesar de reconhecerem a precariedade do atendimento a esses usuários:

Diante das análises realizadas concluímos que a biblioteca da Faculdade Maurício de Nassau, apesar de possuir um layout moderno e estar inserida numa instituição de credibilidade dentro da educação paraibana, deixa a desejar em relação às diretrizes básicas que contemplam as necessidades informacionais dos usuários surdos que não se beneficiam de produtos e serviços para realizar estudos, pesquisa e lazer. Seu acervo não foca essa preocupação, e seu quadro de pessoal não está capacitado para atender esse usuário especial. (SILVA, 2011, p.35).

O trabalho de Câmara (2011) verificou se os bibliotecários do serviço de referência da biblioteca central da Universidade Federal da Paraíba – UFPB estavam capacitados para atender as pessoas com deficiência auditiva.

Os resultados apontaram que os bibliotecários apresentaram dificuldades no atendimento a esse usuário, uma vez que não possuíam domínio da Libras, mas entendiam a necessidade de se qualificarem. Apesar de não receberem treinamentos sugeriram que a própria instituição oferecesse cursos de capacitação ou que ofertasse a esses usuários um profissional intérprete de Libras:

Os resultados apresentam que nenhum deles teve qualquer tipo de treinamento e, entendem a necessidade de se qualificar, sugerindo cursos de capacitação na própria instituição e/ou um profissional intérprete no serviço de referência. (CÂMARA, 2011 p.1).

Ayres (2011) pesquisou a relevância da inclusão da disciplina Libras no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB e concluiu ser a mesma importante para a formação do profissional no que diz respeito à promoção do acesso e da acessibilidade da informação.

Desenvolver o conhecimento básico de LIBRAS para que bibliotecários possam utilizá-lo em um trabalho de inclusão informacional é uma condição *sine qua non* para promover a acessibilidade de pessoas surdas nas unidades de informação e o desmoronamento de barreiras no processo de comunicação entre o bibliotecário e o usuário surdo. Barreiras essas compreendidas como qualquer entrave, ou obstáculos que limitem ou impeçam o acesso informacional, que dificultem, ou impossibilite a comunicação. (AYRES, 2011, p.11).

A relevância da formação profissional bibliotecária, frente à necessidade de desenvolver habilidades para a compreensão e aquisição da LIBRAS é uma realidade da qual os cursos de biblioteconomia não podem mais ignorar, visto que os dispositivos construídos pela sociedade para a inclusão da diferença ainda são incipientes para conter os transtornos causados por uma sociedade injusta e preconceituosa. (AYRES, 2011, p.13).

Portela e Portela (2011) pesquisaram o uso da biblioteca por usuários surdos apresentando suas dificuldades no acesso e uso da biblioteca e sugerindo melhorias para o atendimento a esse usuário. A pesquisa foi realizada com estudantes universitários da Universidade de Brasília - UNB frequentadores da Biblioteca Central da universidade.

Giacumuzzi (2012) realizou uma pesquisa no Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS discutindo a perspectiva do discente sobre a parceria entre o Sistema de Bibliotecas e o Programa INCLUIR da universidade.

Na entrevista com o aluno com limitação auditiva foi constatado que o Programa disponibilizou para o mesmo um profissional intérprete de Libras para as aulas no PEC, no entanto o mesmo não utilizava os serviços desse intérprete em suas idas às bibliotecas do Sistema, pois sua comunicação com os bibliotecários e atendentes ocorria por meio escrito, ou seja, levava à biblioteca por escrito o material que precisava e que apesar de não ser atendido por um profissional capacitado em Libras, os funcionários da biblioteca sempre demonstraram acessibilidade atitudinal (GIACUMUZZI, 2012, p.6).

Silva (2012) realizou uma pesquisa sobre as adequações necessárias para promover a inclusão social das pessoas com deficiência na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. No que se refere às pessoas com deficiência auditiva o estudo da autora para a necessidade de capacitação profissional em Libras e de seguir as determinações do decreto nº 5.626/2005 (arts. 14, 23, 26 e 30) e da Portaria MEC nº 3.284/2003 (art. 2º, III, a, d) (SILVA, 2012, p.6-7).

O trabalho de Gomes (2013) pesquisou a inclusão dos surdos em ambientes virtuais investigando os padrões de acessibilidade e usabilidade em ambientes virtuais de bibliotecas universitárias federais brasileiras, a fim de verificar quantas e quais dessas bibliotecas aplicavam as recomendações de acessibilidade sugeridas pelo *World Wide Web Consortium* (W3C) para Web 2.0 e heurísticas de usabilidade desses ambientes proporcionando uma interação com a interface de seus sites permitindo a navegabilidade destes usuários.

Os resultados indicaram que das 63 bibliotecas universitárias brasileiras, 51 apresentaram sistemas de bibliotecas com *sites* que agregavam todas as unidades de informação (bibliotecas setoriais) de suas respectivas instituições de ensino superior (GOMES, 2013, p.124).

Dentre essas 51 bibliotecas pesquisadas, 38% não atenderam a quaisquer recomendações de acessibilidade e 48% dos sistemas de bibliotecas que disponibilizam seus serviços através de um site, atenderam a 1 recomendação e que 14% atenderam a 2 recomendações dentre os 8 critérios adaptados do W3C aplicáveis a surdos (GOMES, 2013, p.131).

A pesquisa de Amadeo e Vitorino (2013) analisou a questão da competência informacional dos alunos surdos do curso de Letras Libras da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC na realização de pesquisas acadêmicas. Os resultados indicam a necessidade da presença de intérprete de Libras nos treinamentos oferecidos pela biblioteca, em horários determinados e que para minimizar as dificuldades desses usuários no acesso aos portais de periódicos da Universidade e da CAPES seja disponibilizado um vídeo tutorial em Libras que pode ser produzido pela própria universidade e incorporado ao site da biblioteca (AMADEO; VITORINO, 2013, p. [14]).

Pereira et al. (2013) realizaram uma pesquisa exploratória, que apresentou um panorama sobre a temática da pessoa surda contextualizando esses indivíduos no âmbito da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, concentrando atenção sob a potencialidade desses

estudantes na Biblioteca Central, mapeando as habilidades e dificuldades encontradas pelos bibliotecários no atendimento à pessoa surda.

Os sujeitos pesquisados foram os bibliotecários da Divisão Serviço ao Usuário - DSU e os resultados apontaram que o atendimento ao usuário surdo na instituição não era satisfatório, uma vez que os profissionais ainda não se encontravam preparados para prestar adequadamente os serviços informacionais a esse usuário:

O resultado demonstra que os bibliotecários lotados na DSU da Biblioteca Central da UFPB não estão preparados para atender / se comunicar com um usuário surdo, logo, pode-se afirmar que o processo de mediação da informação, com o usuário surdo, não ocorre de forma satisfatória em vista da função do bibliotecário em uma unidade de informação. (PEREIRA et al, 2013, p.14).

Silva e Araujo (2014) analisaram a formação do bibliotecário no curso de biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL e a preparação para o atendimento ao usuário com deficiência auditiva, tendo como sujeitos da pesquisa os bibliotecários que atuavam na biblioteca central da instituição.

Os resultados indicaram que para os bibliotecários entrevistados é necessário alterar matriz curricular do curso para que se possa oferecer um atendimento adequado a esse usuário (SILVA; ARAÚJO, 2014, p.14).

Os entrevistados destacaram ainda a importância da disciplina Libras no currículo, devendo esta ser obrigatória e não eletiva, conforme previsão legal, uma vez que esse aprendizado refletirá no relacionamento entre profissional e usuário mudando a visão de um para com o outro (SILVA; ARAÚJO, 2014, p.15).

Os entrevistados indicaram que a Biblioteca estava incentivando a capacitação profissional em Libras dos funcionários, por meio de cursos (SILVA; ARAÚJO, 2014, p.16).

Silva et al. (2014) analisaram o atendimento a pessoa com deficiência nas bibliotecas do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia - UFBA e concluíram que as bibliotecas pesquisadas prestavam um atendimento precário a esse usuário.

No que tange ao usuário com surdez ou deficiência auditiva os pesquisadores destacaram a importância dos telefones para surdos no ambiente da biblioteca, pois o usuário que precisa desse equipamento irá observar um diferencial no atendimento elevando o valor agregado da biblioteca. No entanto, nenhuma das bibliotecas pesquisadas oferecia esse equipamento. Os pesquisadores destacaram ainda a importância da capacitação profissional da equipe da biblioteca (SILVA et al., 2014, p.10, 14,18).

Sousa et al. (2014) analisaram em sua pesquisa as ações de acessibilidade que o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Ceará - UFC vem providenciando para apoiar o processo de aprendizagem de estudantes com deficiência.

Para atender aos usuários surdos, em 2010 (ver Sousa et al. 2010) deu-se início a criação de uma ferramenta que disponibilizava informações em Libras para esses usuários. A ideia foi aprimorada e ganhou uma nova versão – Projeto Biblioteca Universitária em Língua de Sinais - no qual as informações principais sobre os serviços oferecidos pelas bibliotecas foram traduzidas em Libras e disponibilizadas em vídeos no *site* da biblioteca (SOUSA et al., 2014, p.13).

Os pesquisadores destacaram ainda que o Projeto Biblioteca Universitária em Libras é uma parceria entre a Comissão de Educação de Usuários, Comissão de Acessibilidade e a Secretaria de Acessibilidade e que com essa parceria foram disponibilizados pela Secretaria intérprete de Libras e um técnico em mídias digitais que desenvolveu o ambiente virtual, de acordo com as normas de acessibilidade do Consórcio *World Wide Web* - W3C e que esse ambiente virtual foi premiado em 2013 pelo Prêmio Nacional de Acessibilidade na WEB, o que enfatiza a importância do trabalho conjunto entre os bibliotecários e profissionais de outras áreas (SOUSA et al., 2014, p.16-17).

Pereira e Nonato (2014) analisaram a gestão dos serviços informacionais no Sistema de Bibliotecas (Sibi) da Universidade Federal de Goiás - UFG, com enfoque na acessibilidade para usuários com deficiência física, visual e auditiva.

Os resultados indicaram que a gestão atendia alguns requisitos de acessibilidade, no entanto, apontaram problemas como: a falta de dotação orçamentária, falta de um plano para a acessibilidade, o que inviabilizava o uso das funções administrativas de forma interligadas pelos gestores, refletindo na dificuldade de planejar, organizar, direcionar e controlar, como na capacitação dos servidores, nos problemas identificados no treinamento para o uso das bibliotecas, na falta de aquisição das tecnologias assistivas e a sinalização insuficiente (PEREIRA; NONATO, 2014, p.2).

Stroparo (2014) analisou as políticas de inclusão e acessibilidade no ensino superior enfatizando as condições de acessibilidade do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Paraná (SiBi/UFPR).

No que se refere às condições de acessibilidade ao aluno surdo, no quesito acessibilidade física a pesquisa indicou que havia necessidade de melhorar a sinalização das

bibliotecas do Sistema enfatizando na comunicação visual, devendo priorizar o uso de imagens e ter a presença de um intérprete de Libras (STROPARO, 2014, p.126).

No quesito acessibilidade informacional, o aluno entrevistado informou que a tecnologia não o ajudava, preferia e precisava da presença de um intérprete para resolver a questão da comunicação e indicava o uso do e-mail para uma boa comunicação (STROPARO, 2014, p.139).

Quanto à acessibilidade atitudinal, o entrevistado relatou que em algumas vezes foi tratado normalmente, em outras os funcionários aumentavam o tom de voz, ignorando que o que ele precisava era que se falasse pausadamente sem alterações de voz (STROPARO, 2014, p.150).

Quanto aos serviços oferecidos pelas bibliotecas do Sistema o entrevistado informou que apesar de toda a organização da biblioteca precisava de auxílio de alguma pessoa, pois não conseguia localizar os materiais sozinho. O entrevistado enfatizou que a biblioteca o ajudava em seus estudos, mas que como não conhecia algumas palavras precisava de auxílio (STROPARO, 2014, p.155-156).

Stroparo concluiu destacando que “todos os bibliotecários são favoráveis à implantação de políticas institucionais de inclusão no SiBi/UFPR e destacaram que é uma medida necessária e urgente, ideia compartilhada também pelos alunos com deficiência”. (STROPARO, 2014, p.173)

Essas pesquisas indicam que:

- falta investimento na capacitação dos profissionais que atuam em bibliotecas universitárias para atender aos usuários surdos e com deficiência auditiva, principalmente quanto à capacitação em Libras;

- os profissionais reconhecem a importância da inclusão da disciplina Libras nos currículos dos cursos de Biblioteconomia, uma vez que essa contribuição na formação profissional iniciada na graduação irá facilitá-los no mercado de trabalho;

- há necessidade de investimento em tecnologias assistivas e em produtos e serviços que atendam as necessidades informacionais desses usuários, tais como melhoria na acessibilidade em ambientes virtuais, seguindo as recomendações do W3C, incluindo vídeos em Libras nos sites das bibliotecas, iniciativa que, como vimos, já foi até premiada;

- há necessidade de intérpretes de Libras no ambiente da biblioteca;

- é preciso ampliar os estudos sobre as necessidades informacionais e o trabalho de competência informacional a ser desenvolvido com esses usuários;

- priorizar a acessibilidade atitudinal no atendimento aos usuários surdos e com deficiência auditiva.

Analisando a distribuição geográfica desses trabalhos verificamos que a região nordeste se destacou com o maior número de estudos - 9, sendo a Paraíba o estado que concentrou o maior número de pesquisas 4, seguido pelo Ceará 3 e de Alagoas e Bahia com 1 estudo cada. A região sul apresentou 4 estudos divididos entre (PR, RS e SC) , as regiões centro-oeste (DF e GO) e sudeste (SP e RJ) apresentaram 2 estudos e a região norte nenhum.

Como visto acima alguns autores dedicaram suas pesquisas a análise do atendimento ao usuário surdo e com deficiência auditiva em bibliotecas universitárias e o que se concluiu desses estudos é que mesmo existindo legislação regulamentando a acessibilidade nas IES e nas bibliotecas essas ainda não estão em sintonia com a legislação e com a demanda desses estudantes e tanto as bibliotecas quanto os bibliotecários não estão conseguindo cumprir seus papéis garantindo a esse usuário o acesso à informação, o que vem demonstrar a importância do nosso estudo para que as bibliotecas e os bibliotecários reflitam sobre suas atividades, seu papel e quais medidas precisam ser adotadas para cumprir as normas existentes e melhorar o atendimento ao usuário surdo e com deficiência auditiva.

Para aprofundarmos o estudo sobre o atendimento aos usuários surdos e com deficiência auditiva em bibliotecas universitárias, nossa próxima etapa será a avaliação das condições de acessibilidade, com base nas recomendações das Diretrizes para Serviços de Biblioteca para Surdos – IFLA, apresentado na seção 6, tendo como universo de pesquisa o Sistema de Bibliotecas da UNIRIO – UNIBIBLI e na próxima seção apresentaremos os procedimentos metodológicos adotados para a realização dessa pesquisa.

“Em BU’s criar as condições para que as pessoas com deficiência adquiram autonomia, independência e empoderamento significa tornar ambientes e serviços acessíveis a todos [...]”.

(MENEGATTI, 2012, p. 37-38)

10. METODOLOGIA

Nesta seção apresenta-se a metodologia adotada para a obtenção dos objetivos propostos.

Para melhor visualização da estrutura da pesquisa as etapas realizadas foram subdivididas em: caracterização da pesquisa, universo, etapas da pesquisa e coleta de dados, as quais passaremos a explicar abaixo.

10.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Por ser a questão da surdez e deficiência auditiva um tema ainda pouco explorado pela Biblioteconomia e Ciência da Informação, conforme os estudos de Silva, Santos e Rodrigues (2011) e Cardoso (2014), adotou-se a metodologia da pesquisa exploratória com abordagem qualitativa.

No estudo de Silva, Santos e Rodrigues (2011) os autores realizaram uma análise bibliométrica na base *Library and Information Science Abstracts - LISA* com o objetivo de verificar como a literatura na área da Ciência da Informação aborda a temática das pessoas com deficiência, especialmente as surdas e com deficiência auditiva. Com os resultados da pesquisa os autores perceberam o “pequeno número de artigos científicos desenvolvidos no Campo da Ciência da Informação com a temática relacionada ao surdo, o que requer por parte dos pesquisadores um maior desenvolvimento de pesquisas que tratem do acesso, disseminação e uso da informação por estes indivíduos” (SILVA; SANTOS; RODRIGUES, 2011, p. 295-296).

Cardoso (2014) pesquisou as bases LISA e a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e realizou uma análise métrica da produção científica sobre surdos na Ciência da Informação.

Os resultados indicaram que os estudos sobre surdos na área da Ciência da Informação no Brasil foram publicados após o ano 2001, já em âmbito internacional, coberto pela base

LISA, esses estudos iniciaram-se a partir de 1970, sendo que os estudos divulgados na BRAPCI tratavam de questões relacionadas à linguagem, educação, letramento, cultura e mediação dos intérpretes, enquanto que na LISA os estudos abordavam as instituições, usos e serviços de bibliotecas e mediações tecnológicas.

O estudo constatou que a produção científica brasileira sobre o tema dentro do período analisado pela pesquisa ocorreu em periódicos da área da Educação a qual a Ciência da informação está inter-relacionada.

A pesquisa exploratória trata de “problemas novos para os quais não foram desenvolvidas teorias específicas [...] na qual o investigador vai propondo um novo discurso interpretativo” (MINAYO, 2012, p.17). E de acordo com Braga (2007, p.25) “tem o objetivo de reunir dados, informações, padrões, ideias ou hipótese sobre um problema ou questão de pesquisa com pouco ou nenhum estudo anterior.”

Para Gil (2010, p.27) a pesquisa exploratória “é realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

A escolha da abordagem qualitativa justifica-se uma vez que [...] “O método qualitativo se aplica às áreas com pouco conhecimento teórico ou conceitual ou às pesquisas que não possuem hipóteses formuladas ou precisas” (BRAGA, 2007, p.27).

O [...] “objetivo das pesquisas qualitativas seria não apenas o de testar o que é conhecido, mas de fazer novas descobertas e desenvolver novas teorias com base na experiência empírica” (FLICK, 2004 apud BRAGA, 2007, p.28).

A partir da pesquisa bibliográfica verificamos na literatura os estudos que contribuiriam para esclarecer os conceitos de acessibilidade, acesso à informação, deficiência auditiva, surdez, inclusão social de pessoas com deficiência, sociedade inclusiva, biblioteca universitária e o papel da biblioteca e do bibliotecário no contexto da inclusão social das pessoas surdas e com deficiência auditiva.

Além disso, foi realizada uma revisão de literatura com o intuito de recuperar pesquisas que tivessem analisado o tema do atendimento ao usuário surdo e com deficiência auditiva em bibliotecas universitárias.

Os levantamentos iniciais e os estudos de Silva, Santos e Rodrigues (2011) e Cardoso (2014) sobre a pouca produção científica na área da surdez relacionada à Ciência da informação, nos levaram a realizar nossa pesquisa bibliográfica sem recorte temporal

utilizando os termos: biblioteca universitária e deficiência, biblioteca universitária e deficiente, biblioteca universitária e surdos, biblioteca universitária e surdez, biblioteca universitária e acessibilidade, biblioteca universitária e inclusão social, biblioteca universitária acessível e biblioteca universitária e deficiência auditiva.

A pesquisa foi realizada nos *sites* da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD- IBICT); Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação - BRAPCI; Anais eletrônicos: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - ENANCIB, Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias - SNBU, Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e Ciência da Informação – CBBB, além de busca direta no *site Google*.

Cabe ressaltar a dificuldade acessar os anais do SNBU e CBBB online. Faz-se aqui um apelo para que sejam disponibilizados na íntegra esses documentos de extrema importância para a produção científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Após as análises conceituais iniciou-se a análise documental de leis, decretos, normas técnicas, acordos internacionais que fundamentaram a análise da evolução da educação das pessoas com deficiência do ensino básico ao superior, bem como a trajetória de lutas do movimento das pessoas com deficiência.

Outro documento analisado foram as Diretrizes para Serviços de Biblioteca para Surdos – IFLA, com o intuito de servir de base para a elaboração do questionário de avaliação das condições de acessibilidade aos usuários surdos e com deficiência auditiva.

Nessa pesquisa foram utilizados dois instrumentos de coleta de dados: um questionário e uma entrevista. Ambos os instrumentos passaram pela avaliação do Comitê de Ética, conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde - CNS e foram aprovados, assim como o projeto da pesquisa.

O questionário (Apêndice A) de autoaplicação direcionado aos gestores das respectivas bibliotecas do Sistema UNIBIBLI, visava verificar quais os itens das DSBS são adotados pelas bibliotecas do Sistema e se além dos itens recomendados pela IFLA as bibliotecas adotavam algum outro parâmetro de acessibilidade para garantir ao usuário surdo e com deficiência auditiva o acesso à informação. Foi elaborado de acordo com as categorias apresentadas nas DSBS da IFLA: Pessoal, Comunicação, Acervo, Serviços e Divulgação dos programas.

E a entrevista estruturada (Apêndice B) com a diretoria do Sistema visava verificar quais ações foram ou estão sendo desenvolvidas pelo Sistema de bibliotecas – UNIBIBLI para atender a esses usuários.

De acordo com Vieira (2009, p.15) o questionário “é um instrumento de pesquisa constituído por uma série de questões sobre determinado tema”.

Segundo Gil (2010, p. 121):

Construir um questionário consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa.

Nesse sentido, para a composição do questionário adotado nessa pesquisa foram enfrentados alguns desafios até elaborarmos a versão final: traduzir os termos técnicos para um vocabulário mais simples; transformar as recomendações em perguntas diretas, de fácil compreensão e que pudessem ser respondidas sem tomar muito tempo dos respondentes e determinar a quantidade de perguntas de forma a cobrir os objetivos propostos pela pesquisa sem tornar o questionário exaustivo para os respondentes.

Para não tornar o questionário muito extenso algumas das recomendações foram reunidas em uma mesma pergunta. Por outro lado, com o intuito de tornar a questão mais clara e objetiva, alguns itens foram divididos em duas perguntas e ao lado dos termos técnicos foi incluída uma breve explicação.

Depois de realizado o pré-teste verificamos que a quantidade de perguntas e o tempo da pesquisa correspondiam ao nosso objetivo e efetuamos as alterações observadas pelos respondentes.

O pré-teste de um instrumento de coleta de dados tem por objetivo assegurar-lhe validade e precisão. Como é sabido, no caso do questionário, a obtenção desses requisitos é bastante crítica. Todavia, o pré-teste deve assegurar que o questionário esteja bem elaborado, sobretudo no referente a:

- a) Clareza e precisão dos termos;
- b) Forma de questões;
- c) Desmembramento de questões;
- d) Ordem das questões; e
- e) Introdução do questionário. (GIL, 2010, p.135).

Inicialmente o questionário não teria perguntas abertas e utilizaríamos apenas questões fechadas com respostas de Sim e Não, mas devido ao caráter qualitativo da pesquisa e as

observações do pré-teste, abrimos as respostas para algumas perguntas e incluímos a opção não se aplica.

Para Viera (2009, p. 53) as vantagens das questões fechadas consistem em permitir a comparação, serem fáceis de responder e de analisar. Por sua vez, as questões abertas tem como vantagens permitir aos respondentes se expressarem por suas próprias palavras, indicar o nível de informação do respondente e trazer informações inesperadas.

A versão final resultou em 28 perguntas com tempo médio de resposta de 15 minutos, além das perguntas baseadas nas DSBS - IFLA foi elaborada uma pergunta aberta para que os gestores pudessem apresentar quais os parâmetros de acessibilidade eram utilizados pelas bibliotecas no atendimento aos usuários surdos e com deficiência auditiva, caso não utilizassem as recomendações das DSBS. Essa quantidade de perguntas encontra-se de acordo com a regra geral de 15 a 30 questões para questionários, conforme Vieira (2009, p.55).

Para a entrevista com a diretora do Sistema UNIBIBLI foi elaborado um roteiro com três perguntas abertas com a finalidade de identificar se o Sistema tinha uma política de acessibilidade e se essa política atendia as necessidades dos usuários surdos e com deficiência auditiva.

A entrevista “[...] é um tipo de comunicação entre um pesquisador que pretende colher informações sobre fenômenos e indivíduos que detenham essas informações e possam emitilas. As informações colhidas sobre os fatos e opiniões devem constituir-se em indicadores de variáveis que se pretende explicar” (CHIZZOTTI, 2010, p.57).

A aplicação dos questionários e a entrevista tiveram consentimento prévio, foram pré-agendadas e seguiram os padrões estabelecidos pela Resolução nº 466/2012 do CNS.

A análise dos dados referentes aos questionários foi realizada com base nas categorias da DSBS, a saber: Pessoal, Comunicação, Acervo, Serviços, Divulgação dos Programas.

Após a coleta dos dados os mesmos foram analisados, interpretados e tabulados em quadros e gráficos com a finalidade de responder aos objetivos propostos pela pesquisa.

10.2 UNIVERSO DA PESQUISA

De acordo com Vieira (2009, p.116) “população ou universo é o conjunto de unidades sobre o qual desejamos obter informação”.

Constituem o universo dessa pesquisa as bibliotecas que compõem o Sistema UNIBIBLI/UNIRIO, suas respectivas chefias e a diretoria do referido Sistema.

Considerando-se que para a análise da biblioteca universitária é preciso conhecer a instituição a qual ela está vinculada, uma vez que seus objetivos devem ser compatíveis com o da Instituição apresentaremos uma síntese dos propósitos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO antes de introduzirmos o Sistema UNIBIBLI.

Para Ferreira (1980, p. 7) “[...] as bibliotecas universitárias só poderão ter sentido se estiverem em consonância com os programas de ensino e pesquisa das universidades a que pertencem”.

A UNIRIO¹⁴ originou-se da Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), criada pelo Decreto-Lei nº 773 de 20 de agosto de 1969. Em 1975, com a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro a FEFIEG passou a denominar-se Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ). Em 5 de junho de 1979, pela Lei nº 6.555, a FEFIERJ foi institucionalizada com o nome de Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). E, em 24 de outubro de 2003, a Lei nº 10.750 alterou o nome da Universidade para Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, mas a sigla foi mantida.

Tem por missão produzir e disseminar o conhecimento nos diversos campos do saber, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanista, crítica e reflexiva, preparando profissionais competentes e atualizados para o mundo do trabalho e para a melhoria das condições de vida da sociedade e por objetivos específicos:

- Produzir, difundir e preservar o saber em todos os campos do conhecimento;
- Formar cidadãos com consciência humanista, crítica e reflexiva, comprometidos com a sociedade e sua transformação, qualificados para o exercício profissional;
- Propiciar e estimular o desenvolvimento de pesquisas de base e aplicada, especialmente as vinculadas aos programas de pós-graduação *stricto sensu*;
- Estender à sociedade os benefícios da criação cultural, artística, científica e tecnológica gerada na Instituição;
- Manter intercâmbio com entidades públicas, privadas, organizações e movimentos sociais.

¹⁴ Disponível em: < <http://www.unirio.br/institucional>>. Acesso em: 01 maio 2015.

Tem como objetivos estratégicos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional¹⁵ - PDI (2012-2016), dentre outros:

[...] 9) Melhorar condições de estudo e convivência dos alunos de Graduação e Pós-Graduação – tendo como iniciativa implantar o programa para atendimento às pessoas com deficiência;

[..]

12. Assegurar a execução dos projetos de otimização da infraestrutura física, tendo como iniciativa - 12.3 Adequar as instalações físicas das unidades à acessibilidade de pessoas com deficiência (UNIRIO, 2011, p.34-35).

Além disso, estabelece como desafio em sua política de ensino, dentre outras:

melhorar e modernizar as condições físicas considerando as normas técnicas e legislação vigente de acessibilidade: salas de aula, laboratórios (de ensino, de pesquisa e extensão), biotérios e anatômico, área de convivência e lazer, sala de professores, auditórios, anfiteatros, teatros, enfermarias, salas multimídia e de exposição e estúdios (UNIRIO, 2011, p.51).

A modernização das bibliotecas é uma das diretrizes da UNIRIO para o ensino da graduação, sendo a modernização no sentido de: “I. Proporcionar um atendimento-padrão, moderno, informatizado, interligando o Sistema de bibliotecas da UNIRIO; II. Atualizar o acervo bibliográfico, tanto impresso quanto digital” (UNIRIO, 2011, p.51).

Ainda de acordo com o PDI a Biblioteca Central da UNIRIO é uma unidade suplementar subordinada ao reitor, cabendo a esta:

Cuidar do patrimônio informacional da UNIRIO, selecionando, adquirindo, processando, tornando disponível e garantindo seu acesso e preservação, esteja ele registrado em qualquer tipo de suporte. E, dessa forma, fornecer suporte informacional indispensável ao desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa, extensão considerando todos os campos de atuação da Universidade. (UNIRIO, 2011, p. 74).

Desse modo, vejamos como é constituído o Sistema de Bibliotecas UNIBIBLI.

Em 1976, ainda com a configuração da FEFIERJ foi criada a Biblioteca Central da UNIRIO, tendo sua inauguração oficial ocorrido em novembro de 1977.

Em 1986 foi criado o Sistema de Bibliotecas da UNIRIO – UNIBIBLI, com a missão¹⁶ de:

¹⁵ Disponível em: < <http://www.unirio.br/arquivos/arquivos-internos-do-site/pdi-2012-2016>>. Acesso em: 01 maio 2015

¹⁶ Disponível em: < <http://www.biblioteca.unirio.br/historia/missao>>. Acesso em: 01 maio 2015.

Fornecer apoio informacional ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão considerando todos os campos de atuação da UNIRIO. Para tanto, deve cuidar do patrimônio informacional da Universidade, selecionando, adquirindo, processando, **tornando disponível e garantindo o acesso** e a preservação dessa informação, esteja ela registrada em qualquer tipo de suporte. (grifo nosso)

É composto pelo Conselho Biblioteconômico, Biblioteca Central e seis Bibliotecas setoriais: Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH); Biblioteca Setorial do Centro de Letras e Artes (CLA); Biblioteca Setorial da Escola de Medicina e Cirurgia (CCBS/URM); Biblioteca Setorial do Instituto Biomédico (CCBS/URB); Biblioteca Setorial de Enfermagem e Nutrição (CCBS/URS); Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (CCJP). A Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET) encontra-se em criação.

Preparamos um quadro para a melhor visualização da distribuição geográfica das bibliotecas que compõem o Sistema:

QUADRO 4 - SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIRIO - UNIBIBLI

BIBLIOTECA/SIGLA	ÁREA	LOCALIZAÇÃO
BIBLIOTECA CENTRAL	CLA - CENTRO DE LETRAS E ARTES CCH - CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS CCET - CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS BIJU – BIBLIOTECA INFANTO-JUVENIL	URCA
CCBS/URS	ENFERMAGEM/NUTRIÇÃO	URCA
CCBS/URM	MEDICINA E CIRURGIA	TIJUCA
CCBS/URB	INSTITUTO BIOMÉDICO	CENTRO
CCJP	CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICA	BOTAFOGO

Fonte: A autora (2015)

A Biblioteca Central, que atua como órgão coordenador do Sistema tem por finalidade principal¹⁷:

[...] gerenciar os recursos informacionais indispensáveis ao desenvolvimento dos programas de ensino, pesquisa e extensão em todos os segmentos de atuação da Universidade. As bibliotecas setoriais atuam como suporte informacional de incentivo ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária e de apoio à administração Superior da Universidade, integrando-se à sua estrutura acadêmico-administrativa e aos sistemas de informação cultural, tecnológica, científica e artística, em âmbito nacional e internacional. (UNIRIO, 2011, p.84).

A Biblioteca Central Guilherme Figueiredo reuni os acervos das bibliotecas do CLA, CCH, CCET, as coleções do Instituto de Biociências e a Biblioteca Infanto-Juvenil. Passemos a conhecer um pouco mais sobre cada uma:

A Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Sociais abrange as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia, Filosofia, História, Museologia, Pedagogia, Serviço Social e Turismo e oferece suporte às pesquisas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Educação, História, Memória Social e Museologia e Patrimônio.

A Biblioteca do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia oferece suporte aos cursos de Bacharelado em Sistemas de Informação, Bacharelado em Engenharia de Produção.

A Biblioteca Setorial do Centro de Letras e Artes, especializada na área de Artes, com foco em Música, Teatro (incluindo dança) e Letras. Possui também um bom conteúdo sobre arte em geral, Filosofia, Belas-Artes, Folclore e Cinema.

O acervo é composto por materiais de diversos tipos, como livros e periódicos gerais e principalmente especializados, peças de teatro, partituras, folhetos, discos, além de dissertações de mestrado e teses de doutorado dos Programas de Pós-Graduação em Artes da UNIRIO.

A partir do ano de 2006 a Biblioteca Central passou a disponibilizar o acervo do Instituto de Biociências.

A Biblioteca Infanto-Juvenil - BIJU “tem o compromisso de atuar com crianças e adolescentes no incentivo à leitura, na mediação de acesso às atividades culturais e no

¹⁷ Disponível em:< <http://www.unirio.br/arquivos/arquivos-internos-do-site/pdi-2012-2016>>. Acesso em 01 maio 2015.

desenvolvimento de competência em pesquisas¹⁸. Nesse sentido, essa biblioteca não será objeto do presente estudo que visa o usuário universitário.

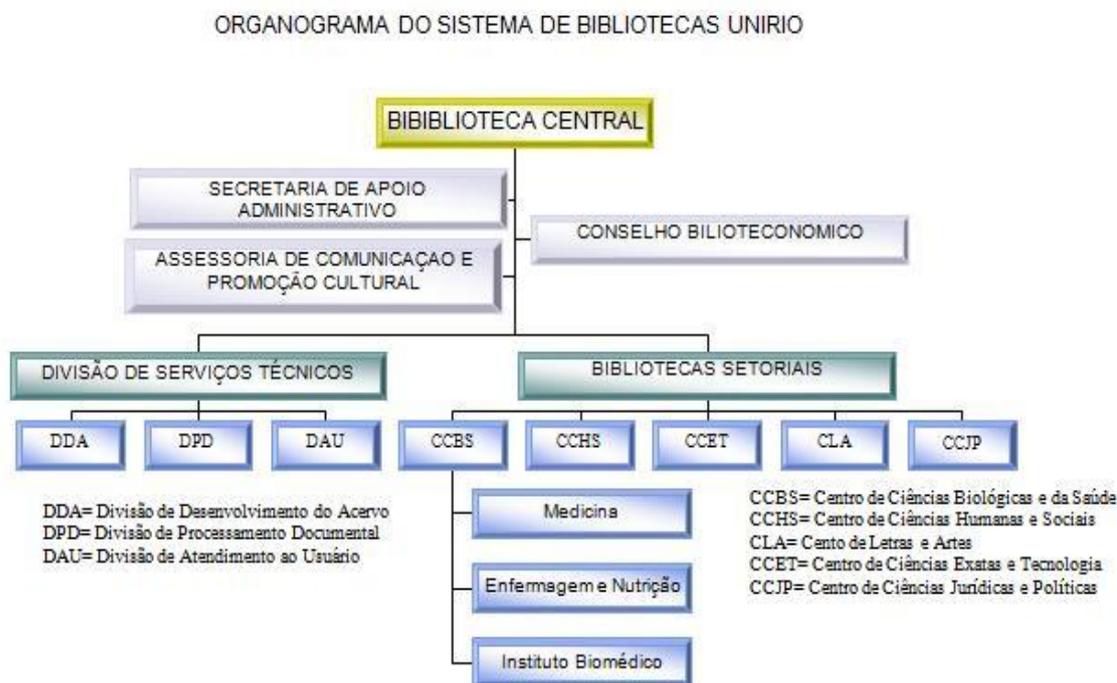
As Bibliotecas Setoriais da Escola de Medicina e Cirurgia (CCBS/URM); do Instituto Biomédico (CCBS/URB) e da Escola de Enfermagem e Nutrição (CCBS/URS) estão vinculadas ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Essas unidades distribuem-se por três bairros: Urca, Tijuca e Centro.

O acervo é composto de livros atualizados, periódicos, monografias, teses e bases de dados cobrindo os diversos cursos da área biomédica.

A Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas, localizada em Botafogo, atende às Escolas de Ciências Jurídicas, Administração Pública e Ciências Políticas.

O organograma abaixo oferece uma visão ampla do Sistema UNIBIBLI:

FIGURA 1 – ORGANOGRAMA DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIRIO/UNIBIBLI



Fonte: <http://www.biblioteca.unirio.br/historia/estrutura>

¹⁸ Disponível em: < <http://www.unirio.br/biju/apresentacao>>. Acesso em: 02 maio 2015.

10.3 ETAPAS DA PESQUISA

Com a finalidade de atingir os objetivos propostos pela pesquisa foram realizadas as etapas a seguir:

- a) Pesquisa bibliográfica para levantamento de conceitos;
- b) Revisão de literatura para recuperar trabalhos sobre atendimento aos usuários surdos e com deficiência auditiva em bibliotecas universitárias;
- c) Análise documental de textos legais nacionais e internacionais, bem como das Diretrizes para Serviços de Bibliotecas para Surdos da IFLA;
- d) Elaboração de questionário com base nas recomendações das Diretrizes para Serviços de Bibliotecas para Surdos da IFLA;
- e) Pré-teste do questionário;
- f) Elaboração de roteiro da entrevista com a diretoria do Sistema UNIBIBLI;
- g) Submissão do projeto da dissertação ao Comitê de Ética e Pesquisa, de acordo com a Resolução CNS nº 466/2012;
- h) Recebimento da aprovação do projeto pelo Comitê de Ética e Pesquisa;
- i) Agendamento para aplicação do questionário e entrevista com a diretora do Sistema;
- j) Aplicação dos questionários com as chefias das bibliotecas;
- k) Entrevista com a diretora do Sistema;
- l) Análise e interpretação dos dados com base nas recomendações das Diretrizes para Serviços de Bibliotecas para Surdos da IFLA.

10.4 COLETA DE DADOS

A coleta de dados é a etapa da pesquisa na qual o pesquisador aplica os instrumentos selecionados para obter as informações sobre o seu objeto de estudo e passa a ter contato com os sujeitos e o universo determinado para a pesquisa.

No caso dessa pesquisa, como explicado acima, optamos pelo questionário de autoaplicação para o respondente. Não adotamos a observação *in loco*, uma vez que há

perguntas que não são perceptíveis apenas por observação precisando de detalhamento, sendo o gestor da biblioteca o mais indicado para respondê-las, pois tem conhecimento da sua unidade.

Para conclusão dessa etapa foi realizado um levantamento das bibliotecas que compõem o Sistema UNIBIBLI em seu endereço eletrônico <http://www.biblioteca.unirio.br/> e após contato com a diretoria do Sistema foi agendado uma data para aplicação dos questionários com os respectivos gestores, o que ocorreu em uma das reuniões entre os chefes das bibliotecas e a diretoria do Sistema, na qual gentilmente foi cedido espaço para a apresentação da nossa pesquisa, bem como para o preenchimento dos questionários, o que contribui muito para a realização da pesquisa, uma vez que as bibliotecas encontram-se localizadas em quatro bairros diferentes da cidade do Rio de Janeiro.

Todos entenderam a relevância do tema e aceitaram participar da pesquisa, sendo-lhes assegurado o anonimato de seus nomes, conforme consta nos termos de consentimento livre e esclarecido - TCLE, que foram devidamente assinados, e responderam ao questionário.

As perguntas para entrevista com a diretoria do Sistema foram respondidas por escrito nessa mesma ocasião.

Os resultados obtidos a partir da coleta dos dados serão apresentados na próxima seção.

“[...] o objetivo principal de qualquer programa para a comunidade surda deve ser o de prover acesso igualitário a todos os programas e serviços que são usufruídos pelos usuários ouvintes da biblioteca. A implantação de programas e serviços especializados é uma resposta ao reconhecimento das necessidades especiais da clientela surda, mas o programa especializado não deve se constituir na totalidade da experiência da biblioteca para os usuários surdos.”
(IFLA, 2000, p.7)

11. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após coletados os dados, iniciou-se a etapa da análise e interpretação das respostas dos participantes.

Na pesquisa qualitativa a análise e interpretação dos dados tem por finalidade “[...] a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar” (Gomes, 2012, p.79).

De acordo com Gil (2010, p.158):

[...] A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos.

As perguntas do questionário foram reproduzidas nessa seção, enquanto as respostas abertas foram transcritas na íntegra e analisadas com fundamento na técnica da análise de conteúdo.

Segundo Bardin (1979, p. 42 apud GOMES, 2012, p.83) a análise de conteúdo é um:

conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens .

Para manter o anonimato assegurado aos participantes da pesquisa as bibliotecas foram identificadas por código B1; B2; B3; B4; B5; B6; B7 e B8 sem que haja qualquer ordem nessa numeração que as identifique. O questionário também foi respondido pela diretora do Sistema e, apesar de não constituir uma unidade do Sistema, as respostas foram

incluídas nos quadros e gráficos e analisadas conjuntamente com as demais para garantir o anonimato.

Esse conceito se aplica também quando da citação das respostas dos bibliotecários gestores para o qual foi usado o código G, de gestor, seguido da numeração 1 a 8, sem que essa ordem os identifique.

As perguntas do questionário foram divididas por categorias, de acordo com as Diretrizes da IFLA para Serviços de Bibliotecas para Surdos, a saber: a) Pessoal; b) Comunicação; c) Acervo; d) Serviços; e) Divulgação dos programas, sendo assim a análise dos resultados respeitará essa divisão e os dados serão apresentados em gráficos e quadros por essas categorias. Iniciaremos a análise pela categoria Pessoal, sendo as demais analisadas na sequência.

- A) PESSOAL

Nesta categoria serão analisadas as perguntas 1 e 2 do questionário, conforme a seguir:

1. Os funcionários da biblioteca recebem treinamento quanto às necessidades especiais dos usuários surdos ou com deficiência auditiva?

As respostas de todos os gestores foram negativas.

A primeira pergunta do questionário diz respeito à capacitação profissional dos funcionários da biblioteca quanto às necessidades especiais dos usuários surdos e com deficiência auditiva, e como já vimos no decorrer dessa pesquisa, a capacitação envolve o conhecimento das especificidades da surdez e da deficiência auditiva, ou seja, saber que há diversos níveis de leitura, de graus de surdez; necessidade de conhecer a cultura e a identidade surdas; materiais especiais; tecnologias assistivas, diferentes formas de comunicação utilizadas por eles etc.

Considerando que todas as respostas obtidas no questionário foram negativas podemos concluir que os funcionários das bibliotecas do Sistema não recebem treinamento quanto às necessidades especiais dos usuários surdos ou com deficiência auditiva.

Nesse item, caso a resposta fosse negativa era solicitado uma justificativa as quais passaremos a citar:

De acordo com G1 “até o momento não percebemos essa necessidade, todavia já estamos pensando em capacitarmos na linguagem de Libras”.

G2 justifica afirmando que “nunca fomos convocados para isso”.

De acordo com G3 “não possuímos demanda”.

Para G4 “não foi detectada a demanda. Existe legislação, mas não é oferecido pelo Governo nenhum suporte para atendê-la. E está sendo cobrado nas avaliações do MEC”.

G5 informa que “o Sistema de Bibliotecas não possui esse tipo de treinamento”.

Já G6 diz que ela mesma não recebeu e que “de fato, em 5 anos, só recebi uma usuária com necessidade especial por 03 encontros”.

A resposta não foi justificada por G7 e G8.

Interpretando essas respostas percebemos que para os respondentes o treinamento está relacionado à demanda, como ainda não há demanda, não há treinamento. Nesse sentido, Stroparo (2014, p. 142-143) nos lembra que a acessibilidade em bibliotecas universitárias faz parte do instrumento de avaliação do MEC e que, por isso, a justificativa de não ter aluno com deficiência não as dispensa da adequação de seus ambientes:

Para a biblioteca e sua infraestrutura física, no instrumento de avaliação institucional o avaliador deve observar:

O(s) espaço(s) físico do acervo institucional (dimensão, limpeza, iluminação, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e adequação a necessidades educacionais especiais), a existência de ambientes de estudos individuais e em grupo e espaço para técnicos administrativos, considerando o número de características dos cursos oferecidos bem como a quantidade de estudantes de forma a atender suas necessidades. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2013).

Sendo assim, as bibliotecas universitárias não são dispensadas de adaptarem seus espaços pelo fato de não terem aluno com deficiência. STROPARO (2014, p. 142-143).

Nesse caso, há necessidade de uma atuação conjunta entre os setores competentes da Universidade e o UNIBIBLI no intuito de criar cursos de capacitação para o atendimento aos usuários com essa deficiência, o que poderia ser estendido a todos os funcionários da Universidade, uma vez que o discente precisa de todos os setores da Universidade.

Apesar de ainda não haver o treinamento uma das respostas já manifesta a intenção do Sistema em capacitar seus funcionários para comunicação em Libras, que é o tema da categoria comunicação.

2. A biblioteca possui algum funcionário surdo/deficiência auditiva?

Em relação a essa segunda pergunta do questionário todas as respostas foram negativas.

As DSBS recomendam a presença de pessoas surdas ou com deficiência auditiva na equipe da biblioteca (bibliotecários ou auxiliares treinados) com o intuito de obter credibilidade dentro da comunidade surda, aproximando mais os usuários surdos da biblioteca (IFLA, 2000, p.8-9).

O quadro 5 a seguir apresenta as respostas obtidas nos questionários às perguntas 1 e 2:

QUADRO 5 - CATEGORIA PESSOAL

ITENS	CATEGORIA	B1	B2	B3	B4	B5	B6	B7	B8
	PESSOAL								
1.	Os funcionários da biblioteca recebem treinamento quanto às necessidades especiais dos usuários surdos/deficiência auditiva?	N	N	N	N	N	N	N	N
2.	A biblioteca possui algum funcionário surdo/deficiente auditivo?	N	N	N	N	N	N	N	N

Fonte: A autora (2015) com base em dados da pesquisa

- B) COMUNICAÇÃO

Essa categoria engloba as perguntas 3 a 16.

A categoria Comunicação envolve além da comunicação pessoal entre usuário e funcionários da biblioteca, tecnologias que facilitem a interação e o acesso à informação. Lembrando que, como já vimos, a comunicação pela língua de sinais não é a única utilizada pelos surdos, que dependendo da sua formação, idade da perda auditiva podem utilizar outros meios como a escrita, gestos, fala (surdos oralizados) ou a combinação desses meios. Vejamos a seguir como foram respondidas as referidas perguntas:

3. A biblioteca disponibiliza telefone para surdos (equipamento com teclado e display eletrônico de texto)?

Para esse item todas as respostas foram negativas.

O uso desse aparelho permite a comunicação dos usuários surdos para receberem informações sobre a biblioteca ou buscar os serviços de referência.

Atualmente devido aos avanços tecnológicos existem outros meios de comunicação para com esses usuários, como o e-mail, redes sociais, o próprio site da biblioteca etc. No entanto, a disponibilização de pelo menos um aparelho de telefone adaptado para a comunicação com pessoas surdas é obrigatório em órgãos da administração direta, indireta ou fundacional, como prevê o art. 6º, parágrafo 4º do Decreto nº 5.296/04. A NBR 9050/15 no item 8.3.2 também estabelece a obrigatoriedade do telefone (ABNT, 2015, p.114).

4. A biblioteca disponibiliza telefones equipados com amplificadores (controle do volume) para os usuários com deficiência auditiva?

Todas as respostas foram negativas.

Os amplificadores auxiliam as pessoas que possuem audição residual suficiente para utilizar um aparelho de telefone comum. Esses dispositivos são acoplados ao telefone permitindo a regulação do volume.

Nesse item também devemos considerar os avanços das novas tecnologias que permitem a utilização de outros meios para a comunicação com os usuários surdos e com deficiência auditiva.

5. Os funcionários da biblioteca recebem treinamento em como comunicar-se com os surdos em língua brasileira de sinais – Libras?

Todas as respostas foram negativas.

No caso de respostas negativas foi solicitada uma justificativa que explicasse o motivo pelo qual esse treinamento não era oferecido, vejamos quais foram as respostas:

Para G2 “porque, talvez, nunca houve necessidade ou algum caso”.

G3 entende que o treinamento “não foi proposto”.

G4 faz referência a sua justificativa no item 1 no qual informa não haver demanda e suporte do governo em oferecer esse treinamento apesar da exigência da legislação.

Para G5 “o Sistema de Bibliotecas não possui esse tipo de treinamento”.

De acordo com G7 “não tem justificativa, mas estamos nos organizando para tal”.

G8 informa que estão providenciando o treinamento “estamos providenciando”.

G1 e G6 não justificaram, mas na pergunta de número 1 informaram que há intenção do Sistema em promover a capacitação dos bibliotecários em Libras e não ter demanda, respectivamente.

Percebe-se que para alguns respondentes a pergunta número 5 era parecida com a primeira, isso é absolutamente normal quando estamos iniciando nossos estudos em relação às pessoas surdas e com deficiência auditiva. A diferenciação entre as questões refere-se à necessidade de conhecer sobre as especificidades dessa deficiência, como já explicamos ao longo do trabalho. A luta do movimento, as filosofias educacionais, a cultura e identidade, a idade da perda auditiva, o nível de formação. A comunicação também é uma especificidade, mas distribui-se em categorias diversas, uma vez que devido a essas condições apresentadas o tipo de comunicação será diferente para cada surdo ou pessoa com deficiência auditiva, ou seja, pode ser oralizado, pode se comunicar por gestos (que não são sinais da língua de sinais), por escrita ou pela combinação dessas formas.

No entanto, a questão do treinamento em Libras além de ser uma recomendação das DSBS está prevista no Decreto nº 5.626/05 precisando ser cumprida na prática:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

§ 1º Para garantir o atendimento educacional especializado e o acesso previsto no **caput**, as instituições federais de ensino devem:

V - apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, **funcionários**, direção da escola e familiares, **inclusive por meio da oferta de cursos** (grifo nosso).

Duas respostas sinalizaram no sentido de organizar o treinamento para oferecer aos funcionários. Nesse caso, enfatizamos a necessidade de um trabalho multidisciplinar que envolva não somente a biblioteca, mas outros departamentos da Universidade para promover essa capacitação.

Havendo a presença do intérprete de Libras na biblioteca sua localização deve ser identificada com o símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva e demais especificações conforme item 5.2.8.1.6 da NBR 9050/15 (ABNT, 2015, p.33).

6. As informações da biblioteca divulgadas por meio da internet são acessíveis aos usuários surdos/deficiência auditiva?

Nesse item, três respostas foram negativas. A questão solicitava em caso de resposta afirmativa a especificação de quais eram os parâmetros de acessibilidade adotados, aos quais as respostas foram:

G2 não justificou.

G3 “linguagem simples e objetiva”.

G4 “parcialmente. O site ainda não por conta da versão do Plone adotada pela UNIRIO. A interface do catálogo online tem opção de alto contraste”.

G5 “todas as informações disponíveis são textuais”.

G6 “não tem os parâmetros específicos, mas obviamente podem ser lidos”.

O que se observa dessas respostas é que o fato de as informações serem textuais possibilita o acesso aos usuários surdos e com deficiência auditiva, mas a questão da acessibilidade na internet envolve princípios de usabilidade previstos no W3C.

O intuito dessa pesquisa não é fazer um estudo sobre a acessibilidade e usabilidade do *site* do Sistema UNIBIBLI, até mesmo porque essa temática seria assunto para outra pesquisa, mas faremos alguns comentários sobre o *site* e na próxima seção apresentaremos algumas recomendações a serem observadas nesse sentido.

Por meio do *site* do Sistema UNIBIBLI é possível acessar informações institucionais referentes ao histórico, organograma, regulamentos, regimento e relatórios das bibliotecas do Sistema.

Na aba Guia do usuário é possível acessar informações sobre os serviços oferecidos pelo UNIBIBLI. O guia não apresenta informações referentes aos serviços oferecidos pelo catálogo *online*, *software* SOPHIA, como a renovação e a reserva e poderia ser incluído informações sobre o campo ajuda do catálogo que apresenta um tutorial de como realizar buscas, fazer *login*, renovação, empréstimo etc.

A aba Acervo direciona para o catálogo *online*, para as bases de dados relacionadas às áreas atendidas pelas bibliotecas, bem como aos livros eletrônicos.

Os serviços disponibilizados pelo Sistema são arrolados no *site*, mas conforme apontamos anteriormente é preciso atualizar com as possibilidades de renovação e reserva diretamente no catálogo *online*.

Os *e-mails* para contato com os responsáveis pelas bibliotecas e pelos serviços oferecidos são disponibilizados e também há o *e-mail* de atendimento ao usuário na aba Fale conosco.

Há acesso rápido ao catálogo *online*, ao Portal de Periódico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e da UNIRIO, bem como aos *links* de fontes de informação nas respectivas áreas atendidas pelas bibliotecas do UNIBIBLI.

Há um manual ensinando o passo-a-passo para acessar o Portal de Periódico da CAPES e uma aba Perguntas frequentes, que oferece informações sobre os serviços oferecidos pelo Sistema.

Como destacamos acima, apresentamos aqui alguns pontos do *site*, mas é indispensável a observação dos princípios de acessibilidade e usabilidade indicados no W3C para garantir o acesso à informação aos usuários surdos e com deficiência auditiva, nesse sentido recomendamos uma parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) da UNIRIO e outros setores da Universidade para realizar as modificações necessárias.

Sugerimos que seja apreciada a elaboração de uma versão do Guia do usuário em Libras e que a mesma seja disponibilizada em vídeo no site do UNIBIBLI, conforme já vem sendo realizado pela Biblioteca da Universidade Federal do Ceará mencionada anteriormente. Lembramos que para isso será necessário uma parceria com outros setores da Universidade.

7. Os textos das informações divulgadas por meio da internet são de fácil leitura com vocabulário simples?

Foram 7 respostas afirmativas e uma não se aplica.

Este item está implícito nas DSBS quando afirmam que todas as informações disponibilizadas na internet precisam estar acessíveis aos surdos (IFLA, 2000, p.11). O uso de textos claros e diretos facilitam a compreensão da informação escrita.

Cabe ressaltar que há diferenças entre a língua portuguesa e a Libras: a Libras é uma “língua de natureza visual-espacial com estrutura gramatical própria [...]” (ABNT, NBR15599, 2008, p.3).

Coneglian (2008, p.103-104) destaca algumas das diferenças entre elas:

“Verbo - a conjugação verbal na LIBRAS utiliza outros recursos para indicar o passado, presente e futuro; [...] Artigos - Não possui artigos; [...] Preposição – Não possui a mesma quantidade e não ocorre da mesma forma que no Português”.

A título exemplificativo citamos Gomes (2013, p. 51) que apresenta exemplos de frases em Libras/Português transcritas para o Português: CARRO IR CASA – (Ele) foi de carro para casa; RATO PEQUENO PEGAR – O rato pequeno (ele) pegou.

E essas diferenças interferem na compreensão da leitura pelas pessoas surdas, sendo necessário utilizar textos objetivos e diretos.

8. Nas informações da biblioteca divulgadas por meio da internet existem informações em áudio?

Todas as respostas foram negativas.

9. As informações em áudio estão disponíveis também em texto?

Sete respostas foram negativas e uma não foi preenchida.

A questão 9 está relacionada com a questão 8, sendo assim optamos por interpretá-las conjuntamente, pois de acordo com as recomendações das DSBS:

Nos locais onde as bibliotecas mantêm uma presença eletrônica na Internet ou na World Wide Web, é necessário certificar-se que toda a informação apresentada é acessível aos usuários surdos. Todas as trilhas sonoras devem ser legendadas e arquivos áudio devem ser disponibilizados como arquivos de transcrições para serem baixados por microcomputadores. Sempre que uma interação é sinalizada por uma resposta sonora, como por exemplo, o som de um clique quando um botão de página da Web é selecionado, um retorno visual deve também ser fornecido, por exemplo, fazendo com que o botão pisque na tela. (IFLA, 2000, p.11)

Sendo assim, caso haja alguma atualização/modificação no *site* devem ser observadas essas recomendações quanto ao uso de sons.

10. Nas informações da biblioteca divulgadas por meio da internet existem vídeos em língua brasileira de sinais ou legendados?

Para este item as respostas foram todas negativas.

Esse item não está expresso diretamente nas DSBS, mas a indicação do uso dos avanços tecnológicos para facilitar a comunicação permitem encaixar essa pergunta no questionário, uma vez que o uso de janelas de Libras, legendagem prévia ou tradução simultânea em Libras já estão sendo utilizados em alguns *sites*, inclusive de bibliotecas, como verificamos na seção 9, onde comentamos as experiências da UFC apresentadas por Sousa et

al. (2010 e 2014) nas quais ficam patentes a importância de um trabalho multidisciplinar entre a biblioteca e os demais setores da Universidade.

A experiência da UFC demonstra que é possível realizar melhorias no atendimento aos usuários surdos e nos faz um convite a atuarmos no sentido de realizarmos ações acessíveis em nossas bibliotecas.

Deixamos registrada aqui a sugestão ao UNIBIBLI de buscar essa parceria e verificar a viabilidade de realização de um trabalho nessa linha apresentada pela UFC com os demais setores da UNIRIO.

11. A biblioteca utiliza recursos tecnológicos para se comunicar com os usuários surdos/deficiência auditiva?

Todas as respostas foram negativas.

Apesar das respostas serem negativas avaliamos que o Sistema UNIBIBLI utiliza recursos tecnológicos para se comunicar com os usuários surdos e com deficiência auditiva, uma vez que faz uso do *e-mail*, do *site*, das redes sociais (*Facebook* do Sistema), *blogs* (de algumas das bibliotecas) para interagir com os usuários.

Além disso, as bibliotecas do Sistema UNIBIBLI utilizam o *software* SOPHIA e o mesmo quando o usuário realiza o empréstimo de uma obra envia automaticamente para este usuário um *e-mail* confirmando o empréstimo e informando a data para devolução e permite que a renovação do item seja realizada pela sua própria interface.

O *software* SOPHIA disponibiliza as obras existentes na biblioteca, com a respectiva localização da biblioteca, e permite a reserva online do item, caso esteja emprestado com outro usuário.

Como informamos no item 6 os *e-mails* dos profissionais das bibliotecas, bem como o *e-mail* de atendimento ao usuário são divulgados no site do UNIBIBLI para que o usuário entre em contato com as bibliotecas.

De acordo com as DSBS toda a tecnologia aceita pela comunidade surda deve ser utilizada pela biblioteca para se comunicar com esses usuários:

Além da utilização de TTYs para comunicação em tempo real com sua clientela surda, as bibliotecas devem utilizar quaisquer tecnologias amplamente aceitas pela comunidade surda, de maneira a prover comunicação fácil e confortável. Por exemplo, o correio eletrônico (*e-mail*) tem sido, comprovadamente, um modo de comunicação altamente

efetivo entre surdos e entre surdos e ouvintes; e, nos locais onde serviços de Internet estão disponíveis, deve ser disponibilizado acesso à biblioteca pelo correio eletrônico. Com os constantes avanços tecnológicos, as bibliotecas devem ficar atentas aos modos de comunicação aceitos e amplamente utilizados pelos usuários surdos, já que, com o tempo, o correio eletrônico pode ser superado por um novo e mais efetivo meio de comunicação. (IFLA, 2000, p.11-12).

Nesse sentido, o item em análise – utiliza recursos tecnológicos para se comunicar com os usuários surdos e com as pessoas com deficiência auditiva? - será considerado como atendido pelo Sistema UNIBIBLI.

Entendemos que as respostas foram negativas, porque esses recursos atendem a todos os usuários de forma ampla, inclusive os surdos e com deficiência auditiva, mas não foram criados especificamente para facilitar a comunicação com eles.

12. A biblioteca oferece dispositivos que auxiliam na comunicação eliminando a interferência de ruídos? (ex. sistemas FM, sistemas infravermelhos, sistemas de indução magnética etc.)

Todas as respostas foram negativas.

Esses dispositivos são utilizados para melhorar a recepção de informações auditivas. Outros recursos que podem ser utilizados para auxiliar esses usuários são a legendagem em tempo real auxiliada por computador e anotação auxiliada por computador que “permitem que pessoas que não se beneficiam de intérpretes ou equipamentos auxiliares de escuta vejam um texto corrente de informação enquanto esta esteja sendo apresentada” (IFLA, 2000, p. 12).

A adoção desses recursos deve ser considerada principalmente quando a biblioteca oferece em seu espaço palestras, seminários e cursos.

Apesar das respostas a esse item serem negativas, na questão 28 foi respondido por um dos gestores que há “[...] uma preocupação em oferecer um conforto ambiental ao não utilizar nenhum equipamento que interfira nos aparelhos auditivos. Ex. as antenas antifurto (sistemas de segurança)”.

Essa preocupação demonstra uma sensibilização para com as necessidades desses usuários.

13. Os aparelhos de televisão da biblioteca possuem decodificadores de legendas ocultas (*closed caption*)?

Nesse item três respostas foram positivas e as outras cinco indicaram que não se aplica.

A inclusão da opção não se aplica justifica-se, uma vez que nem todas as bibliotecas possuem aparelhos de televisão.

Esse é um recurso facilitador da comunicação não somente para filmes, mas também para programas de TV que podem auxiliar nos estudos.

14. A biblioteca oferece serviço de intérprete de língua brasileira de sinais?

Das oito respostas, sete foram negativas e uma positiva.

Para as respostas negativas foram solicitadas justificativas, que de acordo com os respondentes foram:

G1 “não temos em nosso quadro ninguém competente em Libras”.

G2 “nunca houve a necessidade”.

G3 “não recebemos nenhuma solicitação”.

G5 “o Sistema de Bibliotecas ainda não possui esse tipo de serviço”.

G6 se reportou a sua resposta na questão número 1 na qual informa não ter recebido treinamento e acrescenta “[...] ser a única bibliotecária da unidade trabalhando com 02 assistentes”.

G7 não justificou.

G8 “estamos providenciando, mas dependemos da chegada de profissional habilitado na Universidade”.

G4 respondeu afirmativamente e nesse caso, o questionário perguntava se o serviço era oferecido mediante solicitação do usuário com horário pré-estabelecido ou a presença do intérprete era permanente na biblioteca?

A justificativa de G4 foi “temos uma funcionária que sabe Libras, mas em apenas uma das unidades”.

Interpretando essas respostas observamos que a questão da relação entre produtos/serviços x demanda ainda permanece.

Há uma discrepância entre as respostas, pois uma indica a presença de uma funcionária que sabe Libras, mas quando justifica informando “[...] em apenas uma das

unidades” presumisse que não seja a mesma da respondente e os demais respondentes nada falam sobre essa funcionária.

Cabe ressaltar que a profissão de intérprete de Libras é regulamentada pela Lei nº 12.319/10 e que este serviço deve ser disponibilizado nas universidades federais para o acompanhamento do usuário surdo, conforme prevê a legislação – Decreto nº 5.626/05:

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em **outros espaços educacionais**, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação. (grifo nosso).

Diante desse fato não analisaremos a resposta de G4 como afirmativa, ou seja, não consideraremos que o UNIBIBLI oferece o serviço de intérprete de Libras a seus usuários.

Aqui novamente se faz necessário a integração entre os setores da Universidade, uma vez que a contratação desse profissional não pode ser realizada diretamente pela biblioteca.

15. A biblioteca disponibiliza serviço de intérpretes orais*? (*aqueles que silenciosamente articulam as palavras do falante para uma pessoa surda que se comunica primariamente utilizando a língua oral e leitura labial)

Todas as respostas foram negativas, sendo justificadas da seguinte forma:

G1 “não temos em nosso quadro ninguém competente em Libras”.

G2 “nunca houve a necessidade”.

G3 “não temos este serviço formal, mas temos sensibilidade para fazê-lo”.

G4 “os atendentes tentam articular de maneira clara e se comunicar com o deficiente, mas não temos treinamento específico para tal”.

G5 “o Sistema de Bibliotecas ainda não possui esse tipo de serviço”.

G6 repetiu sua resposta ao item 14.

G7 não justificou.

G8 “ainda não identificamos esta necessidade”.

A possibilidade da contratação desse profissional deve ser verificada com a Universidade para dar suporte ao usuário que necessita desse serviço.

Especificações sobre esse profissional podem ser consultadas na norma da ABNT NBR 15599/08, item 7.2 (ABNT, 2008, p. 26-27).

16. A biblioteca possui sinais de alerta visíveis para avisar aos usuários surdos/deficiência auditiva em caso de problemas ou emergências (ex. luzes de alerta)?

Sete respostas foram negativas e uma não foi respondida.

Os sinais sonoros como alarmes de incêndio, avisos públicos por alto-falantes ou alarmes de segurança devem ser substituídos por sinais visíveis para facilitar a identificação de uma situação de perigo por uma pessoa surda ou com deficiência auditiva. Cabe observar as orientações do item 5.5 da NBR 9050/15.

Como vimos a categoria Comunicação deve ser analisada considerando-se os avanços tecnológicos da atualidade. É a mais extensa das categorias, uma vez que representa a maior dificuldade para as pessoas surdas e com deficiência auditiva. Precisam ser observadas várias minúcias para possibilitar a interação entre os indivíduos, e no caso das bibliotecas, garantir o acesso à informação.

Vejamos no quadro 6 a seguir como foram as respostas das bibliotecas do UNIBIBLI:

QUADRO 6 – CATEGORIA COMUNICAÇÃO

ITENS	CATEGORIA	B1	B2	B3	B4	B5	B6	B7	B8
	COMUNICAÇÃO								
3.	A biblioteca disponibiliza telefone para surdos (equipamento com teclado e display eletrônico de texto)?	N	N	N	N	N	N	N	N
4.	A biblioteca disponibiliza telefones equipados com amplificadores (controle do volume) para os usuários com deficiência auditiva?	N	N	N	N	N	N	N	N
5.	Os funcionários da biblioteca recebem treinamento em como comunicar-se com os surdos em Língua Brasileira de Sinais – Libras?	N	N	N	N	N	N	N	N
6.	As informações da biblioteca divulgadas por meio da internet são acessíveis aos usuários surdos/deficiência auditiva?	N	S	S	S	S	S	N	N
7.	Os textos das informações divulgadas por meio da internet são de fácil leitura com vocabulário simples?	S	S	S	S	S	NA	S	S
8.	Nas informações da biblioteca divulgadas por meio da internet existem informações em áudio?	N	N	N	N	N	N	N	N
9.	As informações em áudio estão disponíveis também em texto?	N		N	N	N	N	N	N
10.	Nas informações da biblioteca divulgadas por meio da internet existem vídeos em língua brasileira de sinais ou legendados?	N	N	N	N	N	N	N	N
11.	A biblioteca utiliza recursos tecnológicos para se comunicar com os usuários surdos/deficiência auditiva?	N	N	N	N	N	N	N	N
12.	A biblioteca oferece dispositivos que auxiliam na comunicação eliminando a interferência de ruídos? (ex:sistemas FM, sistemas infravermelhos, sistemas de indução magnética etc.)	N	N	N	N	N	N	N	N
13.	Os aparelhos de televisão da biblioteca possuem decodificadores de legendas ocultas (<i>closed caption</i>)?	S	NA	NA	S	NA	NA	NA	S
14.	A biblioteca oferece serviço de intérprete de língua brasileira de sinais?	N	N	N	S	N	N	N	N
15.	A biblioteca disponibiliza serviço de intérpretes orais*?	N	N	N	N	N	N	N	N
16.	A biblioteca possui sinais de alerta visíveis para avisar aos usuários surdos/deficiência auditiva no caso de problemas ou emergências (ex. luzes de alerta)?	N	N	N	N		N	N	N

Fonte: A autora (2015) com base em dados da pesquisa

- C) ACERVO

Nesta categoria foram analisadas as questões 17 a 20 conforme indicadas abaixo:

17. A biblioteca disponibiliza em seu acervo documentos relacionados à surdez/deficiência auditiva?

Seis respostas foram negativas e duas foram afirmativas.

Nesse item se a resposta fosse afirmativa, o respondente deveria completar a informação indicando se este material fazia parte do acervo geral ou estava em uma coleção especial. No caso em análise o material encontrava-se no acervo geral.

Ter materiais referentes à surdez e a deficiência auditiva é importante não apenas para os próprios usuários com essa deficiência, mas para que todos tenham acesso a informações que transmitam mais conhecimentos sobre essa temática contribuindo para mudanças no comportamento, nas ações das pessoas em geral em relação aos surdos e pessoas com deficiência auditiva.

A presença desse material no acervo geral contribui para a acessibilidade atitudinal, pois manter esse acervo separado também seria uma forma de segregação.

Há previsão legal (Decreto nº 5.626/05) para que os professores de instituições federais de nível superior tenham acesso a materiais que tratem das especificidades linguísticas dos alunos surdos:

Art. 23. As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

§ 1º **Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno surdo.** (grifo nosso).

Os materiais a que se referem às DSBS devem ser:

[...] atuais e históricos relacionados à surdez, trabalhos de autoria de e sobre artistas surdos e outros surdos famosos, materiais relacionados à língua de sinais e a outros modos de comunicação, documentos governamentais, materiais legais e periódicos relacionados à surdez etc. (IFLA, 2000, p. 13).

18. A biblioteca possui materiais de fácil leitura, vocabulário simples, ilustrados em seu acervo?

Aqui obtivemos cinco respostas afirmativas e três para não se aplica.

Lembrando que as recomendações das DSBS podem ser observadas por todos os tipos de biblioteca, incluímos neste item a opção não se aplica, uma vez que tratando-se de acervo de nível universitário o grau de dificuldade dos textos é maior, o que não significa que seja compreendido na totalidade pelos discentes surdos ou com deficiência auditiva, como bem explica Bisol et al. (2010, p.152):

[...] Para conseguir assimilar as novas informações e os novos conhecimentos, eles precisam contornar as falhas da trajetória escolar anterior, como deficiências de linguagem, inadequação das condições de estudo, falta de habilidades lógicas, problemas de compreensão em leitura e dificuldade de produção de textos (Sampaio, Santos, 2002). Mas, a integração requer não apenas capacidade para o desempenho das atividades acadêmicas, como também para o envolvimento com os colegas, os professores e o ambiente. Ambas são fundamentais nos primeiros anos do ensino superior para melhorar as chances de êxito. (DINIZ, ALMEIDA, 2005; FERREIRA, ALMEIDA, SOARES, 2001 apud BISOL et al., 2010, p.152).

As bibliotecas universitárias oferecem em seu acervo materiais compatíveis com a bibliografia básica dos cursos atendidos pela Instituição. Nesse caso, pode-se considerar que este é um item das DSBS adotado pelas bibliotecas do UNIBIBLI, pois o acervo da biblioteca segue a bibliografia básica recomendada por cada curso por ela atendido.

As DSBS lembram que:

Para muitos surdos, o domínio da língua oral e escrita é um desafio especial. As bibliotecas devem se empenhar na aquisição de materiais que possam ser compreendidos por tantos usuários quanto possível. Além disso, as bibliotecas devem desenvolver e ativamente manter um acervo de materiais de grande interesse, que seja escrito especialmente com vocabulário direto e simples, e que seja bastante ilustrado, quando apropriado, de forma que possa ser facilmente entendido por pessoas que ainda não adquiriram domínio completo da língua local oral e escrita, incluindo-se muitos surdos assim como pessoas de outras minorias linguísticas. (IFLA, 2000, p. 14).

19. A biblioteca possui em seu acervo DVDs legendados?

Quatro respostas afirmativas, três negativas e uma não respondida.

20. A biblioteca possui em seu acervo DVDs em língua brasileira de sinais?

Todas as respostas foram negativas.

Interpretando as duas questões em conjunto observamos que hoje, com as novas tecnologias, seria interessante a biblioteca disponibilizar computadores para que os usuários pudessem visualizar vídeos em Libras, que podem ser aulas, palestras ou programas de interesse dos usuários surdos ou ouvintes interessados em aprender essa forma de comunicação divulgados pelo *Youtube*, TV INES¹⁹ ou diretamente na internet.

Podemos visualizar as respostas da categoria acervo no quadro 7 a seguir:

QUADRO 7 – CATEGORIA ACERVO

ITENS	CATEGORIA	B1	B2	B3	B4	B5	B6	B7	B8
	ACERVO								
17.	A biblioteca disponibiliza em seu acervo documentos relacionados à surdez/deficiência auditiva?	S	N	N	N	N	N	S	N
18.	A biblioteca possui materiais de fácil leitura, vocabulário simples, ilustrados em seu acervo?	S	NA	NA	S	S	NA	S	S
19.	A biblioteca possui em seu acervo DVDs legendados?		S	N	S	N	N	S	S
20.	A biblioteca possui em seu acervo DVDs em língua brasileira de sinais?	N	N	N	N	N	N	N	N

Fonte: A autora (2015) com base em dados da pesquisa

- D) SERVIÇOS

A categoria Serviços engloba as perguntas 21 a 25 que passaremos a analisar a seguir:

21. Os serviços da biblioteca estão acessíveis aos usuários surdos/deficiência auditiva?

Cinco respostas afirmativas e três negativas.

¹⁹ Disponível em: < <http://tvines.com.br/>>

Caso a resposta fosse afirmativa era necessário indicar quais os serviços acessíveis oferecidos a esses usuários, vejamos as respostas:

G3 “contato por e-mail com os usuários”.

G4 “todos na medida em que eles conseguem utilizar, não há serviços específicos”.

G5 “empréstimo, serviço de scanner”.

G6 “apenas o acervo impresso e os computadores (caso não precise de áudio) mais o *wifi* para acesso ao acervo digital”.

G8 “todos”.

De acordo com as DSBS todos os serviços e programas da biblioteca devem ser acessíveis à comunidade surda:

Além dos serviços especiais das bibliotecas estabelecidos como parte do programa de atendimento à comunidade surda, é imprescindível que as bibliotecas planejem e implementem tais programas dentro da perspectiva norteadora de que esses programas são apenas uma parte complementar do objetivo primário de tornar todos os acervos, serviços e programas acessíveis tanto aos surdos quanto à clientela ouvinte. Por exemplo, sempre que bibliotecas oferecem capacitação no uso da tecnologia de acesso (treinamento no uso da Web para busca), a opção de interpretação do treinamento para língua de sinais deve ser oferecida e divulgada. (IFLA, 2000, p.15).

Interpretando as respostas identificamos que a maioria dos gestores entende que os serviços disponibilizados são acessíveis a esses usuários, no entanto cabe ressaltar que ainda não são oferecidos serviços em língua brasileira de sinais e sendo assim, podemos considerar que os serviços disponibilizados pelo UNIBIBLI estão parcialmente acessíveis aos usuários surdos e com deficiência auditiva, sendo necessário fazer as adaptações necessárias para que esses usuários tenham acesso a todos os serviços oferecidos pelo Sistema.

22. A biblioteca conta com a colaboração de usuários surdos/deficiência auditiva no planejamento e desenvolvimento de seus serviços?

Todas as respostas foram negativas.

A participação de usuários surdos/deficiência auditiva no planejamento e desenvolvimento dos serviços irá contribuir para o sucesso do mesmo, permitindo economia de recursos financeiros e humanos, além de oferecer um serviço/produto que realmente atenda

a esses usuários. Na medida do possível convidar esses usuários para opinar e sugerir constitui uma boa prática.

23. A biblioteca oferece atividades culturais apresentadas em língua brasileira de sinais?

Todas as respostas foram negativas.

Utilizar o ambiente da biblioteca para realizar seminários, cursos e palestras seria uma ótima oportunidade para a integração entre a comunidade acadêmica e a biblioteca, além disso, as mesmas poderiam ser traduzidas por um intérprete de Libras, mas sempre lembrando da necessidade de parceria com os demais setores da Universidade.

24. A biblioteca oferece programas de letramento aos usuários surdos/deficiência auditiva não-leitores?

Seis respostas negativas e duas não se aplica.

Não-leitores são aquelas pessoas que nasceram surdas ou que ficaram surdas ainda muito jovens e que conseqüentemente apresentam dificuldades na aquisição da leitura.

Caso haja possibilidade de, em parceria com outros setores da Universidade, utilizar o espaço da biblioteca para o oferecimento desse letramento a comunidade surda/deficiência auditiva externa, seria um serviço relevante para a sociedade, mas sempre analisando as reais possibilidades da biblioteca.

25. A biblioteca disponibiliza em seus meios eletrônicos informações relacionadas ao interesse dos usuários surdos/ deficiência auditiva? (ex. links relacionados à surdez, surdos, deficiência auditiva; informações sobre a comunidade local etc.)

Todas as respostas foram negativas.

Abrir um espaço no *site* da biblioteca para incluir *links* úteis, não apenas de interesse para surdos/deficiência auditiva, mas nos quais estes estejam incluídos é um serviço viável, que pode contar com ajuda dos próprios usuários surdos/deficiência auditiva.

Esses *links* podem variar de informativos, legislativos e culturais ou até mesmo criar um espaço na página do Sistema para divulgar as atividades oferecidas pela Universidade que sejam acessíveis em Libras permitindo uma maior integração desses usuários não só com a biblioteca, mas também com a própria Universidade.

A síntese das respostas 21 a 25 podem ser visualizadas no quadro 8 abaixo:

QUADRO 8 – CATEGORIA SERVIÇOS

ITENS	CATEGORIA	B1	B2	B3	B4	B5	B6	B7	B8
	SERVIÇOS								
21.	Os serviços da biblioteca estão acessíveis aos usuários surdos/deficiência auditiva?	N	N	S	S	S	S	N	S
22.	A biblioteca conta com a colaboração de usuários surdos/deficiência auditiva no planejamento e desenvolvimento de seus serviços?	N	N	N	N	N	N	N	N
23.	A biblioteca oferece atividades culturais apresentadas em língua brasileira de sinais?	N	N	N	N	N	N	N	N
24.	A biblioteca oferece programas de letramento aos usuários surdos/deficiência auditiva não-leitores?	N	N	N	NA	N	NA	N	N
25.	A biblioteca disponibiliza em seus meios eletrônicos informações relacionadas ao interesse dos usuários surdos/ deficiência auditiva? (ex. links relacionados à surdez, surdos, deficiência auditiva; informações sobre a comunidade local etc.)	N	N	N	N	N	N	N	N

Fonte: A autora (2015) com base em dados da pesquisa

- D) DIVULGAÇÃO DOS PROGRAMAS

Nessa categoria serão analisadas as questões 26 a 27 do questionário.

26. A biblioteca divulga seus produtos e serviços para os surdos/deficiência auditiva?

Seis respostas negativas e duas afirmativas.

Para as respostas afirmativas foi solicitada a indicação de como é realizada essa divulgação, sendo as respostas:

G3 “através de cartaz e e-mail”

G4 “no site, onde podem ler a informação, no guia da biblioteca, no mural”.

Apesar de apenas duas respostas serem afirmativas, podemos considerar que a divulgação dos serviços e programas oferecidos pelas bibliotecas do Sistema UNIBIBLI é

realizada também para esses usuários, a partir das informações textuais divulgadas no *site*, rede social, *blog*, no guia do usuário, em murais e cartazes como lembraram os respondentes.

Aqui vale ressaltar que essa divulgação deve ser intensificada para atrair a atenção desses usuários que passarão a frequentar o ambiente, por exemplo, se recebeu um DVD legendado ou em Libras fazer a divulgação no *site*, rede social, *blog*, cartazes etc., se haverá uma palestra com intérprete de Libras na biblioteca ou na Universidade ou quem sabe em outra instituição, mas que esteja relacionado à área de estudo atendida pela biblioteca fazer a divulgação é indispensável.

27. No material de divulgação da biblioteca há informações sobre os recursos de acessibilidade oferecidos pela instituição aos usuários surdos/deficiência auditiva (ex. número do telefone para surdos, acervo de DVDs, hora do conto com intérprete de língua brasileira de sinais etc.)?

Todas as respostas foram negativas.

Sugerimos que sejam incluídos no Guia do usuário impresso e eletrônico o endereço do Sistema UNIBIBLI no *Facebook*.

À medida que o Sistema conseguir capacitar seus funcionários em Libras, ter um intérprete de Libras em seu quadro funcional e criar serviços e produtos específicos para atender a esses usuários, os mesmos devem constar do material de divulgação do UNIBIBLI.

O quadro 9 a seguir apresenta as respostas as referidas questões analisadas acima:

QUADRO 9 – CATEGORIA DIVULGAÇÃO DOS PROGRAMAS

ITENS	CATEGORIA	B1	B2	B3	B4	B5	B6	B7	B8
	DIVULGAÇÃO DOS PROGRAMAS								
26.	A biblioteca divulga seus produtos e serviços para os surdos/ deficiência auditiva?	N	N	S	S	N	N	N	N
27.	No material de divulgação da biblioteca há informações sobre os recursos de acessibilidade oferecidos pela instituição aos usuários surdos/deficiência auditiva (ex. número do telefone para surdos, acervo de DVDs, hora do conto com intérprete de língua brasileira de sinais etc.)?	N	N	N	N	N	N	N	N

Fonte: A autora (2015) com base em dados da pesquisa

28. Quais os parâmetros de acessibilidade adotados pela biblioteca para o atendimento aos usuários surdos /deficiência auditiva?

Para finalizar o questionário foi apresentada uma pergunta aberta para que os gestores informassem os parâmetros de acessibilidade que utilizam para atender aos usuários surdos/deficiência auditiva, uma vez que além das recomendações das DSBS existem as determinações da legislação nacional.

Obtivemos sete respostas dos oito respondentes, quais sejam:

G1 “atualmente não possuímos nenhum padrão/parâmetro para atendimento ao usuário surdo/deficiência auditiva”.

G2 “nenhum – apenas boa vontade em ajudar”.

G3 “programação visual da biblioteca”.

G4 “não se aplica”.

G5 “ainda não há parâmetros”.

G7 “não estão desenvolvidas em sua totalidade”.

G8 “apenas uma preocupação em oferecer um conforto ambiental ao não utilizar nenhum equipamento que interfira nos aparelhos auditivos. Ex. as antenas antifurto (sistemas de segurança)”.

As respostas indicaram a ausência de parâmetros pré-estabelecidos, mas nota-se a presença da acessibilidade atitudinal, quando informam que tem boa vontade em ajudar.

Além disso, a questão da programação visual, que iremos interpretar como a sinalização da biblioteca, é um item de extrema importância para os usuários surdos/deficiência auditiva, pois o universo destes é visual, a comunicação/interação com estes usuários é visual, cabendo para isso um bom trabalho de sinalização da biblioteca de acordo com as especificações da norma ABNT NBR 9050/15, item 5 (ABNT, 2015, p. 30).

Mas, cabe ressaltar que há itens previstos em lei que não estão sendo cumpridos pelo Sistema UNIBIBLI e pela UNIRIO, como, por exemplo, a capacitação dos profissionais da biblioteca em Libras.

A entrevista com a diretoria do Sistema foi respondida por escrito aproveitando a reunião com todos os gestores das bibliotecas do Sistema, na qual foram preenchidos os questionários de autoaplicação, conforme indicado acima. A diretoria também respondeu ao questionário, sendo as respostas analisadas conjuntamente com as dos demais gestores,

conforme explicado acima, quanto ao roteiro da entrevista (Apêndice B) transcreveremos as respostas a seguir fazendo as respectivas interpretações.

1. “O Sistema de bibliotecas UNIBIBLI tem uma política de acessibilidade?

Sim (X)

- a) Qual?

Acessibilidade física.

- b) Há previsão de ampliação desta política?

Sim.

- c) Por quê?

Estamos formando grupo de estudo para tal. Esperamos que a contribuição desta pesquisa nos auxilie em adotar algumas ações para tornar nossas bibliotecas mais acessíveis.

- d) Há previsão de quando será estabelecida essa política?

No próximo ano (2016).

2. Dentro dessa política, quais são os parâmetros de acessibilidade adotados para o atendimento ao usuário surdo e com deficiência auditiva?

Estamos levantando.

3. O Sistema UNIBIBLI pretende adotar as recomendações das Diretrizes de Serviços de Bibliotecas para surdos da IFLA em sua política de acessibilidade?

Sim (X)

Por quê?

Vamos estudar estas recomendações e verificar a adequação a nossa realidade. A responsabilidade de quem detém o conhecimento e a informação é aplicá-lo em benefício da sociedade.”

Interpretando as respostas podemos verificar que apesar de o Sistema UNIBIBLI ainda não ter desenvolvido uma política de acessibilidade direcionada aos usuários surdos e com deficiência auditiva, há interesse em fazê-lo e para tal estão formando grupos de estudos,

demonstraram interesse em estudar as recomendações da IFLA e verificar como poderão adequá-las a realidade das bibliotecas do Sistema e ainda manifestou-se o interesse em utilizar os resultados dessa pesquisa para o desenvolvimento de ações que viabilizem a acessibilidade nas bibliotecas do UNIBIBLI.

Tais iniciativas estão em conformidade com os quesitos da acessibilidade programática e atitudinal, uma vez que a busca por conhecimento sobre o tema para a elaboração de ações que contemplem esses usuários demonstra a preocupação em eliminar as barreiras que afastam esses usuários das bibliotecas, dando-lhes oportunidade de ampliar seus conhecimentos e garantindo-lhes o direito de acesso à informação.

Fazendo a correspondência entre os resultados apresentados e os objetivos específicos da pesquisa identificamos que o Sistema UNIBIBLI adota parcialmente as recomendações das DSBS e listamos, por categorias, 8 itens (GRAF., 3 e 4) que estão sendo utilizadas pelo Sistema:

- Categoria Comunicação:

- As informações das bibliotecas divulgadas por meio da internet são acessíveis aos usuários surdos e com deficiência auditiva;

- Os textos das informações divulgadas por meio da internet são de fácil leitura com vocabulário simples;

- Algumas bibliotecas do Sistema possuem aparelhos de televisão com decodificadores de legendas ocultas (*closed caption*).

- Categoria Acervo

- Algumas bibliotecas do Sistema disponibilizam em seu acervo documentos relacionados à surdez/deficiência auditiva;

- A biblioteca possui materiais de fácil leitura, vocabulário simples, ilustrados em seu acervo;

- Algumas bibliotecas possuem em seu acervo DVDs legendados.

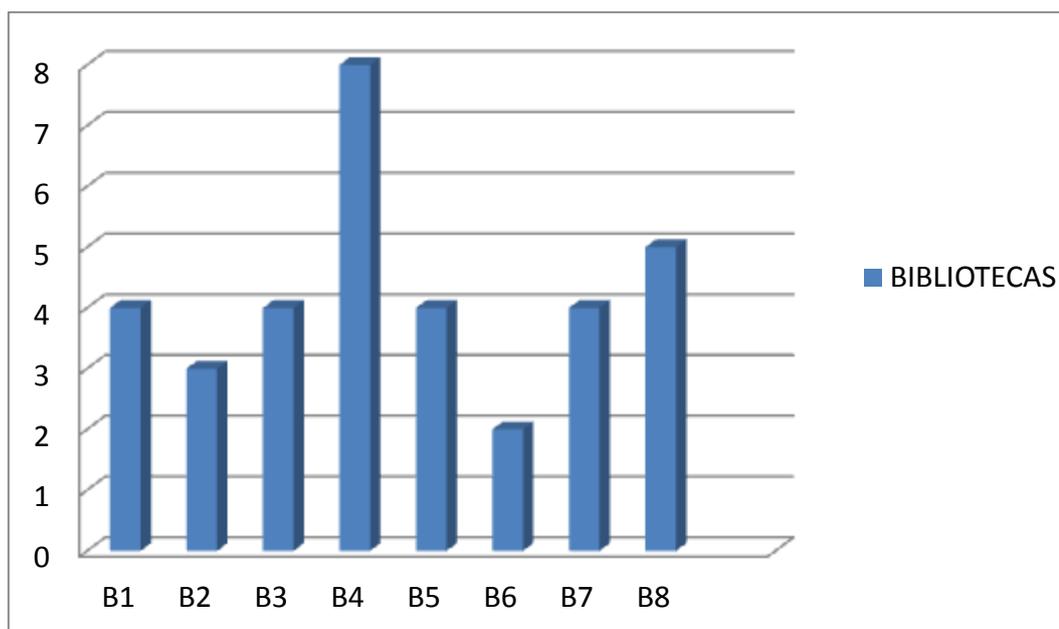
- Categoria Serviços

- Os serviços da biblioteca estão parcialmente acessíveis aos usuários surdos e com deficiência auditiva.

- Categoria Divulgação dos programas

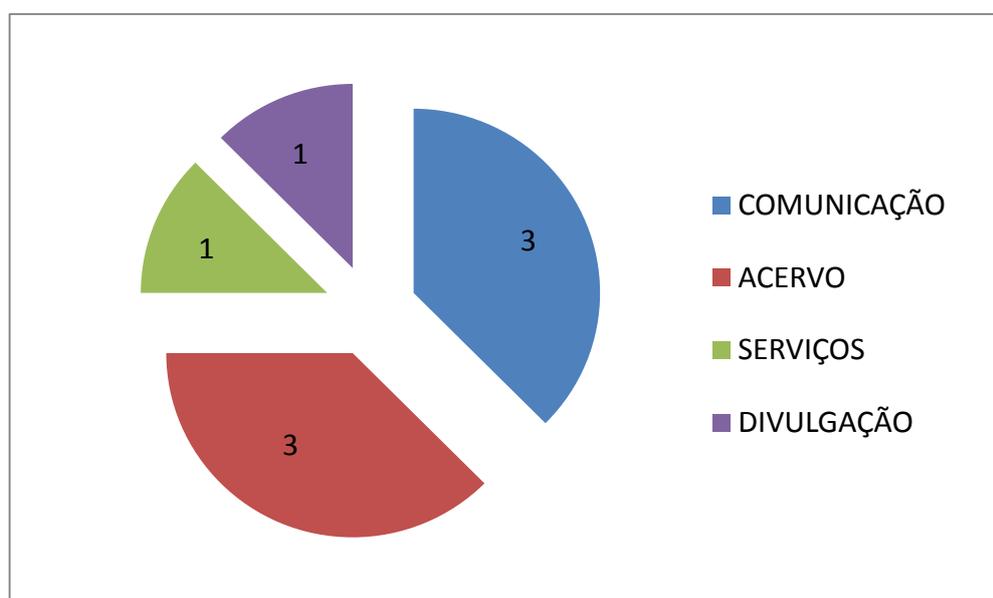
- A biblioteca divulga seus produtos e serviços para os usuários surdos e com deficiência auditiva.

GRÁFICO 3 - QUANTIDADE DE ITENS DAS DSBS POR BIBLIOTECA



Fonte: A Autora (2015) com base em dados da pesquisa

GRÁFICO 4 - QUANTIDADE DE ITENS DAS DSBS POR CATEGORIA



Fonte: A Autora (2015) com base em dados da pesquisa

O Sistema de Bibliotecas da UNIRIO – UNIBIBLI não tem uma política de acessibilidade que atenda as especificidades dos usuários surdos e com deficiência auditiva.

De acordo com as respostas dos gestores das bibliotecas do Sistema UNIBIBLI não há nenhum parâmetro pré-estabelecido para o atendimento aos usuários surdos e com deficiência auditiva.

Considerando que o objetivo geral dessa pesquisa consiste em verificar se o Sistema de Bibliotecas da UNIRIO – UNIBIBLI adota as recomendações das Diretrizes para Serviços de Bibliotecas para Surdos da IFLA concluímos que, ainda que de forma não planejada, o UNIBIBLI adota parcialmente alguns itens recomendados pelas Diretrizes para Serviços de Bibliotecas para Surdos da IFLA.

Parcialmente porque, verificamos que não há uma política de acessibilidade que contemple especificamente os usuários surdos e com deficiência auditiva, bem como os gestores das bibliotecas que compõem o Sistema ainda têm dúvidas se os serviços oferecidos atendem ou não as necessidades desses usuários e podemos verificar isso em suas respostas e pela ausência da adoção de outros parâmetros de acessibilidade, mesmo os presentes na legislação nacional, para o atendimento a esses usuários, assim como mesmo adotando alguns dos itens, isso não ocorre uniformemente em todas as bibliotecas do Sistema apenas em algumas.

Além da legislação nacional e das recomendações das DSBS, que precisam ser observadas para oferecer aos usuários surdos e com deficiência auditiva um atendimento adequado de forma que tenha acesso às informações que necessitam, ao longo da análise dos resultados apresentamos algumas sugestões que poderão contribuir para a melhoria das condições de acessibilidade a esses usuários no Sistema UNIBIBLI. Essas sugestões foram listadas abaixo de forma a facilitar a leitura e aplicação das mesmas:

1. Capacitar os funcionários das bibliotecas quanto ao atendimento aos usuários surdos e com deficiência auditiva;
2. Disponibilizar aparelhos de telefone adaptados para a comunicação com pessoas surdas – TDD;
3. Capacitar os funcionários das bibliotecas em Língua Brasileira de Sinais;
4. Elaborar uma versão do Guia do usuário em Libras e disponibilizá-la em vídeo no site do UNIBIBLI;
5. Incluir no Guia do usuário, impresso e eletrônico, o endereço do Sistema UNIBIBLI no *Facebook*;
6. Utilizar vídeos em Libras no site do Sistema para divulgar informações aos usuários surdos;
7. Oferecer aos usuários surdos o serviço de intérprete de Libras;
8. Disponibilizar no acervo das bibliotecas materiais relacionados à surdez e deficiência auditiva;
9. Disponibilizar computadores para que os usuários possam ter acesso a recursos (palestras, programas, vídeos) disponibilizados na internet que possam contribuir para o aprendizado da Libras;
10. Oferecer serviços em Libras, como por exemplo, treinamento do uso de bases de dados entre outros;
11. Consultar os usuários surdos e com deficiência auditiva para a elaboração do planejamento e no desenvolvimento de produtos e serviços;
12. Oferecer o espaço da biblioteca para a realização de atividades como palestras, seminários que sejam traduzidos por um intérprete de Libras;
13. Oferecer o espaço da biblioteca para a realização de cursos voltados para a comunidade surda;

14. Disponibilizar no site do Sistema *links* relacionados à comunidade surda para a divulgação de legislação, eventos, cursos oferecidos pela UNIRIO ou outras instituições e que sejam acessíveis aos usuários surdos e com deficiência auditiva;

15. Intensificar a divulgação dos serviços que estejam acessíveis em Libras para a comunidade surda.

Esperamos que essas sugestões possam ser adotadas pelo Sistema UNIBIBLI e na próxima seção destacaremos algumas recomendações adicionais para o atendimento aos usuários surdos e com deficiência auditiva.

[...] é preciso assumir uma postura que realça as potencialidades intelectuais dos surdos, tendo em vista que mesmo sendo privados de um dos sentidos, a audição, são capazes de transpor barreiras e de encontrar novas possibilidades de interagir e de aprender [...]” (ARCOVERDE, 2006 apud ARCOVERDE, 2011, p.117)

12. RECOMENDAÇÕES COMPLEMENTARES

Além das recomendações das DSBS apresentadas nessa pesquisa e considerando o que foi aqui exposto anteriormente sobre a luta do movimento das pessoas com deficiência pelo reconhecimento de seus direitos; a explanação sobre a trajetória dos direitos das pessoas surdas, sua cultura, identidade e suas dificuldades de comunicação, bem como após a análise dos resultados, apresentamos nesse capítulo algumas sugestões adicionais que podem ser adotados para melhorar o atendimento aos usuários surdos e com deficiência auditiva nas bibliotecas do Sistema UNIBIBLI. Para isso buscamos apoio na literatura sobre o tema e nas experiências de bibliotecas e bibliotecários sobre a questão.

Algumas sugestões que serão apresentadas aqui já foram objeto de análise em seções anteriores, mas o propósito de reuni-las em um único capítulo é facilitar a percepção sobre o tema.

12.1 ACESSIBILIDADE ATITUDINAL

O site da Câmara dos Deputados²⁰ apresenta algumas orientações em como relacionar-se com as pessoas surdas:

- Não é correto dizer que alguém é surdo-mudo. Muitas pessoas surdas não falam porque não aprenderam a falar. Algumas fazem a leitura labial, outras não.
- Ao falar com uma pessoa surda, acene para ela ou toque levemente em seu braço, para que ela volte sua atenção para você. Posicione-se de frente para ela, deixando a boca visível de forma a possibilitar a leitura labial. Evite fazer gestos bruscos ou segurar objetos em frente à boca. Fale de maneira clara, pronunciando bem as palavras, mas sem exagero. Use a sua velocidade normal, a não ser que lhe peçam para falar mais devagar.
- Ao falar com uma pessoa surda, procure não ficar contra a luz, e sim num lugar iluminado.

²⁰ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/responsabilidade-social/acessibilidade/Como-lidar.html>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

- Seja expressivo, pois as pessoas surdas não podem ouvir mudanças sutis de tom de voz que indicam sentimentos de alegria, tristeza, sarcasmo ou seriedade, e as expressões faciais, os gestos e o movimento do seu corpo são excelentes indicações do que você quer dizer.
- Enquanto estiver conversando, mantenha sempre contato visual. Se você desviar o olhar, a pessoa surda pode achar que a conversa terminou.
- Nem sempre a pessoa surda tem uma boa dicção. Se tiver dificuldade para compreender o que ela está dizendo, não se acanhe em pedir para que repita. Geralmente, elas não se incomodam em repetir quantas vezes for preciso para que sejam entendidas. Se for necessário, comunique-se por meio de bilhetes. O importante é se comunicar.
- Mesmo que pessoa surda esteja acompanhada de um intérprete, dirija-se a ela, e não ao intérprete.
- Algumas pessoas surdas preferem a comunicação escrita, outras usam língua de sinais e outras ainda preferem códigos próprios. Estes métodos podem ser lentos, requerem paciência e concentração. Você pode tentar se comunicar usando perguntas cujas respostas sejam sim ou não. Se possível, ajude a pessoa surda a encontrar a palavra certa, de forma que ela não precise de tanto esforço para transmitir sua mensagem. Não fique ansioso, pois isso pode atrapalhar sua conversa.

O Manual de convivência: pessoas com deficiência e mobilidade reduzida²¹ faz referência à questão do contato físico para atrair a atenção das pessoas surdas: “Não se assuste, os surdos tocam você. Com suavidade e respeito, o surdo usa o toque da mão para chamar sua atenção, para iniciar uma conversa, para pedir licença. E o inverso é extremamente verdadeiro” (CARLETTO, p.34).

Podemos observar que essas sugestões estão relacionadas à acessibilidade atitudinal, que conforme vimos neste estudo, é um dos quesitos para se considerar uma sociedade como inclusiva, acessível. E para isso não pode haver preconceito, estigmas, estereótipos ou discriminações no tratamento dispensado às pessoas com deficiência e a forma de vencer essa barreira é o conhecimento.

O contato com a temática relacionada à deficiência, à surdez deveria iniciar na formação do profissional bibliotecário, na graduação, e se estender à educação continuada, sendo para isso necessárias alterações na matriz curricular dos cursos de Biblioteconomia, como previsto pelas DSBS:

²¹ Disponível em: < http://www.profala.com/manual_web.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.

Instituições de ensino na área da biblioteconomia devem oferecer treinamento no provimento de serviços para a comunidade surda, como parte regular de seu currículo básico de preparação de bibliotecários, para sua qualificação profissional, e como parte dos programas de educação continuada para todos os níveis de funcionários da biblioteca. (IFLA, 2000, p. 9).

No caso das pessoas surdas e com deficiência auditiva, como já dissemos é necessário conhecer a variedade de formas de comunicação, saber que nem todos se comunicam em Libras, que há dificuldade quanto à leitura, que alguns desses indivíduos são oralizados ou fazem leitura labial e nesse sentido é preciso adotar algumas medidas para viabilizar a comunicação com essas pessoas.

O Decreto nº 5.626/05, em seu art. 3º, § 2º, estabelece que a disciplina Libras deve ser oferecida na modalidade optativa para os cursos de educação superior. Considerando que a comunicação com o usuário é de suma importância para que o bibliotecário possa realizar a mediação da informação seria recomendável uma reavaliação do oferecimento dessa disciplina nos currículos dos cursos de Biblioteconomia.

12.2 TECNOLOGIA ASSISTIVA

De acordo com Melo, Costa e Soares (2006, p.62) tecnologia assistiva “são recursos e serviços que visam facilitar o desenvolvimento de atividades da vida diária por pessoas com deficiência. Procuram aumentar capacidades funcionais e assim promover a autonomia e a independência de quem as utiliza.”

Corradi e Vidotti (2008, p.5-6) em seu estudo apresentam propostas para a acessibilidade digital de usuários surdos e com deficiência auditiva:

Interfaces digitais com a presença da Língua de Sinais: visam atender às necessidades informacionais de usuários que utilizam a Língua de Sinais nas interações sociais e comunicativas de forma privilegiada.

Vídeos com legendas ocultas (*closed caption*) em português: acessibilidade a usuários com problemas auditivos alfabetizados, que possuem habilidades na leitura e compreensão de textos.

Alertas piscantes ao invés de sonoros em interfaces digitais: melhoria na qualidade de uso de sistemas informacionais por usuários surdos severos ou profundos, uma vez que os estímulos sonoros os excluem dos alertas destes sistemas.

Ajustes de som para atender aos diferentes limiares de surdez: elemento que pode atender aos usuários com limiares de surdez leve ou moderada, assim como aqueles que vêm perdendo a audição por fatores orgânicos diversos.

Corradi e Vidotti lembram ainda que não são todas as pessoas surdas que se comunicam por meio da língua de sinais, devendo nesse caso para oferecer acessibilidade a todos os usuários surdos e com deficiência auditiva observar as questões do bilinguismo e apresentam como exemplos da aplicação do bilinguismo em âmbito digital “[...] o uso de legendas ocultas em ambientes informacionais, assim como a aplicação de recursos que possibilitam ajustes sonoros em interfaces (CORRADI; VIDOTTI, 2008, p.5-6).

Almeida et al. (2010) estudaram tecnologias assistivas para munir as Bibliotecas da Rede Universidade Estadual Paulista - UNESP de equipamentos e *softwares* que possibilitem aos usuários com deficiência um atendimento especializado de qualidade e acesso à informação.

Para o atendimento ao usuário com deficiência auditiva foi sugerido o uso do tradutor automatizado Português x Libras, que converte página da internet ou texto em português para Libras, bem como o uso do Dicionário Digital de Libras Ilustrado da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica do Estado de São Paulo.

No que se refere à acessibilidade na web Gomes (2013) cita em seu estudo as recomendações para Web 1.0 de 1999, adaptadas para usuários surdos por Abreu (2010):

- a. Usar transcrição para arquivos em áudio ou *podcast*.- transcrição da informação em arquivo de áudio.
- b. Fornecer equivalentes textuais para conteúdo visual – imagens e vídeos devem conter equivalentes textuais que descrevam de forma clara e resumida toda a informação contida para o acesso do surdo.
- c. Apresentar formas diferenciadas de leitura do documento ou informação contida na interface, a exemplo da tradução por aplicativo em LIBRAS ou libras transcrita (Signwriting).
- d. Utilizar vídeo ou avatar em LIBRAS para a apresentação do site e de seus recursos.
- e. Descrição de vídeos com legendas simplificadas ou em LIBRAS
- f. Divisão da informação em pequenos blocos na interface com linguagem simplificada para facilitar a compreensão
- g. Preferência de conteúdo dos documentos e informações: em português ou LIBRAS
- h. Usar tecnologia assistiva para auxílio do usuário. No caso do surdo, um tradutor em LIBRAS do conteúdo do site. (GOMES, 2013, p.40).

E ainda apresenta resumidamente os princípios para Web 2.0 de acordo como o documento do W3C (2008) de como o site deva ser construído para ser acessível:

- **Perceptível** – a informação deve ser apresentada na interface de forma que os usuários possam percebê-la. O conteúdo deve ser distribuído sem que a página perca sua estrutura.
- **Operável** – os componentes da interface deve ser operáveis, ou seja, os usuários devem ser capazes de executar as tarefas com o auxílio de dispositivos de entrada (mouse, teclado, etc).
- **Compreensível** – os usuários devem compreender as informações e funcionamento da interface, o conteúdo não pode ir além da compreensão de quem utiliza.
- **Robusto** – o conteúdo deve suportar tecnologias assistivas (programas e recursos criados para tornar a navegação de deficientes viável, como os leitores de tela para cegos, aplicativos tradutores de LIBRAS, por exemplo). (GOMES, 2013, p. 41).

A autora cita alguns exemplos de sites acessíveis e dos recursos neles utilizados tais como: o aplicativo Rybená®, os textos pré-gravados em Libras do conteúdo dos sites e tradução simultânea em Libras.

O aplicativo Rybená®, conforme explicação da autora:

[...] é utilizado com um recurso para a tradução em LIBRAS do conteúdo escrito do site para usuários surdos. Basta ativar o aplicativo através do comando localizado na barra superior do site. Uma janela se abrirá automaticamente e um avatar traduzirá, através da seleção de partes do texto, seu conteúdo em LIBRAS sinalizada, bem como, indicará a legenda escrita dos sinais na parte inferior do avatar, para surdos bilíngües que preferam ler em um português mais simplificado. (GOMES, 2013, p.43).

Por sua vez, os textos pré-gravados:

[...] permite ao usuário surdo, visualizar um intérprete de LIBRAS traduzindo o conteúdo do site previamente estabelecido através de botões de comando ou do símbolo internacional de surdez na interface para sua ativação. Também é oferecida, a legenda em português para surdos oralizados (deficientes auditivos ou pessoas que perderam a audição em idade posterior à aquisição da fala e da leitura. (GOMES, 2013, p. 44).

Outro recurso que pode ser utilizado, segundo Gomes (2013) é a tradução simultânea em Libras que necessita de um aparato dispendioso e requer um profissional com proficiência em Libras.

Coneglian (2008, p.34) destaca em seu estudo a Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes²² (Espanha) que disponibiliza em seu site uma Biblioteca de Sinais²³ na qual são

²² Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

disponibilizados para todos os usuários de Língua de Sinais Espanhola materiais bibliográficos resumidos e explicados em língua de sinais sobre a história da educação de pessoas surdas na Espanha, dicionários de línguas de sinais, literatura, espaço para a cultura e comunidade surda etc. Sendo um bom exemplo para as bibliotecas brasileiras.

Já citamos na seção 9 a experiência da Universidade Federal do Ceará Sousa et al. (2010; 2014) em relação a utilização de vídeos em Libras no site da biblioteca.

Cabe destacar a necessidade do trabalho multidisciplinar para a realização desses projetos pelas bibliotecas.

Recentemente o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) em parceria com a Universidade Federal da Paraíba – UFPB lançaram a versão beta do *software* Suíte Vlibras, um tradutor de conteúdo digital para a Libras.

De acordo com as informações disponíveis no site do INES²⁴ esse *software* “consiste em um conjunto de ferramentas: Vlibras-Desktop, VLibras-Plugin, VLibras-Vídeo e WikiLibras. Este último ainda será desenvolvido para ser interativo”.

Essa primeira versão, disponibilizada em maio visava o Windows e a versão para o Linux foi disponibilizada em junho do corrente ano. Esse *software* irá traduzir para Libras, “conteúdos disponibilizados por sites da Administração Pública em áudio, vídeo ou texto, usando de oito a dez mil sinais. Sua primeira versão ainda está sendo testada e encontra-se disponível na página [http://vlibras player.lavid.ufpb.br](http://vlibras.player.lavid.ufpb.br)”²⁵ seu lançamento oficial está previsto para 2016.

Oferecer treinamento aos funcionários da biblioteca quanto ao uso das tecnologias assistivas é necessário e indispensável para que estes possam treinar os usuários quanto ao uso desses materiais permitindo-lhes autonomia para acessarem as informações que necessitam.

²³ Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/seccion/signos/>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

²⁴ Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/index.php/ministerio-do-planejamento-disponibiliza-tradutor-de-conteudos-digitais-para-surdos>>. Acesso em: 17 maio 2015.

²⁵ Disponível em: <<http://www.ines.gov.br/index.php/ministerio-do-planejamento-disponibiliza-tradutor-de-libras-para-surdos>> . Acesso em: 26 jun. 2015.

12.3 COMUNICAÇÃO VISUAL

Sendo a comunicação visual um dos meios de comunicação de grande importância para as pessoas surdas e com deficiência auditiva, cabe seguir as indicações da norma ABNT NBR 9050/15, entre as quais destacamos: utilizar o símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva em todos os locais que destinem equipamentos, produtos, procedimentos ou serviços acessíveis para as pessoas com deficiência, por exemplo, identificar a localização do intérprete de Libras com esse sinal (item 5.3.2.8.1.6 NBR9050/15). Seu uso é obrigatório, conforme determina a Lei nº 8.160/91.

Esse símbolo deve ser representado com pictograma branco sobre fundo azul ou opcionalmente sobre fundo preto ou ainda em pictograma preto sobre fundo branco, conforme especifica o item 5.3.4 da NBR 9050 (ABNT, 2015, p.40) ilustrado pela figura 2 a seguir:

FIGURA 2 – Símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva



Nesse mesmo sentido, devem ser identificados com símbolos a presença de equipamentos e serviços de comunicação acessíveis, conforme item 5.3.5.5 da NBR 9050 (ABNT, 2015, p.43) ilustrados a seguir nas figuras 3, 4 e 5:

FIGURA 3 - Símbolos internacionais de informação



FIGURA 4 – Telefone com teclado



FIGURA 5 – Telefone com amplificador sonoro



A NBR 15599/08 (2008, p. 23) estabelece diretrizes para a acessibilidade por meio de uso de aparelhos de telefone com amplificadores no item 6.2.1.1 e 6.2.1.2 e para os telefones para surdos nos item 6.2.2.1.

A informação visual deve ser legível e seguir padrões que permitam a visualização e entendimento da sinalização, padrões estes relacionados na norma ABNT NBR9050/15, item 5 referentes ao contraste (cores do texto e fundo), iluminação do ambiente, estilo de redação, tamanho da fonte, distância entre outras especificações.

No que se refere à redação da sinalização devem ser observadas as orientações do item 5.2.8.3 da NBR 9050/15:

[...]

- b) conter apenas uma oração – uma sentença completa, com sujeito, verbo e predicado, nesta ordem;
- c) estar na forma ativa e não passiva;
- d) estar na forma afirmativa e não negativa;
- e) estar escrito na sequência das ações, enfatizando a maneira correta de se realizar uma tarefa. (ABNT, 2015, p.33).

Essas instruções são importantes, pois além de facilitarem a visualização do texto contribuem para a compreensão do mesmo, pois como já vimos as pessoas surdas e com deficiência auditiva tem dificuldades quanto a leitura na língua portuguesa.

A NBR 15599 (ABNT, 2008, p. 35-37) apresenta alguns recursos de comunicação visual que possibilitam a captação da mensagem por pessoas com percepção visual, dos quais destacamos: *e-mail*, imagens, legendas em texto, internet, material gráfico impresso, pictogramas com ou sem texto, sinalização luminosa de alerta, textos escritos, telefone para surdos, *webcam* etc.

Faz-se necessário destacar que para desenvolver produtos e serviços acessíveis aos usuários surdos e com deficiência auditiva é necessário que a biblioteca esteja integrada aos demais setores da Universidade, pois trata-se de um trabalho multidisciplinar que envolve várias questões, vários profissionais e nesse sentido seria importante a biblioteca formar uma

comissão de acessibilidade para desenvolver projetos em parceria com os outros setores da Universidade e até com outras instituições relacionadas.

Com essas recomendações complementares esperamos ter contribuído para que Sistema UNIBIBLI elabore a sua política de acessibilidade de forma a inserir os elementos aqui apresentados para um melhor atendimento aos usuários surdos e com deficiência auditiva.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esse estudo com o intuito de verificar as condições de acessibilidade às pessoas com deficiência auditiva e surdas em bibliotecas universitárias, e para alcançar esse objetivo buscamos conhecer e entender suas necessidades, seu universo.

Conhecemos a história de preconceitos e lutas vencidas, e ainda em curso, para a obtenção do reconhecimento de seus direitos; compreendemos as dificuldades relacionadas à Educação desses indivíduos; entramos em questões conceituais e terminológicas, que fazem a diferença para a acessibilidade atitudinal; tomamos ciência da legislação pertinente ao tema e verificamos na literatura o que está sendo realizado nas bibliotecas universitárias para torná-las mais acessíveis a esses usuários, para então focarmos nas condições de acessibilidade do Sistema de Bibliotecas da UNIRIO – UNIBIBLI.

E apesar de nossos esforços temos ciência de que não esgotamos todos os aspectos relacionados a esses usuários, mas os elementos aqui apresentados já nos permitem perceber as mudanças que precisamos executar em nossas bibliotecas para melhor atendê-los.

Ao longo do estudo pudemos observar a existência de muitas normas e legislação referentes aos direitos das pessoas com deficiência, das pessoas surdas e com deficiência auditiva, especificamente em análise, tanto na área da Educação quanto da acessibilidade, mas por outro lado a revisão de literatura nos permitiu perceber que na prática essa legislação precisa se tornar realidade, pois as bibliotecas enfrentam dificuldades quanto aos recursos financeiros, humanos, tecnológicos, materiais etc., ou seja, são barreiras que precisam ser vencidas para tornar a acessibilidade uma realidade.

A adoção das Diretrizes para Serviços de Bibliotecas para Surdos da IFLA como base para a elaboração do questionário de avaliação das condições de acessibilidade para esses usuários em bibliotecas universitárias deve-se ao fato de essas diretrizes terem por propósito “servir de estímulo para estabelecer serviços para surdos e como instrumento para avaliação da completude e da qualidade desses serviços” (IFLA, 2000, p.7), e o próprio documento indica a necessidade de adequação às limitações práticas locais e nacionais, bem como a observação dos avanços tecnológicos que contribuem para a melhoria da comunicação e acesso à informação para esses usuários.

A biblioteca universitária foi objeto dessa pesquisa. O papel dessa biblioteca e dos profissionais que nela atuam é oferecer condições para que esses usuários com surdez ou

deficiência auditiva consigam desenvolver suas pesquisas até a conclusão de seus cursos, ou seja, a biblioteca desempenha um papel relevante para evitar a evasão escolar, para evitar que esse aluno abandone o curso antes da conclusão.

Pode-se até considerar o fato de que a presença de estudantes surdos e com deficiência auditiva no ensino superior estar se consolidado recentemente, como apontam os dados do INEP apresentados nessa pesquisa, no entanto a legislação pertinente é antiga, ou seja, o que já deveria existir para receber esses discentes, pois havia previsão legal, ainda vai ser planejado e posto em execução. Deve-se lembrar, por exemplo, que o aprendizado da Libras é um processo longo. É preciso tempo, treinamento e prática para que os funcionários das bibliotecas estejam aptos a atender os usuários que chegam solicitando informações.

Sendo assim, não podemos esperar que essa demanda chegue a nossa porta para pensarmos como devemos agir, que serviços podemos oferecer a esse usuário. Precisamos estar preparados para recebê-los, bem como não podemos nos valer da ausência de usuários com essa deficiência para justificarmos a falta de investimentos em acessibilidade.

A revisão de literatura nos permitiu uma visão geral de como as bibliotecas universitárias estão atuando, na prática, para oferecer condições de acessibilidade no atendimento aos usuários surdos e com deficiência auditiva, e pudemos perceber que é necessária uma equipe multidisciplinar para apoiar as atividades realizadas na biblioteca.

A biblioteca precisa firmar parceria com outros setores da Universidade, mas a iniciativa precisa partir da biblioteca, pois seus profissionais conhecem os produtos e serviços oferecidos, bem como as necessidades informacionais dos usuários, cabendo sempre um estudo de usuário. E mesmo que não haja demanda imediata, deve-se lembrar de que todo o processo para disponibilização desses produtos e serviços requer tempo e que precisamos nos preparar para atender a demanda dos usuários potenciais.

Ante os resultados podemos concluir que o UNIBIBLI/UNIRIO não tem uma política de acessibilidade que atenda às necessidades dos usuários surdos e com deficiência auditiva, mas adota parcialmente as recomendações das DSBS e demonstrou interesse em aprimorar o atendimento a esses usuários.

O fato de aceitarem participar da pesquisa, abrindo espaço para diagnosticar a situação do UNIBIBLI sobre esse tema, e a partir desses resultados elaborar ações para efetuar as mudanças necessárias, já demonstra o compromisso com a acessibilidade atitudinal esperada em uma sociedade inclusiva.

A questão da acessibilidade não está relacionada unicamente ao compromisso com o cumprimento da legislação e normas técnicas, é imprescindível que os profissionais que atuam nas bibliotecas estejam cientes de seus papéis perante a sociedade e da função social da biblioteca. Precisam estar atentos para compreender e respeitar as peculiaridades dos usuários com deficiência para adequar os serviços e produtos, bem como melhor atendê-los, garantindo-lhes não somente o acesso à informação, mas abrindo espaço para que exerçam sua cidadania e tornando a biblioteca um ambiente agradável de acolhimento para estudo e lazer.

E nesse sentido, as Escolas de Biblioteconomia exercem um papel importante na inclusão desses usuários, cabendo a estas investirem na formação dos profissionais bibliotecários para que ao concluírem a graduação estejam aptos a atender as necessidades desses usuários. Para isso, será necessário avaliar e adequar as matrizes curriculares à legislação, bem como oferecer programas de educação continuada.

Esperamos com essa pesquisa que o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIBIBLI/UNIRIO execute as ações necessárias para a elaboração de uma política de acessibilidade compatível com as necessidades dos usuários surdos e com deficiência auditiva, e que as recomendações já adotadas parcialmente sejam estendidas a todas as bibliotecas do Sistema.

Verificar as condições de acessibilidade aos usuários surdos e com deficiência em bibliotecas universitária se faz necessário, uma vez que como vimos a demanda desses alunos vem crescendo nas Universidades, e com esse estudo buscamos que essa verificação ocorra em outras bibliotecas universitárias e nas demais bibliotecas, pois as pessoas surdas e com deficiência auditiva são usuários reais e potenciais de todos os tipos de biblioteca. Nesse sentido, esperamos que o questionário aqui apresentado possa ser adotado pelos bibliotecários para que realizem as avaliações das condições de acessibilidade nas bibliotecas em que atuam.

Pretendemos ampliar nossas pesquisas na área de acessibilidade aos usuários surdos e com deficiência auditiva, pois como apresentamos nesse estudo ainda existe uma lacuna sobre essa temática na Biblioteconomia e Ciência da Informação, e assim contribuir para que esses usuários disponham de melhores condições para usufruir de seu direito de acesso à informação e para que as bibliotecas possam tornar-se cada vez mais ambientes acessíveis na sociedade inclusiva.

14. REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **Surdos & inclusão educacional**. Rio de Janeiro : Arara Azul, 2010.

ALMEIDA, Sandra Manzano et al. Acessibilidade aos deficientes visuais e auditivos às bibliotecas da rede UNESP. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: < http://www.gapcongressos.com.br/eventos/z0070/trabalhos/final_434.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2015.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesq. Bras. Ci. Inf.**, Brasília, v.2, n.1, p.89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: < <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000007770&dd1=36548>> . Acesso em: 05 abr. 2014.

_____. Profissional bibliotecário: um pacto com o excludente. In: BAPTISTA, Sofia Galvão, MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (organizadoras). **Profissional da informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 70-86.

AMADEO, Daniela dos Santos; VITORINO, Elizete Vieira. Necessidades informacionais dos alunos do curso de letras libras quanto à realização de pesquisas acadêmicas: um olhar inicial ao desenvolvimento da competência informacional dos alunos surdos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1417/1418>> . Acesso em: 17 fev. 2015.

ANSAY, Noemi Nascimento. A inclusão de alunos surdos no ensino superior. **Rev. do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia**, Curitiba, v.1, p.120-136, 2010. Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/7-A_INCLUSAO_DE_ALUNOS_SURDOS_NO_ENSINO_SUPERIOR.pdf>. Acesso em 20 maio 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**. Acessibilidade a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. 3.ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

_____. **NBR 9050**. Acessibilidade a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. 2.ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

_____. **NBR 15599**. Acessibilidade: comunicação na prestação de serviços. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

ARCOVERDE, Rossana Delmar de Lima. Dos desencontros com a linguagem escrita a um encontro plurilinguístico. In: DORZIAT, Ana (org.). **Estudos surdos**: diferentes olhares. Porto Alegre: Mediação, 2011, p. 107-139.

AYRES, Renata Nóbrega. (Re)Pensando a Inclusão Social e a Realidade da Pessoa Surda: a inserção da língua brasileira de sinais (LIBRAS) no Curso de Biblioteconomia da UFPB. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. **Anais eletrônicos...** Maceió, 2011. Disponível em: <www.febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/.../608/375>. Acesso em: 24 jul. 2013.

BAPTISTA, Maria Isabel S. Dias. Convivendo com as diferenças. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (orgs.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas : UNICAMP, 2006.p. 13-16. Disponível em: <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/producao/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf/view>. Acesso em: 15 jul. 2013.

BARANAUSKAS, M. Cecília C. Prefácio. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (orgs.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas : UNICAMP, 2006. p. 8-9. Disponível em: <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/producao/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf/view>. Acesso em: 15 jul. 2013.

BENASSE, Paulo Roberto. **Dicionário jurídico de bolso**. Campinas: Bookseller, 2000.

BEZERRA, Neiliane Alves et al. A biblioteca universitária na proposta do desenho universal: um diagnóstico do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Ceará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. **Anais eletrônicos...** Maceió, 2011. Disponível em: <<http://febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/search>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

BISOL, Cláudia Alquati et al. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.139, p. 147-172, jan./abr., 2010. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n139/v40n139a08.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

BRAGA, Kátia Soares. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, Suzana P.M., organizadora. **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília : Thesaurus, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 15 maio 2015.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**: 2007. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2191>. Acesso em: 23 maio 2015.

_____. **Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

_____. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 24 maio 2015.

_____. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 27 mar. 2014.

_____. **Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005**. Regulamenta o disposto na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5493.htm>. Acesso em: 25 maio 2015.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. 2005. Disponível em: <<http://www.libras.org.br>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores

de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>>. Acesso em 25 maio 2015.

_____. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.** Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. 2007b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em 25 maio 2015.

_____. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em 22 maio 2015.

_____. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>. Acesso em 23 maio 2015.

_____. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.** Institui o Plano Nacional dos Direitos da **Pessoa com Deficiência** - Plano Viver sem Limite. 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acesso em: 23 maio 2015.

_____. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm>. Acesso em: 23 maio 2015.

_____. **Lei nº 8.160, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L8160.htm>. Acesso em 28 maio 2015.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 maio 2015.

_____. **Lei nº 10.048 de 08 de novembro de 2000.** Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. 2000a Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Leis/L10048.htm>. Acesso em 25 maio 2015.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2000b Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm>. Acesso em: 03 mar. 2014.

_____. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 23 ago. 2015.

_____. **Lei nº 10.436, 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm> . Acesso em: 03 mar. 2014.

_____. **Lei 10.260, de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10260compilado.htm>. Acesso em: 23 maio 2015.

_____. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 23 maio 2015.

_____. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso em: 23 maio 2015.

_____. **Lei nº 11.133, de 14 de julho de 2005.** Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11133.htm>. Acesso em: 25 maio 2015.

_____. **Lei nº 11.796, de 29 de outubro de 2008.** Institui o Dia Nacional dos Surdos. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11796.htm>. Acesso em: 30 jun. 2015.

_____. **Lei 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm>. Acesso em: 15 jun. 2015.

_____. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 09 julho 2015.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.678, de 24 de setembro de 2002.** Aprova o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e recomenda o seu uso em todo o território nacional. 2002. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-legislacao/item/3494-portaria-mec-n%C2%BA-2678-de-24-de-setembro-de-2002>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em 23 maio 2015.

_____. _____, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008.

_____. _____, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Documento Orientador Programa Incluir - Acessibilidade Na Educação Superior.** 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17433&Itemid=817>. Acesso em 25 maio 2015.

_____. _____. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.** Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em 20 ago. 2015.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466/2012.** Disponível em< <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

CÂMARA, Geysa Flávia. O bibliotecário de referência e o usuário portador de necessidade auditiva: um olhar sobre a prática. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2011, Maceió. **Anais eletrônicos...** Maceió, 2011. Disponível em: <www.febab.org.br/congressos/index.php/cbbd/xxiv/paper/.../608/375>. Acesso em: 24 jul. 2013.

CARDOSO, Karen Guimarães. **Produção científica sobre surdos na Ciência da Informação** : uma análise bibliométrica nas bases de dados LISA e BRAPCI. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014. Disponível em: <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/2014/DISSERTA%C3%87%C3%83O_KAREN%20GUIMAR%C3%83ES%20CARDOSO.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2015.

CARTA para o Terceiro Milênio. 1999. Disponível em: <<http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/legislacao/legislacao-internacional/Carta%20para%20o%20Terceiro%20Milenio.doc/view>>. Acesso em 25 maio 2015.

CARLETTO, Ana Cláudia. **Manual de convivência:** pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Disponível em: <http://www.profala.com/manual_web.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 11.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CONEGLIAN, André Luís Onório. **Análise do comportamento informacional de pós-graduandos surdos:** subsídios teórico-práticos para a organização e representação do conhecimento. 2008. 165f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade

Estadual Paulista, Marília, 2008. Disponível em: < <http://www.cultura-sorda.eu/resources/Analise+do+comportamento+informatcional+de+pos+graduandos+surdos.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2014.

_____; SILVA, Helen de Castro. Biblioteca inclusiva: perspectivas internacionais para o atendimento a usuários com surdez. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2006, Marília (SP). **Anais eletrônicos...** Marília (SP): ANCIB, 2006. Disponível em: < <http://www.marilia.unesp.br/sistemas/enancib/viewpaper.php?id=305>> . Acesso em: 27 out. 2013.

CORRADI, J.A.M; VIDOTTI, S.A.B.G. Acessibilidade em ambientes informacionais digitais e bibliotecas universitárias: foco em usuários com diferentes condições sensoriais auditivas. . In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLITECAS UNIVERSITÁRIAS, 15., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo, 2008. Disponível em: < <http://www.sbu.unicamp.br/snbu2008/anais/site/pdfs/3583.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

CROMACK, Eliane Maria Polidoro da Costa. Identidade, cultura surda e produção de subjetividade e educação: atravessamentos e implicações sociais. **Psicologia, Ciência e Profissão**, 2004, v.24, n.4, p.68-77. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v24n4/v24n4a09.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

DECLARAÇÃO de Cave Hill. 1983. Disponível em: < <http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=4171>>. Acesso em 23 maio 2015.

DECLARAÇÃO Internacional de Montreal sobre a Inclusão. 2001. Disponível em: < <http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=8997>>. Acesso em: 23 maio 2015.

DECLARAÇÃO de Madri. 2002. Disponível em: < <http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=2490>>. Acesso em: 23 maio 2015.

DECLARAÇÃO de Caracas. 2002. Disponível em: < <http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=3585>>. Acesso em: 23 maio 2015.

DECLARAÇÃO de Sapporo. 2002. Disponível em: < <http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=3431>>. Acesso em: 23 maio 2015.

FARIA, Evangelina Maria Brito de et al. Língua de sinais: um instrumento viabilizador do desenvolvimento cognitivo e interacional do surdo. In: DORZIAT, Ana (organizadora). **Estudos surdos: diferentes olhares**. Porto Alegre : Mediação, 2011. p. [171]-198.

FERREIRA, Lusimar Silva. **Bibliotecas universitárias brasileiras**. São Paulo : Livraria Pioneira, 1980.

FERRÉS, SOFIA PÉREZ. Acessibilidade física. In: PUPO, Deise Tallarico; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez (orgs.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas : UNICAMP, 2006. p. 21-32. Disponível em: <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/producao/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf/view>. Acesso em: 15 jul. 2013.

FONSECA, Cintia Cibele Ramos; GOMES, Gicele Farias; VANZ, Samile Andréa de Souza. Acessibilidade e inclusão em bibliotecas: um estudo de caso. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado. **Anais eletrônicos...** Gramado, 2012. Disponível em: < <http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4QJX.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2014.

GIACUMUZZI, Gabriela da Silva. Sistema de bibliotecas da UFRGS e programa Incluir UFRGS: o olhar discente sobre esta parceria inclusiva. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado. **Anais eletrônicos...** Gramado, 2012. Disponível em:< <http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4QNM.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Claudiana Almeida de Souza. **Direito à informação do surdo: usabilidade e acessibilidade nos espaços virtuais de bibliotecas universitárias federais brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. Disponível em: < <http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/Dissert/2013/CLAUDIANA%20ALMEIDA%20DE%20SOUZA%20GOMES.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Organizadora). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, Petrópolis: Vozes, 2012, p.79-107.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro; MELLO, Francisco Manoel de. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro : Objetiva, 2009.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Diretrizes para serviços de biblioteca para surdos**. Editado por John Michael Day; tradução Ana Maria V. C. Duckworth. Prefácio para a edição brasileira Leland Emerson McCleary. 2.ed. 2000. Série Publicações Ocasionais, No. 1. São Paulo, A Escola do Futuro, Universidade de São Paulo. (IFLA Professional Reports: 62). Disponível em: <<http://especial.futuro.usp.br/documentos/guiaifla.rtf>> Acesso em: 29 mar. 2014.

_____. **Código de ética da IFLA para bibliotecários e outros profissionais da informação**. 2012. Disponível em: <<http://www.ifla.org/files/assets/faife/codesofethics/portugueseofethicsfull.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

LE COADIC, Yves-François. *A Ciência da Informação*. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LANNA JÚNIOR, Mário Cleber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, 2010. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/Hist%C3%B3ria%20do%20Movimento%20Pol%C3%ADtico%20das%20Pessoas%20com%20Defici%C3%Aancia%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2015.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Avaliação qualitativa e quantitativa numa biblioteca universitária: grupos de foco**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro : Interciência, 2005.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 13. ed. São Paulo : Saraiva, 2009.

LIPPO, Humberto. Para um conceito de acessibilidade. In: LIPPO, Humberto (org.). **Sociologia da acessibilidade e reconhecimento político das diferenças**. Canoas : Ed. ULBRA, 2012. p. [75]-85.

MAIA, Maria Aniolly Queiroz et al. O bibliotecário como mediador no processo de transferência da informação para pessoas com deficiência visual. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2011. Maceió. **Anais eletrônicos...**, Maceió, 2011. Disponível em: <http://www.portal.ufpr.br/Acessibilidade/O%20Bibliotecario_como_Mediador_no_Processo_de_Transferencia.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2013.

MAZZONI, Alberto Angel et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ci. Inf.**, v.30, n.2, p.29-34, maio/ago., 2001. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/184/1715>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

MELO, Amanda Meincke; COSTA, Jean Braz da; SOARES, Sílvia C. de Matos. Tecnologias assistivas. In: PUPO, Deise Tallarico; Melo, Amanda Meincke; Ferrés, Sofia Pérez (orgs.). **Acessibilidade: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas : UNICAMP, 2006. p. 61-70. Disponível em: <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/producao/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf/view>. Acesso em: 15 jul. 2013.

MENEGATTI, Yara. **Serviços de informação acessíveis para deficientes visuais em bibliotecas de instituições de ensino superior no município de Florianópolis**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99420>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis : Vozes, 2012.

MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. A mediação da leitura na família, na escola e na biblioteca através das tecnologias de informação e de comunicação e a inclusão social das pessoas com necessidades especiais. **Inc. Soc.**, Brasília, DF, v. 4 n. 2, p.67-81, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/178/194>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

NEVES, Bárbara Coelho. Mediação da informação para agentes sociodigitais: o salto. **Ci. Inf.**, Brasília, v.40, n.3, p.413-424, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1954>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

NICOLETTI, Tamini Farias. **Checklist para bibliotecas: um instrumento de acessibilidade para todos**. 2010. 99f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28114/000766975.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 dez. 2013.

_____; MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Checklist para bibliotecas: um instrumento de acessibilidade para todos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, 2013.

Disponível em: < <http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1516/1517> >. Acesso em: 08 nov. 2013.

NOVAES, Edmarcius Carvalho. **Surdos: educação, direito e cidadania**. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2015.

_____. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. 1975. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf >. Acesso em 22 maio 2015.

_____. **Resoluções adotadas pela assembleia geral 31/123 sobre o International Year of Disabled Persons**. ONU, 16 dez. 1976. (A/RES/31/123).

_____. **Declaração de Princípios**. Resolução 36/55. 1981. Disponível em: < <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Preven%C3%A7%C3%A3o-contra-a-Discrimina%C3%A7%C3%A3o-e-Prote%C3%A7%C3%A3o-das-Minorias/declaracao-sobre-a-eliminacao-de-todas-as-formas-de-intolerancia-e-discriminacao-fundadas-na-religiao-ou-nas-conviccoes.html> >. Acesso em 25 maio 2015.

_____. **Programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes. Resolução 37/52**. 1982. Disponível em: < <http://www.cedipod.org.br/w6pam.htm> >. Acesso em 25 maio 2015.

_____. **Resolução 45/91**. 1990. Disponível em: < <http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=11601> >. Acesso em: 23 maio 2015.

_____. **Normas sobre Equiparação de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência. Resolução nº 48/96**. 1993. Disponível em: < <http://www.escoladegente.org.br/legislacaoIntegra.php?id=19> >. Acesso em 25 maio 2015.

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. 2006. Disponível em: < http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/legislacao/legislacao-internacional/cartilha_c.pdf/view >. Acesso em: 25 maio 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, Jomtien, 1990. 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2015.

_____. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. 1994. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção da Guatemala**. 1999. Disponível em: <<http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/legislacao/legislacao-internacional/guatemala.pdf/view>>. Acesso em: 25 maio 2015.

_____. **Declaração da década (2006-2016) das Américas pelos direitos e pela dignidade das pessoas com deficiência**. 2006. Disponível em: <<http://www.coe.sp.gov.br/noticias/MostraNoti.asp?par=132>>. Acesso em: 25 maio 2015.

PAULA, Sonia Nascimento de. **Acessibilidade à informação em biblioteca universitária e a formação do bibliotecário**. 2009a. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=506>. Acesso em: 17 jun. 2013.

PAULA, Sonia Nascimento de; CARVALHO, José Oscar Fontanini de. **Acessibilidade à informação: proposta de uma disciplina para cursos de graduação na área de biblioteconomia**. **Ci. Inf.** Brasília, v.38, n.3, p.64-79, set./dez., 2009b. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1640>>. Acesso em: 29 mar. 2014.

PEREIRA, Giulianne Monteiro et al. **A biblioteca, o bibliotecário e o usuário surdo: o processo de mediação da informação na Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1599/1600>>. Acesso em: 29 mar. 2014.

PEREIRA, Rita de Cássia Barbosa, NONATO, Eunice Maria Nazareth. **A gestão dos serviços informacionais no sistema de bibliotecas da Universidade Federal de Goiás: acessibilidade para pessoas com deficiência física, visual e auditiva**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais**

eletrônicos... Belo Horizonte, 2014. Disponível em: < <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/179-2233.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

PEREIRA, Veronica Aparecida; MENDES, Enicéia Gonçalves. Análise conceitual da deficiência auditiva: perspectivas históricas e educacionais. In: COSTA, Maria da Piedade Resende (Org.). **Educação especial: aspectos conceituais e emergentes**. São Carlos : EDUFSCAR, 2009. p. [29] - 45.

PERLIN, Gladis T. T. **O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade**. 2003. 156f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5880/000521539.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2014.

_____. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez**. Porto Alegre: Mediação, 2013. p. 51-73.

PIGNATARI, Décio. **Informação, Linguagem, Comunicação**. 3.ed. São Paulo : Perspectiva, 1969.

PORTELA, Miguel Ângelo Bueno; PORTELA, Daniel Arcanjo Bueno. **Acessibilidade e o uso da biblioteca por usuários surdos: estudo de caso com estudantes surdos do curso à distância de Letras-Libras do polo da Universidade de Brasília**. 2011. 156 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: < http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/2528/1/2011_MiguelPortela_DanielPortela.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2013.

PUPO, Deise Tallarico; VICENTINI, Regina Aparecida Blanco. A integração do usuário portador de deficiência às atividades de ensino e pesquisa: o papel das bibliotecas virtuais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 10., 1998, Fortaleza. **Anais....** 1998. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=1122>>. Acesso em: 07 maio 2015.

_____; Melo, Amanda Meincke; Ferrés, Sofia Pérez (orgs.). **Acessibilidade : discurso e prática no cotidiano das bibliotecas**. Campinas : UNICAMP, 2006. Disponível em: <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/producao/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf>/vie w>. Acesso em: 15 jul. 2013.

_____. Cumprindo a legislação. In: PUPO, Deise Tallarico, MELO, Amanda Meincke, FERRÉS, Sofia Pérez (orgs.). **Acessibilidade**: discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas : UNICAMP, 2006. p. 42-50. Disponível em: <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/producao/livro_acessibilidade_bibliotecas.pdf/view>. Acesso em: 15 jul. 2013.

RANGANATHAN, S.R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília : Briquet de Lemos, 2009.

ROCHA, Solange Maria. **O INES e a educação de surdos no Brasil**: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Rio de Janeiro : INES, 2008.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus : EDUA, 2002.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. **A história a exclusão das pessoas com deficiência**: aspectos socioeconômicos, religiosos e educacionais. João Pessoa : Ed. da UFPB, 2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Atualizações semânticas na inclusão de pessoas: deficiência mental ou intelectual? Doença ou transtorno mental? **Rev. Nac. de Reabilitação**, a. ix, n.43, mar./abr., 2005a, p.9-10. Disponível em: <<http://www.pjpp.sp.gov.br/wp-content/uploads/2013/12/21.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2014.

_____. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. 2005b. Disponível em: <<http://acessibilidadecultural.files.wordpress.com/2011/09/terminologia-sobre-deficic3aancia-na-era-da-inclusc3a3o.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2014.

_____. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8.ed. Rio de Janeiro : WVA, 2010.

_____. **Conceito de acessibilidade**. 2011. Disponível em<<http://www.escoladegente.org.br/noticiaDestaque.php?id=459&titulo=Conceito+de+acessibilidade>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

SILVA, Christiane Lima da. **O olhar da Biblioteca da Faculdade Maurício de Nassau para o provimento de serviços informacionais destinados ao usuário surdo**. 2011. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <

<http://books.google.com.br/books?id=diyEDw3khW8C&lpg=PP1&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 02 nov. 2013.

SILVA, Derlita Machado et al. Acessibilidade no sistema de bibliotecas da Universidade Federal da Bahia – SIBI/UFBA: uma análise do atendimento ao usuário pessoa com deficiência – PCD. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte, 2014. Disponível em:< https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/trabalhos/index.php/sn_20_bu_14/sn_20_bu_14/paper/view/356>. Acesso em: 18 fev. 2015.

SILVA, Josilene; ARAUJO, Nelma Camelo. Análise da formação do bibliotecário da biblioteca central da UFAL no atendimento aos usuários com deficiência auditiva. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte, 2014. Disponível em:< <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/133-2224.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

SILVA, Romário Antunes da; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; RODRIGUES, Rosângela Schwarz. Estudo bibliométrico na base LISA: um enfoque nos artigos sobre os surdos. Em *Questão*, Porto Alegre, v.17., n.1, p. 283-298, jan./jun., 2011. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/17708/12938>>. Acesso em: 29 maio 2014.

SILVA, Teresa da. Acessibilidade física e digital na rede Sirius de bibliotecas UERJ: uma proposta para promover maior inclusão de pessoas com deficiência na universidade. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 17., 2012, Gramado. **Anais eletrônicos...** Gramado, 2012. Disponível em:< <http://www.snbu2012.com.br/anais/pdf/4QSR.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

SOUSA, Clemilda dos Santos et al. Biblioteca universitária e comunidade surda: uma proposta de acessibilidade à informação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:< http://www.gapcongressos.com.br/eventos/z0070/trabalhos/final_434.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2014.

_____. Acessibilidade a informação científica na educação superior: caminhos trilhados pelo sistema de bibliotecas da universidade federal do ceará. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 18., 2014, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte, 2014. Disponível em:< <https://www.bu.ufmg.br/snbu2014/wp-content/uploads/trabalhos/481-1932.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2015.

SOUZA, Mônica Sena de et al. Acessibilidade e inclusão informacional. **Inf. Inf.**, Londrina, v.18, n.1, p. 1-16, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12173>>. Acesso em: 25 maio 2014.

STROBEL, Karin Lilian. **Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História**. Florianópolis, 2008. Tese de Doutorado em Educação – UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.ronice.cce.prof.ufsc.br/index_arquivos/Documentos/karinstrobel.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2014.

_____. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 3.ed., rev. Florianópolis : Ed. da UFSC, 2013.

STROPARO, Eliane Maria. **Políticas inclusivas e acessibilidade em bibliotecas universitárias**: uma análise do Sistema de Bibliotecas (SiBi) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <http://www.ppge.ufpr.br/teses/M14_Eliane%20Stroparo.pdf>. Acesso em 18 fev. 2015.

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel; MELLO, Anahi Guedes de. Nem toda pessoa cega lê em Braille e nem toda pessoa surda se comunica em língua de sinais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.2, maio/ago., p.369-386, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n2/a13v33n2.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2014.

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários**. São Paulo : Atlas, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional**: 2012-2016. Coordenação e elaboração Pró-Reitoria de Planejamento. – Rio de Janeiro : UNIRIO, 2011. Disponível em: <<http://www.unirio.br/proplan/pdi/plano-de-desenvolvimento-institucional-2012-2016>>. Acesso em: 01 maio 2015.

VARELA, Aida. **Informação e construção da cidadania**. Brasília: Thesaurus, 2007.

VIVARTA, Veet. (Coord.). **Mídia e deficiência**. Brasília : ANDI ; Fundação Banco do Brasil, 2003. (Série Diversidade). Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/Midia_e_deficiencia.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE AOS USUÁRIOS SURDOS E COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM BIBLIOTECAS À LUZ DAS DIRETRIZES PARA SERVIÇOS DE BIBLIOTECAS PARA SURDOS – IFLA (DIRECIONADO AOS CHEFES DAS BIBLIOTECAS DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIRIO – UNIBIBLI)

Nome da Biblioteca _____

Nome da(o) gestor da biblioteca _____

PESSOAL

1. Os funcionários da biblioteca recebem treinamento quanto às necessidades especiais dos usuários surdos/deficiência auditiva?

Sim ()

Não ()

Em caso afirmativo, favor especificar qual o conteúdo do treinamento.

Em caso negativo, justifique. _____

2. A biblioteca possui algum funcionário surdo/deficiência auditiva?

Sim ()

Não ()

Em caso afirmativo, quantos? _____

COMUNICAÇÃO

3. A biblioteca disponibiliza telefone para surdos (equipamento com teclado e display eletrônico de texto)?

Sim ()

Não ()

4. A biblioteca disponibiliza telefones equipados com amplificadores (controle do volume) para os usuários com deficiência auditiva?

Sim ()

Não ()

5. Os funcionários da biblioteca recebem treinamento em como comunicar-se com os surdos em língua brasileira de sinais – Libras?

Sim () Explique o conteúdo e frequência do treinamento.

Não () Por quê?

6. As informações da biblioteca divulgadas por meio da internet são acessíveis aos usuários surdos/deficiência auditiva?

Sim ()

Não ()

Se marcou Sim, favor especificar os parâmetros de acessibilidade utilizados.

7. Os textos das informações divulgadas por meio da internet são de fácil leitura com vocabulário simples?

Sim ()

Não ()

Não se aplica ()

8. Nas informações da biblioteca divulgadas por meio da internet existem informações em áudio?

Sim ()

Não ()

9. As informações em áudio estão disponíveis também em texto?

Sim ()

Não ()

10. Nas informações da biblioteca divulgadas por meio da internet existem vídeos em língua brasileira de sinais ou legendados?

Sim ()

Não ()

11. A biblioteca utiliza recursos tecnológicos para se comunicar com os usuários surdos/deficiência auditiva?

Sim ()

Não ()

Quais? _____

12. A biblioteca oferece dispositivos que auxiliam na comunicação eliminando a interferência de ruídos? (ex. sistemas FM, sistemas infravermelhos, sistemas de indução magnética etc.)

Sim ()

Não ()

Quais? _____

13. Os aparelhos de televisão da biblioteca possuem decodificadores de legendas ocultas (*closed caption*)?

Sim ()

Não ()

Não se aplica ()

14. A biblioteca oferece serviço de intérprete de língua brasileira de sinais?

Sim ()

Não ()

Em caso afirmativo, esse serviço é oferecido mediante solicitação do usuário com horário pré-estabelecido ou a presença do intérprete é permanente na biblioteca?

Em caso negativo, justifique.

15. A biblioteca disponibiliza serviço de intérpretes orais*? (*aqueles que silenciosamente articulam as palavras do falante para uma pessoa surda que se comunica primariamente utilizando a língua oral e leitura labial)

Sim ()

Não ()

Em caso afirmativo, esse serviço é oferecido mediante solicitação do usuário com horário pré-estabelecido ou a presença do intérprete é permanente na biblioteca?

Em caso negativo, justifique.

16. A biblioteca possui sinais de alerta visíveis para avisar aos usuários surdos/deficiência auditiva em caso de problemas ou emergências (ex. luzes de alerta)?

Sim ()

Não ()

ACERVO

17. A biblioteca disponibiliza em seu acervo documentos relacionados à surdez/deficiência auditiva?

Sim ()

Não ()

Se respondeu Sim, esse material compõe o acervo geral ou está em uma coleção especial? _____

18. A biblioteca possui materiais de fácil leitura, vocabulário simples, ilustrados em seu acervo?

Sim ()

Não ()

Não se aplica ()

19. A biblioteca possui em seu acervo DVDs legendados?

Sim ()

Não ()

20. A biblioteca possui em seu acervo DVDs em língua brasileira de sinais?

Sim ()

Não ()

SERVIÇOS

21. Os serviços da biblioteca estão acessíveis aos usuários surdos/deficiência auditiva?

Sim ()

Não ()

Se sim, quais? _____

22. A biblioteca conta com a colaboração de usuários surdos/deficiência auditiva no planejamento e desenvolvimento de seus serviços?

Sim ()

Não ()

23. A biblioteca oferece atividades culturais apresentadas em língua brasileira de sinais?

Sim ()

Não ()

Em caso afirmativo, quais? _____

24. A biblioteca oferece programas de letramento aos usuários surdos/deficiência auditiva não-leitores?

Sim () Não () Não se aplica ()

25. A biblioteca disponibiliza em seus meios eletrônicos informações relacionadas ao interesse dos usuários surdos/ deficiência auditiva? (ex. links relacionados à surdez, surdos, deficiência auditiva; informações sobre a comunidade local etc.)

Sim () Não ()

Se sim, quais? _____

DIVULGAÇÃO DOS PROGRAMAS

26. A biblioteca divulga seus produtos e serviços para os usuários surdos /deficiência auditiva?

Sim () Não ()

Como é feita a divulgação? _____

27. No material de divulgação da biblioteca há informações sobre os recursos de acessibilidade oferecidos pela instituição aos usuários surdos/deficiência auditiva (ex. número do telefone para surdos, acervo de DVDs, hora do conto com intérprete de língua brasileira de sinais etc.)?

Sim () Não ()

28. Quais os parâmetros de acessibilidade adotados pela biblioteca para o atendimento aos usuários surdos /deficiência auditiva?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A DIRETORIA DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIBIBLI/UNIRIO SOBRE AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE AOS USUÁRIOS SURDOS E COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

1. O Sistema de bibliotecas UNIBIBLI tem uma política de acessibilidade?

Sim ()

a) Qual? _____

b) Há previsão de ampliação desta política? _____

Não ()

c) Por quê? _____

d) Há previsão de quando será estabelecida essa política?

2. Dentro dessa política, quais são os parâmetros de acessibilidade adotados para o atendimento ao usuário surdo e com deficiência auditiva?

3. O Sistema UNIBIBLI pretende adotar as recomendações das Diretrizes de Serviços de Bibliotecas para surdos da IFLA em sua política de acessibilidade?

Sim ()

Não ()

Por quê?
